

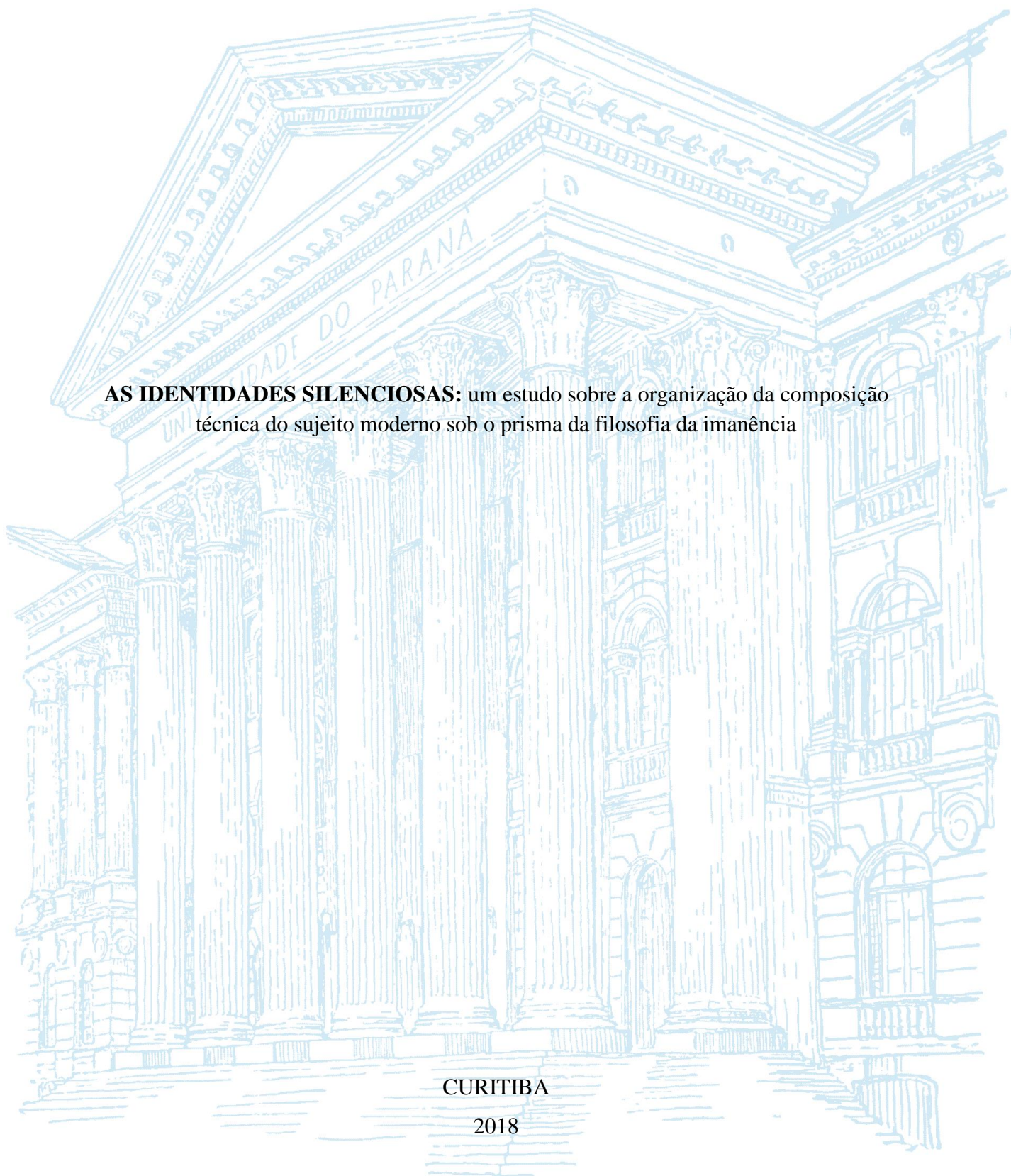
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO BUENO CROZATTI

**AS IDENTIDADES SILENCIOSAS:** um estudo sobre a organização da composição  
técnica do sujeito moderno sob o prisma da filosofia da imanência

CURITIBA

2018



FERNANDO BUENO CROZATTI

**AS IDENTIDADES SILENCIOSAS:** um estudo sobre a organização da composição  
técnica do sujeito moderno sob o prisma da filosofia da imanência

Monografia apresentada ao Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de grau em Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela Couto Machado  
Fonseca

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

FERNANDO BUENO CROZATTI

**AS IDENTIDADES SILENCIOSAS:** um estudo sobre a organização da composição técnica do sujeito moderno sob o prisma da filosofia da imanência

Monografia apresentada ao Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de grau em Bacharel em Direito, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Angela Couto Machado Fonseca  
Orientadora – Departamento de Direito Privado – UFPR

---

Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig  
Departamento de Direito Privado – UFPR

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Espíndola Corrêa  
Departamento de Direito Civil e Processual Civil – UFPR

Curitiba, 05 de novembro de 2018.

Existir é diferir; na verdade, a diferença é, em um certo sentido, o lado substancial das coisas, o que elas têm ao mesmo tempo de mais próprio e de mais comum. É preciso partir daí e evitar explicar esse fato, ao qual tudo retorna, inclusive a identidade da qual falsamente se parte. Pois a identidade é apenas um mínimo, e portanto apenas uma espécie, e uma espécie infinitamente rara, de diferença, assim como o repouso é apenas um caso do movimento, e o círculo uma variedade singular da elipse. Partir da identidade primordial é supor na origem uma singularidade prodigiosamente improvável, uma coincidência impossível de seres múltiplos, ao mesmo tempo distintos e semelhantes, ou então o inexplicável mistério de um único ser simples posteriormente dividido não se sabe por quê. Em um certo sentido, é imitar os antigos astrônomos que, em suas explicações quiméricas do sistema solar, partiam do círculo e não da elipse, sob o pretexto de que a primeira figura era mais perfeita. A diferença é o alfa e o ômega do universo; por ela tudo começa, nos elementos cuja diversidade inata, que se mostra provável por considerações de diversas ordens, é a única a se justificar, em minha opinião, sua multiplicidade; por ela tudo termina, nos fenômenos superiores do pensamento e da história, nos quais, rompendo enfim os círculos estreitos em que ela própria se encerrara, o turbilhão atômico e o turbilhão vital, e apoiando-se sobre seu próprio obstáculo, ela se ultrapassa e transfigura.

## RESUMO

Esta monografia versa sobre a dessubjetivação do conceito de identidade a partir da análise da organização da composição técnica do sujeito moderno sob o prisma da filosofia da imanência, sobretudo, a partir do encontro das filosofias de Michel Foucault e Gilbert Simondon. Nesse contexto, o ato de subjetivar-se aparece como vocábulo conceitual de um novo regime de funcionamento da identidade, que organiza-se sob a experiência de uma dupla articulação, convergente e contraposta: os processos de individuação e os processos de identificação; e projeta-se, por sua vez, à luz de um mecanismo de compreensão em permanente mudança: as identidades silenciosas. Este trabalho inicia-se, portanto, com a análise da produção dos estratos do sujeito moderno, a partir do pensamento de Michel Foucault, à guisa de introduzir o arcabouço conceitual segundo o qual a composição técnica do sujeito será aprofundada. Não obstante, como condição de possibilidade da análise proposta, colocaremos o conceito de sujeito em suspensão, de modo a examinarmos a constituição dos corpos singulares em função da filosofia de Gilbert Simondon. O objetivo principal é utilizarmos os conceitos de Informação e de Amplificação desse autor, como forma de aprofundamento do estudo sobre o regime de funcionamento das relações que articulam o conceito de identidade, que, com efeito, incidem no direito às existências em posição de diferença. Desse modo, a título exemplificativo, tratar-se-á da organização da composição técnica dos sujeitos em relação a duas teorias filosóficas: a teoria do sujeito a partir da cibernética e da “epistemologia” dos alcóolicos anônimos, do antropólogo Gregory Bateson; e a construção do sujeito no pensamento cosmopolítico amazônico, em específico, a vertente xamânica do perspectivismo ameríndio e do multinaturalismo, conforme estudado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. A importância desse estudo para a Teoria do Sujeito, no campo do Direito, consiste em engendrar condições de factibilidade – sobre a razão instrumental de um objeto prático: um conceito - que tencionariam as relações de forças existentes nas relações sociais, de modo que outras possibilidades de organização e estruturação do sujeito, e conseqüentemente da identidade, possam ser articuladas sobre um Direito em posição de diferença.

Palavras-chave: Dessubjetivação. Identidade. Direito. Michel Foucault. Gilbert Simondon.

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>6</b>  |
| <b>2</b> | <b>MICHEL FOUCAULT E A PRODUÇÃO DOS ESTRATOS DO SUJEITO MODERNO.....</b>                            | <b>10</b> |
| 2.1      | OS MOVIMENTOS PROCESSUAIS: A ORGANIZAÇÃO E A COMPOSIÇÃO.....  | 17        |
| 2.1.1    | A Individuação .....  | 20        |
| 2.1.2    | A Identificação .....   | 22        |
| 2.1.3    | A Subjetivação .....  | 24        |
| 2.2      | SUJEITO, DIREITO E IDENTIDADE .....   | 26        |
| <b>3</b> | <b>INTERLÚDIO: SUJEITO EM SUSPENSO.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>4</b> | <b>A COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO SUJEITO A PARTIR DE GILBERT SIMONDON.....</b>                            | <b>44</b> |
| 4.1      | AS NOÇÕES DE FORMA E INFORMAÇÃO .....   | 51        |
| 4.2      | OS PROCESSOS DE INFORMAÇÃO: O INTERIOR E O EXTERIOR .....   | 57        |
| 4.3      | A AMPLIFICAÇÃO NOS PROCESSOS DE INFORMAÇÃO .....  | 61        |
| 4.3.1    | Amplificação Transdutiva .....  | 64        |
| 4.3.2    | Amplificação Moduladora.....  | 67        |
| 4.3.3    | Amplificação Organizadora .....   | 71        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO: A DESSUBJETIVAÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE E O SILÊNCIO DAS TRANSFORMAÇÕES .....</b> | <b>76</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>83</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desta monografia versa sobre a produção do sujeito moderno e a consequente ruína do conceito de identidade. Desse modo, a estrutura do texto é construída sobre o desterro do pensamento do sujeito moderno, compreendido a partir da organização e da composição técnica de duas teorias antropológicas: a teoria do sujeito dos alcóolicos anônimos, problematizada pelo antropólogo Gregory Bateson; e a construção do sujeito no pensamento cosmopolítico amazônico, em especial a vertente xamânica do Perspectivismo e Multinaturalismo Ameríndio, conforme estudado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Estas duas arquiteturas epistemológicas colocam em evidência o descolamento do sujeito de seu eixo central, por meio do conceito da identidade, na medida em que a um só tempo desmonta a concepção de um sujeito fixo e de uma identidade universal, e reconfigura um novo conceito de sujeito variável e de uma identidade múltipla. Com efeito, essa problematização nos permitirá produzir uma nova articulação metafísica do sujeito moderno, pensada a partir dos filósofos e antropólogos que estudam as linhas e os movimentos dessas identidades que atuam em regime de funcionamento em permanente mudança. Nesse sentido, um estudo epistemológico no campo do Direito deve ser problematizado sob o prisma da organização e da composição de um quadro conceitual, que, com efeito, articule novas categorias para o pensamento desses sujeitos e dessas identidades. Por esses motivos, utilizar-se-á a produção dos processos epistemológicos estudados pelos antropólogos Gregory Bateson e Eduardo Viveiros de Castro.

Em primeiro lugar, a teoria do sujeito a partir da cibernética e da “epistemologia” dos alcóolicos anônimos compreende, segundo problematização do antropólogo Gregory Bateson, as produções dos processos sobre os quais se organizam as relações entre os indivíduos. Ou seja, há duas posições distintas: primariamente, nos processos comunicativos, o privilégio da atuação recíproca entre as partes como uma das partes da própria operação; e, secundariamente, as delimitações das particularidades das espécies físicas, a partir dos limites dos organismos. Ou, ainda, em outras palavras: o campo de comunicação entre os seres existentes é modulado (organizado e composto) a partir de um processo estrutural de acumulação ou escoamento de informação que, de modo circular, via retroação (*feedback*), em que um efeito retroage sobre a causa, instaura regras de produção e circulação de uma “regra relacional” que sustentará o próprio campo de interação dos seres, e, sobretudo, condicionará o princípio

comunicativo que reflexiona a posição acerca da natureza do sujeito. Esta epistemologia da comunicação é consubstanciada a partir dos estudos da Cibernética e de uma nova Epistemologia, segundos a problematização batesoniana.

Por um lado, o aparecimento da Cibernética, na segunda metade do século XX, corroborou com o deslocamento das elementares independentes do processo epistemológico (materialidade e expressão), para um estudo conjugado das respectivas elementares. De fato, o problema da organização do conjunto de elementos enseja, na dinâmica entre as partes, um estudo do conjunto das relações que interseccionam os elementos e fazem surgir uma “complexidade organizativa”, ou seja, um sistema. Não sendo, portanto, a soma dos elementos, mas, para além, um conjunto complexo de trocas de informações entre as próprias elementares. Nesse sentido, segundo Bateson, o regime de funcionamento de um “complexo organizado” é dado pelo fluxo informativo das unidades elementares que são produzidas e que circulam no campo de incidência da duração ao contexto ambiente, que, com efeito, alimentam os ciclos retroativos que também alimentam o regime de funcionamento do “complexo organizado” na medida em que transformam as relações interior-exterior do próprio sistema. É, portanto, segundo os estudos da Cibernética, uma rede aberta na qual os mecanismos reguladores e o próprio complexo é interpretado a partir dos modos de comportamento das informações, que, só então, composicionam-se á uma regra de estabilização da interação e, assim, nomeiam-se sobre um sujeito ou um objeto. Esta é a posição central de Norbert Wiener, fundador dos estudos da Cibernética: a relação entre os complexos organizativos abertos e mecanismos reguladores é dada por um modo de autorregulação e funcionalização dos mecanismos de retroação, que reagem as perturbações internas com o exterior ambiente, e que, além disso, operam por um ciclo necessário, na qual a circulação forma um ciclo fechado de avaliação dos efeitos e de novos comportamentos a partir dos primeiros ciclos abertos.

Assim, Bateson utiliza essa proposta cibernética para integrar uma nova epistemologia em um conjunto vasto de diferentes funcionamentos, mas aproximados através das suas organizações. Trata-se da flexibilização do sistema em que as variáveis interligadas por linhas e movimentos a um só tempo homeoestáticos e abertos ao contexto engendram uma aparente disfunção no (e com o) sistema, de modo que, a frequência do uso torna-se fator determinante na sustentação e sobrevivência no complexo organizativo. Trata-se, portanto, de um meio ecológico das ideias (o que chamamos de Mente) que, ao ser imanente ao conjunto da estrutura que acumula ou

escoa as elementares do complexo organizativo, pode-se entender o estudo da interação e da sobrevivência das ideias e dos programas no circuitos organizativos de um sistema. Esta é a “Cibernética do “Self”” de Gregory Bateson, uma vez que a diferença como produto de uma relação consubstancia a troca de informações, como, por exemplo, nos indivíduos alcoolistas engendra a reorganização mental e física desses indivíduos ao delimitar tanto o corpo como a mente em um campo de incidência com características organizativas conjugadas, como elementos autônomos e integrantes, do próprio complexo organizativo.

O que Bateson encontra conjuga-se com a proposta desta monografia: um encontro que trata dos processos epistemológicos a partir dos pressupostos da informação (a organização da experiência), bem como a composição das elementares do processo informativo (matéria e expressão em movimento de permanente mudança, a saber, a amplificação). Se por um lado, há a desidentificação do sujeito, de outro, complementarmente, ocorre a dessubjetivação da identidade, nos processos epistemológicos dos alcóolicos anônimos. Mas, em ambos, o processo de contraposição e de convergência deslocam-se a partir de um dispositivo a um só tempo físico e metafísico, onde matéria e expressão tornam-se o mesmo, e, assim, multiplicam-se os planos de incidência ao se constituírem por processos de informação em funcionamentos ético-discursivos diferentes. É nesse contexto que a construção de uma ética e de uma epistemologia acontece, ao passo que, em nosso entendimento, ocorreria uma sintonia dos conceitos de Informação e Amplificação, possibilitando a problematização do modo em que ambos se relacionam internamente no funcionamento da produção do sujeito, conforme encontrado no pensamento dos alcóolicos anônimos, mediado pelos estudos de Bateson. Trata-se, aqui, de um novo conceito de identidade, o qual chamamos de Identidades Silenciosas.

Em segundo lugar, a problemática trazida por Eduardo Viveiros de Castro ao contrapor o modelo ocidental moderno (kantiano) e o modelo dos povos ameríndios (em específico, o modelo xamânico), pois, a compreensão das produções dos processos epistemológicos diferenciam os modelos nos seguintes fundamentos: a epistemologia objetivista kantiana trata da finalidade (o *telos*) que o objeto nos fornece: o conhecimento é um ato de objetivação, é uma diferenciação no objeto daquilo que lhe diferencia do sujeito cognoscente, ou, em outras palavras, é um “apontar” a parte do sujeito no objeto e retirá-la até que a diferença multiplique-se e o Outro se torne uma coisa; e, por sua vez, o xaminismo ameríndio trata da operação inversa: o conhecimento

é um ato de subjetivação, é uma identificação no objeto daquilo que lhe assemelha ao sujeito cognoscente, ou, dito de outra forma, é um “apontar” a parte do objeto no sujeito e reduzi-la até que a diferença alcance a tendência zero e o Outro se torne uma pessoa. Esta “descolonização permanente do pensamento” coloca em evidência as plantas arquitetônicas do pensamento ameríndio, uma vez que o modo de operação, ou seja, a prática da teoria, é reforçada nos usos e efeitos dentro dos conceitos de Perspectivismo e Multinaturalismo. Há, portanto, um esforço prático-político de sobrepersonalizar tudo aquilo que se encontra sob outras concepções do real, desenhando outros tipos de mundo a partir dos conceitos supracitados. Destaca-se, aqui, que não nos cabe relatar as especificidades constitutivas dos povos ameríndios, mas tão somente a prática teórica indígena de constituição do sujeito e do objeto, mediada por um devir-outro, nas proporções em que a produção torna-se predação do cogito, extraído da fonte abstrata do fazer epistemológico ameríndio: a sua própria práxis.

O que Viveiros de Castro encontra é o outro lado (anverso) da proposta desta monografia: um lado que trata dos processos epistemológicos a partir da finalidade da identificação (conhecer é objetivar, nos modernos; conhecer é subjetivar, nos Ameríndios), enquanto que a temática aqui defendida, por sua vez, trata dos pressupostos da informação, a saber, a organização e a composição das elementares do processo informativo, no conceito de sujeito e de identidade. Assim, conjuntamente aos alcoolistas de Gregory Bateson temos, de um lado, a desidentificação do sujeito, e de outro, complementarmente, a dessubjetivação da identidade. No entanto, em ambos, o processo de contraposição e de convergência deslocam-se a partir de um dispositivo a um só tempo físico e metafísico, onde matéria e expressão tornam-se o mesmo, e, portanto, multiplicam os planos de incidência ao se constituírem por processos de informação em funcionamentos ético-discursivos diferentes. É nesse contexto que a construção de uma ética e de uma epistemologia acontece, visto que, em nosso entendimento, ocorreria outra sintonia dos conceitos de Informação e Amplificação, possibilitando a problematização da forma em que ambos se relacionam internamente com o funcionamento da produção do sujeito, conforme encontrado no pensamento Ameríndio, mediado pelos estudos de Viveiros de Castro.

Por esses motivos problematizaremos o momento constitutivo das teorias dos sujeitos estudadas pelos antropólogos Gregory Bateson e Eduardo Viveiros de Castro, com a finalidade de, a partir de linhas e movimentos constitutivos do indivíduo alcoolista e dos Ameríndios, analisarmos o modo como esses indivíduos são

organizados e compostos por uma proposta ética fundamental de um novo conceito de sujeito e de identidade, que, com efeito, são operacionalizados por um mecanismo que atua em frequências inconstantes, de permanente mudança. Trata-se, aqui, do que chamamos por estilo, da insurgência das Identidades Silenciosas. Ou seja, é a partir dessas teorias do sujeito que problematizaremos uma nova articulação metafísica dos conceitos de sujeito e de identidade – uma metafísica pragmática, organizada e estruturada no (e com o) real para que se torne vivível –, sob a tutela dos principais filósofos e antropólogos utilizados nesta monografia, que, com efeito, criaram novas categorias para o pensamento da experiência. Ademais, utilizaremos Foucault, Simondon, Bateson e Viveiros de Castro pois esses pensadores mobilizam em seus corpus teórico o “mapeamento das intensidades intempestivas” a partir da engenharia conceitual das práticas dos sujeitos em posição de diferença.

Assim, no âmbito do Direito, o teórico da subjetividade e da crítica do conceito de identidade precisa encontrar meios para apoiar a problemática exposta, qual seja em conceitos estratégicos, no que pese a chave teórica de abertura problemática da composição técnica do sujeito e da identidade. Por isso, tratar-se-á, primeiramente, de introduzir o arcabouço conceitual do filósofo Michel Foucault, segundo o qual, a composição técnica do sujeito será aprofundada. Em segundo lugar, suspender-se-á o conceito de sujeito, com base na problematização do campo transcendental, como condição de possibilidade de estudo da composição técnica dos conceitos de Informação e de Amplificação, de Gilbert Simondon. Nesta linha de entendimento, poder-se-á afirmar que a problematização da constituição dos corpos singulares fora compreendido em função do ponto ortogonal das filosofias de Michel Foucault e de Gilbert Simondon. Este é o objetivo principal a ser realizado nesta monografia, como forma de aprofundar o estudo sobre o regime de funcionamento das relações que articulam o conceito de identidade, que, com efeito, amplificariam o direito às existências em posição de diferença. Fi-lo, pois, a seguir.

## **2 MICHEL FOUCAULT E A PRODUÇÃO DOS ESTRATOS DO SUJEITO MODERNO**

No interior do curso “Subjetividade e Verdade”, proferido no *Collège de France*, no biênio 1981/82, Michel Foucault apresentou uma das tecnologias específicas que

incidem sob a constituição do sujeito como categoria filosófica, em conformidade com a sua autodeterminação posicional de objeto epistemológico. Ei-la:

Como o sujeito foi posto, em diferentes momentos e distintos contextos institucionais, como um objeto de conhecimento possível, desejável ou mesmo indispensável? Como a experiência e o saber que se podem fazer de si mesmo foram organizados através de certos esquemas? Como esses esquemas foram definidos, valorizados, recomendados, impostos? É claro que nem o recurso a uma experiência originária, nem o estudo das teorias filosóficas da alma, das paixões ou do corpo podem servir de eixo central numa pesquisa como essa. O fio condutor que parece ser o mais útil, nesse caso, é constituído por aquilo que poderia se chamar de “técnicas de si”; espécie de procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos ao indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si. Em suma, trata-se de recolocar o imperativo do “conhecer-se a si mesmo”, que nos parece tão característico de nossa civilização, na interrogação mais ampla e que lhe serve de contexto mais ou menos explícito: que fazer de si mesmo? Que trabalho operar sobre si? Como “se governar”, exercendo ações onde se é o objeto dessas ações, o domínio em que ela se aplicam, o instrumento ao qual podem recorrer e o sujeito que age? (FOUCAULT, 1997, pp. 109-110).

Esta constatação compreende o ponto central do pensamento de Foucault: o problema da constituição do sujeito, não em toda sua extensão histórica, mas a partir de uma perspectiva do conjunto das “tecnologias do eu”, a ampliação e investigação dos movimentos constitutivos dos conceitos de indivíduo, subjetividade, sujeito e identidade. Trata-se, aqui, da “composição técnica” do sujeito sob a forma de práticas que compõem a “Arqueogenealogia” de Michel Foucault, tanto em relação a inserção dos indivíduos em posições-de-sujeito, construídos pelos discursos, quanto as relações de poder que constituem os discursos sobre a posição-de-sujeito.<sup>1</sup>

De fato, a descrição empírico-metodológica foucaultiana concebe o espaço possível onde a desconstituição da noção de sujeito como um dado preexistente encontra o campo de realização, conflituoso ou harmonioso, das relações que constituem as práticas discursivas e não discursivas. Aqui, as regras de formação das diversas modalidades descritivas sobre o sujeito não se relacionam a uma unidade

---

<sup>1</sup> Justifica-se a utilização da “composição técnica” a partir do conceito de “técnica” de Gilbert Simondon (2005). Para o autor, o processo técnico antecede o processo de construção do humano (hominização), uma vez que as forças componentes do elemento humano indeterminam as funções pré-estabelecidas da ligação de um dispositivo exterior ao próprio corpo. Desse modo, as internalidades ajudam no processo de constituição à medida que ocorre novas virtualidades exploradas pelo corpo técnico, na qual, os conceitos deslocam-se dos contextos originais no momento de uma nova estrutura, com outra função, sentido e efeito, em conformidade com o encontro de diversos efeitos dos campos do saber e do poder. A técnica reivindica a zona de multiplicação virtual das diferenças, sob um processo de modulação, fluido e plástico, do real. Em síntese, segundo Gilbert Simondon afirma no final de sua carta a Derrida: “A técnica aparece geometricamente como um entrecruzamento de forças ” (SIMONDON, 1998, p. 266).

referencial, como elemento fundante da racionalidade de um sujeito transcendental, mas, ao contrário,

decorre da consideração de quais espécies de laços entre um certo número de enunciados poderiam ser reconhecidas validamente como responsáveis por uma unidade que os aglutinasse. Tal consideração se dá em quatro níveis, sob a forma de hipóteses: os enunciados formariam um conjunto enquanto se referissem a um único e mesmo objeto; seria esse conjunto definido em referência à forma dos enunciados e a seu tipo de encadeamento; os grupos de enunciados seriam definidos em função da determinação do sistema dos conceitos permanentes e coerentes que em tais grupos estariam em jogo; os enunciados poderiam ser reagrupados em função de seu encadeamento e sua referência a uma identidade e a uma persistência dos temas (FONSECA, 2007, p. 15).

Há, portanto, um “amplo sistema de formação e transformação dos enunciados que, segundo a arqueologia foucaultiana, coloca o problema da constituição do sujeito como expectativa de um futuro desenvolvimento” (FONSECA, 2007, p.18), assim como, a metodologia utiliza técnicas “que nos permite libertarmos destes velhos fundos de crença que nos fazem imaginar que temos diretamente acesso aos objetos, uma vez que faz abstração do sentido e da verdade” (FONSECA, 2007 apud DREYFUS e RABINOW, 1984, p. 13), ao “introduzir as noções de espaço e abertura, regidas por um sistema de regras que aparecem de maneira descontínua, e que não possuem outra inteligibilidade que o seu próprio regime” (FONSECA, 2007, p.13). A natureza política da constituição do sujeito encontra, desse modo, as estantes empoeiradas dos arquivos dos sujeitos.

Nesse mesmo sentido, segundo Michel Foucault, a compreensão do sujeito moderno deve ser analisada, inversamente, pelas “políticas da verdade”<sup>2</sup>. Ou seja, as estratégias de poder que compõem as relações de poder de um objeto/ideia não definido, não localizado e não identificado. Para o autor, as mudanças na sociedade não podem ser efetuadas “se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (FOUCAULT, 1979, p.149-150).

Desse modo, a genealogia do indivíduo demonstra como as relações de forças agem constituindo o objeto, visto que é preciso estudar as palavras e as coisas em seu

---

<sup>2</sup> Estas “políticas da verdade” compreendem a abertura a partir do qual exsurge o método genealógico, tanto de Michel Foucault quanto de Friedrich Wilhelm Nietzsche, e que transpõem, conceitualmente, a “vontade de poder” nietzschiana e a construção da “subjetividade moderna” foucaultiana. Não se trata, de analisar estes conceitos, mas de utiliza-los, enviesadamente, na problematização da produção dos estratos do sujeito moderno, conforme demonstraremos, reiteradamente, ao longo desta monografia.

pertencimento a um campo produtivo prévio, transcendental, e, só então, partirmos de mecanismos de objetivação, e de consubstanciação do sujeito, como resultado dos dispositivos do processo de subjetivação. Em suma: trata-se de um regime que trabalha em um duplo funcionamento: tanto como produtores e organizadores das forças, quanto como controladores das forças de composição. O primeiro em função da constituição dos objetos. O segundo em razão da dominação dos sujeitos. A operacionalidade das relações de forças recai, então, sobre os mecanismos produtores de ideias, palavras e ações (FONSECA, 2007, p. 33), pois é preciso, tão somente a

partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como seus mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados etc. por mecanismos cada vez mais gerais e por forma de dominação global (FOUCAULT, 1979, p.184).

A genealogia foucaultiana dedica-se, portanto, ao “espaço como o produto de práticas estáveis e como o campo de realizações dessas práticas” (FONSECA, 2007, p. 13), pois, é dentro da implicação mútua dos poderes dominantes e dos saberes constituídos, dentro da arqueologia e da genealogia, que institui-se um vínculo mútuo. Assim, a composição dos diferentes modos de produção do sujeito na cultura moderna ensinaria, nesse interregno, que “as relações de forças agem por meio de mecanismos de estratégias sutis, culminando com a produção de um tipo específico de indivíduo” (FONSECA, 2007, p. 37). Em outras palavras: é sobre o duplo ponto de vista das tecnologias de composição e formação apresentadas pelo autor ao longo de seu pensamento filosófico, a saber, a “arqueogenealogia”, que encontramos uma organização da experiência sob a égide de movimentos processuais que constituem-se a partir de quatro articulações, convergentes e contrapostas:

As tecnologias de produção, as tecnologias dos sistemas de signos, as tecnologias de poder, e, finalmente, as tecnologias do eu que operam sobre o próprio indivíduo em sua constituição como subjetividade ética (LUDUEÑA ROMANDINI, 2012, p. 9).

Nesse sentido, à guisa de introduzir o arcabouço conceitual da constituição do sujeito é importante analisarmos, mesmo que sucintamente, a quadripartição dos movimentos processuais de produção dos estratos do sujeito moderno, segundo o pensamento de Michel Foucault.

É importante destacarmos esse ponto, pois, de um lado, as tecnologias de produção dos objetos visam às comunidades de indivíduos que as compõem exercerem sobre sua própria natureza as substâncias biológicas na medida que transformam e manipulam o meio em que vivem, conforme aduz o filósofo Fábian Ludueña Romandini em seu livro “A comunidade dos espectros: I. Antropotecnia” (ROMANDINI, 2012). É precisamente por esse efeito que a “objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha na análise das riquezas e na economia (...), a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia” (FOUCAULT, 1982a, p. 231), complementa a construção do sujeito moderno.

Mas, por outro lado, também precisamos problematizar as tecnologias dos sistemas de signos que determinam um conjunto de regras linguísticas e semióticas como os instrumentos a partir dos quais as relações de significações e composições dos conceitos organizar-se-iam pela experiência do vivente. Isto é o que Foucault chamou de “objetivação do sujeito do discurso na *gramaire générale*, na filologia e na linguística” (FOUCAULT, 1982a, p. 231). Podemos, então, resumir nas seguintes palavras: a história e a economia fornecem instrumentos para as relações de produção do sujeito moderno, assim como, a linguística e a semiótica fornecem instrumentos para as relações de significação do sujeito moderno<sup>3</sup>. Estas duas divisões compreendem as organizações da experiência e do mundo a sua volta, em sentido de produção e formação histórica dos saberes constitutivos dos indivíduos e das identidades. Trata-se, aqui, do estudo das epistemes, conforme problematizado por Michel Foucault.<sup>4</sup>

Não obstante, em sentido concorrente, as tecnologias de poder aplicam-se à vida cotidiana, na categorização do indivíduo, e, sobretudo, na individualidade, ligando o indivíduo “à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1982a, p. 235). Nesse momento, o poder designa “um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT,

---

<sup>3</sup> Esta é a constatação dos efeitos que emergem do ponto ortogonal das filosofias de Michel Foucault e de Gilbert Simondon, analisadas nesta monografia.

<sup>4</sup> Em um belo verbete, o professor e filósofo Hilton Japiassu apresenta o conceito de “episteme”, vejamos: “O termo grego episteme, que significa ciência, por oposição à doxa (opinião) e a techné (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o “espaço” historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não científico). Fazer a arqueologia dessa episteme é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados.” (JAPIASSÚ, 1934, p. 87).

1982a, p. 240), que produz a necessidade de uma nova economia das relações de poder, que, a partir das formas de resistência, esclarecem e localizam, no plano físico e metafísico, as posições e utilizações dos métodos excludentes. É dizer: só há reciprocidade entre os polos constitutivos do poder, na medida em que há relações estreitas entre a teoria e a prática dos movimentos dos saberes constituídos e dos poderes dominantes. De tal forma que, segundo Michel Foucault, a implicação do procedimento analítico do poder recairá sobre as relações de poder que configuram o conceito de sujeito, e não o poder em si, uma vez que o seu funcionamento,

se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1982a, p. 243).

Disso decorre uma constatação: Foucault analisa as novas economias das relações de poder ligadas as formas de resistência, uma vez que o ponto de vista da racionalidade cede lugar as relações de poder a partir do próprio confronto das estratégias do poder e de resistência. Dessa maneira, o núcleo rígido da composição cede lugar a analítica das oposições de forças. Nesse ponto, o pensamento sobre as relações das forças fornecem instrumentos de dominação de acordo com o modelo das relações de poder complexas existentes em uma sociedade, que, com efeito, trata das análises das relações de poder evidenciadas em seu enraizamento nas comunidades antropotécnicas<sup>5</sup>. De fato, é na constituição dos modos de ação possível dos indivíduos, a saber, a composição técnica do sujeito necessita, a priori, ocupar um território empírico de constituição de um conhecimento positivo sobre um objeto possível e determinado.

---

<sup>5</sup> Utiliza-se a noção de “antropotécnica” segundo entendimento do filósofo Fabián Ludueña Romandini, que, em linhas concisas nos explica: “entenderemos por antropotecnia ou antropotecnologia as técnicas pelas quais as comunidades da espécie humana e os indivíduos que as compõem agem sobre sua própria natureza animal com o intuito de guiar, expandir, modificar ou domesticar seu substrato biológico, visando à produção daquilo que a filosofia, em um primeiro momento, e, logo a seguir, as ciências biológicas e humanas se acostumaram a chamar de “homem”. O processo de hominização e a própria história da espécie homo sapiens até a atualidade coincide, então, com a história das antropotecnologias (econômicas, sociais, educativas, jurídico-políticas, éticas) que têm buscado, incessantemente, fabricar o humano como ex-tasis da condição animal. Sob este ponto de vista, toda antropotecnologia descansa sobre uma politização constitutiva da vida animal que se quer domesticar e cultivar no processo de civilização” (LUDUEÑA ROMANDINI, 2012, p. 9). Esta leitura posterior e externa àquela de Michel Foucault, conjuga-se, diametralmente, à proposta aqui defendida: a “antropotécnica” e a produção dos estratos do sujeito moderno são a um só tempo a fonte e cisterna da constituição do sujeito moderno, pois dialogam e desdobram-se, entre si, com as forças que se entrecruzam e compõem a prática e consubstanciação dos conceitos de sujeito e de identidade.

Por fim, a última articulação dos movimentos processuais de produção dos estratos do sujeito moderno trata das tecnologias e estéticas de si, que, segundo Michel Foucault, em seus estudos sobre a Antiguidade Clássica e tardia, especialmente na Grécia, constituem o conhecimento de si próprio, o encontro de “um “cuidado de si”, ora a partir do bom uso dos prazeres, ora a partir do domínio sobre o próprio corpo” (BORGES, 2008, p.38). Desse modo, procurava-se reconstituir, nesse campo,

os modos como os indivíduos se relacionavam com a sexualidade, a fim de demonstrar que ao longo do tempo, especialmente pela inserção de um poder pastoral, os temas da virgindade, da monogamia, da heterossexualidade, do casamento legítimo deixaram de ser relacionados ao “desejo” para serem recolocados na questão do “prazer” (BORGES, 2008, p. 38).

Esta experiência não importava nas mudanças dos desejos, atos e prazeres moralmente aceitos ou não pela sociedade, mas, ao contrário, destacava a dinâmica que relacionava estes movimentos. Não havendo, portanto, um mecanismo de subjetivação que constituiria uma identidade própria. Nesta acepção, as “técnicas de si”,

permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com ajuda de outros um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser, de transformarem-se, a fim de atender certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 1994, p. 1).

De fato, ao analisar o comportamento sexual dos gregos, Foucault demonstra a existência de uma “tecnologia de si” ao retratar o conceito grego *APHRODISIA* como:

a relação dos atos de prazer com um campo agonístico de forças difíceis de serem dominadas, no qual o comportamento sexual deveria estar relacionado a um verdadeiro “domínio de si”, em que o sujeito seria mais forte do que ele mesmo no uso do poder que exerceria sobre os outros, operacionalizado através de condutas e estratégias de medida, de tempo, de quantidade, de oportunidade, etc. (BORGES, 2008, p. 38-39).

Certamente, essas estratégias de

reflexão sobre o uso dos prazeres não estaria, assim, submetida a um rígido código de leis e costumes, mas a uma tripla estratégia: a *necessidade*, isto é, o ato e o prazer deveriam estar fundamentados por uma necessidade provocada pelo desejo; o *momento*, pois era indispensável se reconhecer o momento oportuno para a prática do ato sexual, respondendo-se à pergunta: “quando convém?”; e o *status*, ou seja, a arte de usar o prazer deveria se modular levando em consideração aquele que a usa, conforme seu estado(...) Nesse sentido, o “bom uso dos prazeres”, com base na necessidade, no controle do momento e do status, não seria, tal o cristianismo, um forma de austeridade e sujeição dos indivíduos a uma mesma forma, a uma mesma lei universal, mas sim, uma *techne*, uma prática de um “saber-fazer”, que levava em conta princípios gerais, capazes de guiar o sexo no seu próprio momento, de acordo com o seu contexto, e em função de seus próprios fins. O sujeito ético era

aquele que, no uso de sua temperança [*sophrosyne*] e no domínio de si, e de seus atos, era capaz de modular sua atividade sexual conforme sua necessidade, seu momento e seu status. O sujeito pensa-se a partir de suas práticas (BORGES, 2008, pp. 39-40).

Nesse sentido, ao estudar as condições nas quais se consubstancia a experiência do indivíduo, Michel Foucault constata como os gregos procuravam constituir-se como “mestres de si”, ao contrário dos processos de subjetivação modernos, que implicariam ao indivíduo uma identidade formatada, à luz de um modelo transcendental.<sup>6</sup>

Por fim, é importante salientarmos que as relações desses estratos determinam a potencialização de uma tecnologia sobre os demais estratos, na medida em que o movimento que vai de um ponto ao outro engendra, de forma ortogonal, um campo de possibilidade, e de atuação, dos processos de constituição do sujeito. Disso decorrem três consequências: as diferenças conceituais dos vocábulos indivíduo, subjetividade, sujeito e identidade, a repartição dos processos de constituição e transformação do sujeito, e da amplificação do Direito às existências em posição de diferença, em conformidade com o conceito de identidade.

Em virtude do grau de complexidade, analisaremos as duas primeiras consequências no item a seguir, e, após, em ponto específico, demonstraremos as interconexões dos conceitos de Sujeito, Direito e Identidade na modernidade.

## 2.1 OS MOVIMENTOS PROCESSUAIS: A ORGANIZAÇÃO E A COMPOSIÇÃO

Inicialmente, reafirmamos a proposta foucaultiana: devemos problematizar o sujeito não em toda sua extensão e complexidade, mas, especificamente, a partir de sua constituição em relação aos mecanismos de objetivação e subjetivação da modernidade.

A constituição do sujeito aparece, nesse ponto, como condição de possibilidade do próprio conceito de sujeito que atravessa toda a obra de Michel Foucault, que, por sua vez, fundamentará tanto as formações históricas dos saberes, as epistemes, quanto as políticas da verdade, ambas em conformidade com as práticas discursivas e não discursivas.<sup>7</sup> Em suma: “o sujeito é produzido como um efeito do discurso e no

---

<sup>6</sup> A tecnocracia do sujeito transcendental kantiano é exposta nas notas de rodapé nº 21, 22, 23, 30, 31 e 32 desta monografia.

<sup>7</sup> Para uma análise conjugada reiteramos os postulados das “políticas da verdade”, explicitadas, sucintamente na nota de rodapé nº 2, página 13 desta monografia.

discurso, no interior de formações discursivas específica, não tendo qualquer existência própria.” (HALL, 2000, pp. 119-120). Esta descrição formal da construção da posição-de-sujeito complementa-se á materialidade da composição posicional no interior do discurso e no exterior das relações de poder, vez que o próprio discurso é regulado e determinado pelas relações de poder que permeiam a organização social, de modo a engendrar, não obstante, uma nova concepção das relações de forças, deslocando de posição a exposição do corpo<sup>8</sup> como um funcionário “significante” da condensação das subjetividades no indivíduo (HALL, 2000). Assim, analisar as “formas e modalidades da relação com o eu pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece” (HALL, 2000, p. 124) compreende a

produção do eu como um objeto do mundo, as práticas de autoconstituição, o reconhecimento e a reflexão, a relação com a regra, juntamente com a atenção escrupulosa à regulação normativa e com estrangulamentos das regras sem os quais nenhuma “subjetividade” é produzida. (...) É preciso uma teoria que descreva os mecanismos pelos quais os indivíduos considerados como sujeito se identificam (ou não se identificam) com as “posições” para as quais são convocados; que descreva de que forma eles moldam, estilizam, produzem e ‘exercem’ essas posições; que explique por que eles não o fazem completamente, de uma só vez e por todo o tempo, e por que alguns nunca o fazem, ou estão em um processo constante, agonístico, de luta com as regras normativas ou regulativas com as quais se confrontam e pelas quais regulam a si mesmos – fazendo-lhes resistência, negociando-as ou acomodando-as (HALL, 2000, pp. 125-126).

Desse modo, apesar das divergências conceituais do teórico cultural Stuart Hall e do filósofo Michel Foucault, em matéria identitária, constata-se em ambos os problemas da organização e composição do sujeito

---

<sup>8</sup> Utiliza-se o conceito de “corpo”, nesta monografia, como elemento de identificação do sujeito, tanto em sua exclusão pelos procedimentos jurídicos quanto pela construção do corpo de forma separada da pessoa. Assim, os corpos estão sob estado de dependência e de interconexão, de modo que o sujeito é distinto de seu corpo, permitindo, assim, transações e regulações de mercado em sua superfície, como uma entidade normalizada. O corpo, portanto, se insere no contexto das práticas discursivas e não discursivas a partir de sua constituição localizada em formas de enunciação e jogos de poder, na medida em que a operação de construção sobre o corpo não se desvincula dos processos constitutivos como condição de possibilidade do próprio regimento prático do saber e do poder do próprio corpo. É dizer: o corpo é o produto da técnica que elabora e desvenda o sujeito não como estatuto ontológico, mas como efeito de um poder produtivo. Leia-se estas conjecturas na linha de pensamento de autores como Francisco Ortega e Angela Couto Machado Fonseca que problematizam as estruturas epistemológicas ao descentralizar o sujeito moderno do eixo da identidade sob o aspecto do que poderíamos chamar de “viração” da ascense em bioascense, em que pese o trabalho, ou a condição, sobre o corpo elabora (bio)identidades, na introdução do corpo como um feixe de dados na qual “os aspectos constituintes da subjetividade são deslocados do terreno abstratos dos atributos e capacidades, tidos modernamente por evidentes e inerentes ao humano, para se assentarem no mapa corporal e biológico. Os sujeitos podem ter suas identidades definidas a partir das informações de seus corpos. A subjetividade perde seu contato direto com uma ‘substancia’ ou uma ‘essência’ universal do homem, para ser delineada a partir da combinação de dados biológicos” (FONSECA (b), 2014, p. 218).

quer pensando na objetivação do sujeito como sujeito falante, produtivo e vivente, realizada por modos de investigação que procuravam obter um estatuto de ciência; quer estudando a objetivação do sujeito enquanto dividido no interior de si próprio e perante os outros, realizada pelo que chamará de “práticas discordantes” que fazem do sujeito um objeto passível de ser dividido, por exemplo, em louco e são, sadio e doente, criminoso e não criminoso. E, por fim, quer estudando as formas pelas quais um ser humano é transformado em sujeito, considerado educado para ser capaz de se reconhecer sujeito de algo, como sujeito de uma sexualidade (FONSECA, 2007, p. 21-22).

Estas ferramentas de análise relacionam-se às formas determinadas do *arquivo* constitutivo do sujeito moderno, pois conjugam-se às regras coercitivas de um *diagrama*<sup>9</sup>. Este conceito foucaultiano da função não-formal de mapeamento das relações de forças produz, então, as linhas que compõem o espaço ocupado e propagado da materialidade do sujeito e de sua identidade. Entretanto, nos cabe aqui apenas ventilar este conceito na problemática da constituição do sujeito e da identidade de Michel Foucault.

Desse modo, a título metodológico-reflexivo, utilizaremos a justaposição dos processos e dos mecanismos de objetivação e subjetivação do indivíduo moderno, em um duplo prisma: por um lado, a compreensão dos estudos acerca da “constituição dos indivíduos modernos como objeto, um corpo dócil e útil” (FONSECA, 2007, p.24); e por outro lado, a compreensão sobre a constituição do indivíduo moderno como sujeito: “indivíduo preso a sua identidade pela consciência de si” (FONSECA, 2007, p. 25). Tratar-se-á, portanto, da materialização dos efeitos de poder e dos saberes nos movimentos processuais em três procedimentos e em um mecanismo de compreensão: este como um processo de ossificação das virtualidades da diferença (PINTO NETO, 2017), a saber, a identidade; aqueles como os processos de individuação, identificação e subjetivação do indivíduo. Começemos, pois, pelos três procedimentos.

---

<sup>9</sup> Pensa-se no conceito de diagrama segundo os ensinamentos de Gilles Deleuze: “O diagrama, ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos (...) mas não deixa de ser verdade que o diagrama age como uma causa imanente não-unificadora, estendendo-se por todo o campo social: a máquina abstrata é como a causa dos agenciamentos concretos que efetuam suas relações; e essas relações de forças passam, “não por cima”, mas pelo próprio tecido dos agenciamentos que produzem” (DELEUZE, 2013, p. 46). Nota-se, com efeito, que o diagrama é a máquina de produção de perspectivas, a qual, poder-se-ia acoplar teoricamente nas práticas dos alcóolicos anônimos bem como dos povos ameríndios, conforme tentamos explicitar no decorrer da monografia.

### 2.1.1 A Individuação

Uma das matrizes do processo de constituição do sujeito é a individuação. Em sentido amplo, a individuação trata do processo por meio do qual um organismo, material ou imaterial, se realiza numa unidade, ou seja, em um indivíduo, ao mesmo tempo semelhante e diferente aos demais membros que compõem sua esfera específica e biológica. Ou seja, é o processo em que o organismo se torna singular dentro de sua espécie, ainda que não abandone as suas características comuns. Nesse sentido, o modelo ocidental de individuação utiliza dessa concepção para centralizar o conceito de indivíduo e realizar a concepção da condição humana. É dizer: a presença da reflexividade engendra indivíduos singulares, ao situa-los na existência de uma autoreflexão, mais conhecida pelo aforismo grego “conhece-te a ti mesmo”, onde o conhecimento de si mesmo produz o sujeito através de mecanismos endógenos ao organismo, a sua reflexividade, e por meio de dispositivos exógenos, os mecanismos coercitivos das relações de poder/saber, ambos na medida que o reconhecimento dos limites do indivíduo define as condições de realização humana. Se a individuação confronta-se com a verdade sobre si mesmo, a individuação na modernidade, conseqüentemente, realiza a concepção do indivíduo humano<sup>10</sup>. Nesse sentido, o termo individuação remete

ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólicopolítica do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identificasse em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade (ORLANDI, 2011, p. 22).

Ainda neste cenário, mas à luz das diferentes formas de constituição do sujeito, pode-se convencionar que as conseqüentes modulações da individuação

estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais.

---

<sup>10</sup> Estas elucubrações dizem respeito, em síntese, às referências encontradas nas palavras do Prof. Dr. Marco Heleno Barreto, sobre o tema da individuação, em sua palestra no Café Filosófico – CPFL, da TV Cultura, ao qual remetemos o nosso leitor. BARRETO, Marco Heleno. Individuação: entre o destino e a liberdade. 2009. Disponível em: <<http://www.institutocpfl.org.br/2009/02/26/individuacao-entre-o-destino-e-a-liberdade-marco-heleno-barreto/>>. Acesso em: 31 maio. 2018.

Assim, a noção de sujeito individuado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduosociedade é uma relação política. Nesta teorização, nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais (ORLANDI, 2011, p. 22).

Em outras palavras: o surgimento do indivíduo nas sociedades modernas constitui sua singularidade no interior do entendimento racional. No entanto, em nosso entendimento, não se trata de estudarmos a constituição do indivíduo a partir de seu contexto histórico, de seu ponto de surgimento, de seu evento de horizonte fechado, imenso e imerso na situação histórica dos saberes constituídos e dos poderes dominantes; mas, ao contrário, problematizarmos o conhecimento sobre a constituição do indivíduo, a partir do momento a um só tempo dentro e fora de seu campo de contextualização. Não há, portanto, uma crítica aos regimes de conhecimento da individuação, mas apenas uma analítica conceitual do ponto de vista da manufatura de novos conceitos sobre o indivíduo. Ou seja, na linha dos pensadores aqui analisados, bem como em nosso entendimento, o privilégio ontológico do indivíduo cede lugar ao estudo da composição técnica posicional do próprio indivíduo: para além de um centro de intencionalidade constituído por uma diferença de potencial interno<sup>11</sup>, há a “manifestação individual de uma multiplicidade biossocial” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 46), ativada, informada e agenciada por um ou mais pontos de vista.

Assim, as relações de forças encontram-se relacionadas as determinações práticas dos processos de individuação, bem como, aos desdobramentos dos processos de constituição do “ser” que acontecem e aparecem no indivíduo e em seu meio.<sup>12</sup> Com efeito, a modalidade de se tornar um indivíduo compreende, nesse contexto, uma individuação que diz respeito menos a realização do humano do que a realização das condições de possibilidade na existência física e metafísica<sup>13</sup>, que em um conhecimento

---

<sup>11</sup> “O estável torna-se um caso da instabilidade; a identidade, um caso da diferença. Se tomarmos o pensamento de Foucault ao lado de outros filósofos do mesmo período, como Deleuze e Derrida, era uma nova leitura ontológica que tomava forma, invertendo o primado da identidade não apenas de modo dialético, mas a partir de um pensamento que tomasse a diferença como força constituinte da própria estabilidade. Seja na forma de um fundo virtual ou pré-individual, seja pela diferença (*différance*), a própria noção de identidade passou a ser secundária, não mais associada a uma *arkhe* ou mesmo um *telos* (no início ou no fim, sempre uma presença total a si mesma – a verdade descoberta – estaria posta), mas enquanto um *habitus* que estabiliza uma gama infinita de virtualidades” (PINTO NETO, 2017, p. 3).

<sup>12</sup> Nesta monografia, em matéria de individuação, aborda-se a análise da comunicabilidade entre a individualidade e a individuação: ora como desconexão à luz das noções de substância e representação, ou seja, a individuação institucional moderna, conforme problematizada por Michel Foucault; ora como potencial diferencial das formas e da informação, ou seja, a individuação segundo o filósofo Gilbert Simondon. Estas especificidades estão explicitadas ao longo desta monografia.

<sup>13</sup> Trata-se, aqui, da articulação de uma nova metafísica, principalmente sob o prisma das filosofias de Michel Foucault e de Gilbert Simondon (além de alguns apontamentos pertinentes de Gilles Deleuze),

acerca das condições de realização humana a pressuposição do reconhecimento de um nível predecessor: a dialética da composição das formas antecede a unidade reflexiva que realiza a própria individuação. Nesse sentido, a composição do indivíduo moderno e a conseqüentemente produção da ideia da condição humana resumem-se no brocardo “a coexistência precede a essência.”<sup>14</sup> De toda sorte, podemos, então, analisar a obrigação de se constituir um corpo singular a partir do processo de incidência de certas formas e de determinados conteúdos programáticos de ordem intermediárias, pois, tão somente, na mediação dos regimes de funcionamentos material e de expressão que encontramos, não obstante, o objetivo da constituição do sujeito como objeto de conhecimento: uma dependência de um outro sobre o outro elemento de articulação. Trata-se, aqui, dos postulados da identificação.

### 2.1.2 A Identificação

Outra matriz procedimental do processo de constituição do sujeito é a identificação. De início, convém destacarmos que o modelo ocidental moderno de identificação centraliza o conceito de subjetividade na realização, especificação e dominação da concepção de um sujeito ou de um objeto.<sup>15</sup> Nesse contexto, a unidade de

---

que tratam, com efeito, da organização da composição técnica do sujeito moderno à luz da imanência. Em linhas gerais, articula-se uma metafísica pragmática, de verniz radical, como um aporte para ser eticamente vivível. Os conceitos de sujeito e de identidade encontram-se, portanto, na produção do processo epistemológico, com a composição do indivíduo, de sua agência, para além do voluntarismo/expontaneísmo moderno.

<sup>14</sup> Esta é a crítica do filósofo Peter Sloterdijk às filosofias existencialistas, em especial a heideggeriana. Em seu humanismo onto-antropológico, Heidegger constituiu a condição do homem (*Dasein*) em relação a permanência do homem e seu reconhecimento dos limites que definem as próprias condições da realização humana. Entretanto, para Sloterdijk, compreender o humano e o homem a partir de sua perspectiva ontológica impede o ingresso do elemento biológico e paleontológico na reflexão, uma vez que a proximidade do ser, da habitação na abertura do mundo, responderia negativamente ao contexto em que está inserido. Assim, Sloterdijk propõe-nos a questão da biotecnologia como elemento antecedente da condição humana, apoiando-se na coevolução da forma com a vida, ou seja, entre um sistema e seu meio. Podemos resumir o seu pensamento em uma frase: não há, a princípio, indiferença; ou, em outras palavras: “na experiência da origem, a coexistência, o ser-com (*Mitsein*), precede a existência. Nesse ponto, Sloterdijk nitidamente inverte a analítica heideggeriana, deslocando o eixo gravitacional do horizonte originário do *Dasein* (ser-aí) ao *Mitsein* (ser-com). O ser-aí é uma matriz existencial e fenomenológica fortemente impregnada de metafísica da subjetividade. Ao contrário, o ser-com é justamente o que caracteriza as hordas dos homonídeos e as “jangadas sociais” do Paleolítico” (PETRONIO, 2013, pp. 59-60).

<sup>15</sup> Conforme mostraremos ao longo desta monografia, o descolamento do sujeito como eixo central do conceito de identidade, pretende a um só tempo desmontar a ideia de uma identidade fixa e de um sujeito universal. Para tanto, problematizaremos duas construções do sujeito e de identidade modernas. Em síntese, disseminado pelo texto, encontram-se: a teoria do sujeito a partir da cibernética e da “epistemologia” dos alcóolicos anônimos, do antropólogo Gregory Bateson; a construção do sujeito no pensamento cosmopolítico amazônico, em especial a vertente xamânica do perspectivismo ameríndio –

identificação primordial é a apropriação de atributos correlatos a outros seres pelo qual se constitui o fazer epistemológico, ao qual, segundo Michel Foucault, recai sobre o empreendimento genealógico. Trata-se de uma análise das

práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser (...) (FOUCAULT, 1984, p. 11).

Esta perspectiva foucaultiana coloca em questionamento a produção da constituição do sujeito moderno, ao definir a analítica do poder como ponto de convergência metodológica das subjetividades modernas, pois, se trata menos de definir o poder a partir da repressão (impedimento de uma ação) do que definir o poder sobre movimentos contínuos de incitação (aquilo que nos impele a agir).<sup>16</sup> Disso decorre a pergunta: qual elemento precede o sujeito que pensa a si mesmo como ser pensante? Em sentido amplo, tratar-se-á de uma identificação que, por meio de um articulação diferencial “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui” (HALL, 2000, p. 106). Ou seja, em vista da constituição da subjetividade, uma possível resposta encontra-se problematizada por Vladimir Safatle, filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP). Safatle afirma que:

---

tornar-se outro com o outro, que se torna também um outro, mas um outro do outro - e do multinaturalismo, conforme estudado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Os exemplos aqui problematizados tratam, em certa medida, do corpo como forma de construção da identidade e do processo de constituição de um sujeito emergido como produto das forças do Lado de Fora, ou seja, as práticas subjetivas manuseadas pelos filósofos aqui estudados, determinam os modos de subjetivação e de identificação, bem como os esboços das identidades, entranhadas em um tecno-materialismo pós-humanista de chave ontológica espectral: o alcoolista e o *devirista animale* – v.g. o xamânico, assim como o louco, o sátiro, o profeta etc., tomam formas de sujeitos em posição de diferença. De tal modo que o objetivo desta monografia é a construção um conceito para essas práticas subjetivas, a qual, nomeamos, por estilo, de Identidades Silenciosas.

16 Destaca-se, nesse sentido, a crítica foucaultiana à incidência ontológica do discurso sobre o sexo (sexualidade). Para Foucault, “evoca-se com frequência os inúmeros procedimentos pelos quais o cristianismo antigo nos teria feito detestas o corpo; mas, pensemos um pouco em todos esses ardis pelos quais, há vários séculos, fizeram-nos amar o sexo, tornaram desejável para nós conhecê-lo e precioso tudo o que se diz a seu respeito; pelos quais, também, incitaram-nos a desenvolver todas as nossas habilidades para surpreendê-lo e nos vincularam ao dever de extrair dele a verdade; pelos quais nos culpabilizaram por tê-lo desconhecido por tanto tempo. São esses ardis que mereceriam espanto hoje em dia. E devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustêm seu dispositivo conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de votar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras. Ironia deste dispositivo: é preciso acreditarmos que nisso está nossa “liberação” (FOUCAULT, 1999, p. 149).

se é fato que não é possível haver laço social sem alguma forma de identificação, já que a identificação visa explicar a dimensão produtiva do poder, ou seja, a maneira com que o poder produz a vida psíquica, mobiliza afetos e demandas de amor, constituindo os sujeitos aos quais ele se relaciona, então será a tematização da transferência que pode nos abrir as portas à compreensão dos modos de abandono da dominação. (...) toda identificação é um exercício de poder. No entanto, nem todas as relações de poder são relações de dominação. Pois podemos lembrar como a sustentação dos processos identificatórios se dá, em última instância, por aquilo que nem eu nem o Outro é capaz de dominar (SAFATLE, 2017, p. 211).

Desse modo, conclui-se que a produção da identificação converter-se-á em uma das ferramentas de aplicação do sujeito moderno e do conceito de identidade no campo jurídico, motivo pelo qual utilizaremos os supramencionados sentidos da identificação, em vista da constituição da subjetividade.<sup>17</sup> Trata-se, aqui, de utilizarmos na constituição do sujeito como objeto do conhecimento um terceiro elemento de articulação, que empreende uma operação constitutiva de modo fixo, de modo estabilizador. Trata-se, portanto, dos postulados da subjetivação.

### 2.1.3 A Subjetivação

Outra matriz procedimental do processo de constituição do sujeito é a subjetivação. Em sentido amplo, trata-se de um processo que “se origina do poder e do saber, e cria, uma vez constituída, uma dimensão da subjetividade que não depende deles” (FONSECA, 2007, p. 30). Por sua vez, em sentido estrito, os processos de subjetivação referem-se à forma que o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto, pois tão somente sob o prisma dos mecanismos de objetivação que o sujeito se torna objeto para o conhecimento. Ou, em outras palavras:

---

<sup>17</sup>Em relação a identificação é possível dizer que a identificação trata do processo através do qual um indivíduo se realiza através de múltiplas transformações do movimento estético da realidade sensível, seja em relação aos seus próprios corpos, seja como resultado do contexto de experimentação dos elementos que habitam o lugar-sujeito. É dizer: a determinação ontológica depende de um elemento que se assenta em estruturas potenciais de um habitat, ao situa-los na existência de um corpo. A identificação é produzida através das forças de descentralização do corpo em relação ao reconhecimento da expansão do saber/poder na constituição dos indivíduos. Reorganizam-se em função do fazer político, a saber, da capacidade de estabelecer outras conexões entre objetos sem depender, a priori, das relações do sujeito que os observa. Por sua vez, a matéria da identificação, mas em relação a subjetividade, tratar-se-á de abordar a análise do grau de experiência, sob a constituição dos afetos políticos, em correspondência aos suportes de poder da materialidade técnica dos movimentos que ocupam, suas subjetividades: ora como produto e produtor de impotência, sob o afeto “medo”, ou seja, a identificação institucional moderna; ora como plano relacional das relações de força e de suas mobilizações discursivas, ou seja, uma identificação sob o pensamento do filósofo Gilbert Simondon; ou, ainda, como a multiplicação da capacidade dos corpos de se afetarem e de serem afetados, pois possuem alterabilidade potenciais, ou seja, uma identificação múltipla. Estas especificidades estão explicitadas ao longo desta monografia.

os chamados processos de subjetivação, nesse caso, referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto. Os processos de objetivação, por sua vez, dizem respeito ao modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento. A objetivação e a subjetivação são, portanto, processos complementares que se relacionam por meio do que Foucault resolveu chamar de jogos de verdade (CASTANHEIRA; CORREIA, 201-).

Desse modo, as determinações dos diferentes modos de constituição do sujeito que

transformam o ser humano em sujeito se orientam no interior de várias práticas: a) os modos de investigação que tomam em consideração o sujeito que trabalha, como a economia, a análise das riquezas; as investigações que têm como problema o sujeito que fala, como a linguística, a gramática; e aquelas que objetivam o homem enquanto ser vivo, como a biologia, a história natural etc. b) os processos de objetivação que intensificam procedimentos racionais de campos identitários para os indivíduos – as práticas divisoras do sujeito, tanto no interior de si mesmo como em sua relação com os outros homens – a razão, a emoção; a mente, o corpo; o doente, o sadio, o delinquente etc. c) as práticas em que o ser humano se reconhece como sujeito da sexualidade (FRANÇA; ZANETTI, 2011, p. 322).

De fato, trata-se de um modo do indivíduo constituir a parte mais secreta de sua subjetividade, embora, aqui, compreende-se por subjetividade “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 236). De toda sorte, o modelo ocidental de subjetivação utiliza-se da unidade dialética entre forma e conteúdo para centralizar o conceito de identidade e realizar a concepção de um sujeito metafisicamente centrado. Em outras palavras, como bem colocou Foucault:

esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma sujeito a (FOUCAULT, 1982a, p. 235).

Desse modo, a presente monografia utilizar-se-á dos supramencionados sentidos da subjetivação, em vista da constituição da identidade.<sup>18</sup> Desse modo, privilegiamos a

---

<sup>18</sup> É possível dizer que em relação a subjetivação tratar-se-á do processo segundo o qual um indivíduo é produzido por meio de relações de forças que controlam as diferenças de intensidades (virtuais) e extensões (reais), complementares e mutuamente excludentes, tanto no organismo que sofre individuação quanto no sistema de identificação em que este faça parte. De modo que a (re)organização dos elementos constitutivos funcionam à luz de um trabalho proposital para se atingir uma forma de escape dos saberes constitutivos e dos poderes dominantes. É dizer: a determinação ontológica depende de elementos que se assentam em estruturas de efeitos do saber/poder, ao serem situados na existência de

constituição do sujeito a partir de um mecanismo de compreensão em abertura ao contexto ambiente, haja vista as mudanças estruturais das formas padrões, sociais e individualizantes dos processos de subjetivação modernos que se encontram em posição de diferença.

## 2.2 SUJEITO, DIREITO E IDENTIDADE

Diante do exposto no tópico anterior é possível constatar que a depender do regime de funcionamento das relações que articulam a produção e circulação dos substratos do sujeito moderno, os conceitos de indivíduo, sujeito, subjetividade e identidade são operados em um lugar onde a razão reconhece-os como limite e fundamento. Tal perspectiva deve ser analisada a partir do e como resultado do movimento de implicação dos Poderes e dos Saberes instituídos nas sociedades.<sup>19</sup> Por esse motivo, problematizamos o augusto pensamento de Michel Foucault que, em um belo parágrafo, sintetiza a relação dos poderes e dos saberes em seu projeto filosófico:

Queria ver como esses problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2012a, p. 43).

---

um corpo. Assim, uma das formas de organizar a experiência de composição de um sujeito, sob uma estética da existência, que nos coloque com os próprios elementos constitutivos, acaba por demonstrar o processo de constituição do sujeito sob uma vinculação da técnica à realidade, via experimentação metafísica do maquinário do real, a um só tempo de unidade e multiplicidades das relações de forças nas quais estamos implicados via constituição dos corpos singulares: a individuação e a identificação segundo os conceitos de Informação e Amplificação de Gilbert Simondon. Conclui-se, então, que para analisar essa composição exige-se um esforço de suspensão do conceito de sujeito, na medida em que a conexão da gênese transcendental da diferença por meio da constituição dos corpos singulares. Este é o objeto analítico desta monografia. Por sua vez, em matéria de identidade, a subjetivação é tratada a partir da análise da subjetividade, à luz das ocupações, em correspondência aos fundamentos da posição-de-sujeito e de um mecanismo de compreensão (a identidade): ora como igualdade dos sujeitos, à luz da universalidade, a saber, a subjetividade institucional moderna; ora como diferença relacional das singularidades, a saber, a subjetivação segundo o filósofo Gilbert Simondon.

<sup>19</sup> Uma síntese didática feita pelo filósofo Vladimir Safatle, ao insistir nos “ensinamentos” do literato Franz Kafka, como horizonte de percepção desse movimento, tratar-se-á do poder como “uma questão de compreender seus modos de construção de corpos políticos, seus circuitos de afetos com regimes extensivos de implicação, assim como compreender o modelo de individualização que tais corpos produzem, a forma como ele nos implica” (SAFATLE, 2016, p. 15). E, em relação dos poderes, pode-se resumir as estratégias dos saberes instituídos a partir da formação e composição do Saber de uma época sob os movimentos de fechamento em si mesmo, de classificação e reconhecimento das semelhanças e diferenças entre os objetos visíveis, de fundamentação na identidade e na alteridade, e de contribuição numa base invisível em relação aos conjuntos de regras que organizam teorias e práticas, a saber, as estruturas adjacentes ao pensamento.

Assim, conclui-se que nas sociedades modernas, as produções das fronteiras conceituais são pensadas “como sistemas de normas, valores e regras que estruturam formas de comportamento e interação em múltiplas esferas da vida” (SAFATLE, 2016, p. 15). Trata-se de uma prática de adestramento conceitual<sup>20</sup> na qual as “sociedades cujo modelo de inscrição se dá a partir da determinação de sujeitos sob a forma de indivíduos” (SAFATLE, 2016, p. 17), constituem o seu aporte conceitual sob a medida de uma unidade fechada da consciência<sup>21</sup>: a estrutura sistemática do conceito de sujeito nas sociedades modernas, como generalização conceitual em abordagem estritamente desenvolvida sobre preceitos legais – norma e fato – de um sistema autocentrado e fechado.<sup>22</sup> Esta é a base na qual a moderna dogmática jurídica do conceito de sujeito e de identidade assentam suas estruturas fundantes. Trata-se da incidência do pensamento

---

<sup>20</sup> Esta simplificação do conceito encontrada, sobretudo, nas filosofias pós-kantianas “giravam em torno de uma enciclopédia universal do conceito que remeteria sua criação a uma pura subjetividade, em lugar de propor uma tarefa mais modesta, uma pedagogia do conceito, que deveria analisar as condições de criação como fatores de movimentos que permanecem singulares” (DELEUZE, 2010, pp. 18-19). Com efeito, a nossa tentativa é invocar as filosofias de Michel Foucault e de Gilbert Simondon para encontrarmos o “fora”, e coloca-lo na equação dos processos de construção de um conceito, ao contrário de apenas analisar a “atividade fundamentada na recorrência a estruturas normativas consensuais tacitamente presentes no horizonte de validação de nossos critérios de julgamento” (SAFATLE, 2016, p.15). Em suma: é pensar os conceitos sob os pontos de vistas nos quais os elementos de constituição estão em movimentos de implicação ético-discursivos diferentes, para além do conceito como verdade, o conceito como processo de construção, bem como dos diferentes modos de ser utilizado.

<sup>21</sup> O sujeito transcendental kantiano: um sujeito cognoscente que retira dos objetos a parte idêntica do próprio sujeito na medida em que o objeto cognoscível é o produto dessubjetivado pelo resultado da produção de um conceito. Nesse ponto de vista, conhecer é objetivar.

<sup>22</sup> A princípio, colocar o sujeito cognoscente em primeiro plano e, assim, privilegiar uma forma de conhecimento sobre as coisas, em detrimento da coisa em si, no processo de integração do fazer epistemológico, contribui à fundamentação do conhecimento e das perguntas sobre a composição da realidade em si mesma, uma introjeção em primeiro plano no sujeito cognoscente. Ou seja, não são os objetos conhecidos que entram no campo de indagação do fazer científico, mas, ao contrário, o sujeito em sua forma de conhecê-las. O plano do empírico, ao suportar as relações e as funções do sujeito com o objeto, é constituído, doravante, à forma e ao fundo do sujeito cognoscente ao mesmo tempo que para o sujeito cognoscente o caráter inteligível das coisas torna-se o modo de constituição dos objetos científicos. Assim haveria um campo primordial que condicionaria as possibilidades do nosso acesso ao plano do empírico, de modo que a constituição de um campo transcendental restringe o acesso à coisa-em-si. Kant afirma: “Que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, não há duvida alguma, pois, do contrário, por meio do que a faculdade do conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela. Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas provocada por impressões sensíveis) fornece de si mesmo, cujo aditamento não distinguimos daquela matéria-prima antes que um longo exercício nos tenha tornado atentos a ele e nos tenha tornado aptos à sua abstração” (KANT, 1983, p.23).

filosófico de Immanuel Kant na constituição do sujeito transcendental.<sup>23</sup> Ou seja, um sujeito formado por um “eu sintetizo” adjacente às representações do próprio sujeito. Kant, em um belo parágrafo sintetiza essas premissas, senão, vejamos:

O eu penso tem que poder acompanhar todas as minhas representações, pois do contrário, seria representado em mim algo que não poderia de modo algum ser pensado, o que equivale a dizer que a representação seria impossível ou, pelo menos para mim, não seria nada. A representação que pode ser dada antes de todo o pensamento denomina-se intuição. Portanto, todo o múltiplo da intuição possui uma referência necessária ao eu penso, no mesmo sujeito em que este múltiplo é encontrado. (...) A ligação não se encontra, porém, nos objetos e não pode ser quiçá tirada dos mesmos pela percepção e deste modo primeiramente acolhido no entendimento, mas é unicamente uma operação do entendimento, que nada mais é senão a faculdade de ligar a priori e de submeter o múltiplo das representações dadas à unidade da apercepção. Este é o princípio supremo de todo o conhecimento humano (KANT, 1983, pp. 132-135).

Sob esse ponto de vista, o sujeito transcendental consubstancia-se às categorias jurídicas do pensamento moderno, operando-as em um duplo sentido:

Como objeto de positivação do saber (como aquele que fala, vive e trabalha), mas também, como fundamento transcendental de toda a reflexão sobre o próprio homem. O sujeito nasce a um só tempo como objeto e como fundamento da reflexão (daí o duplo empírico/transcendental) (FONSECA (a), 2001, p. 103).

Desse modo, o sujeito como categoria jurídica ocupa um lugar de destaque na modernidade.<sup>24</sup> Afinal, é através dele que “uma ação é conforme ao Direito quando permite ou quando a sua máxima permite fazer coexistir a liberdade do arbítrio de cada

---

<sup>23</sup> A composição deste conceito kantiano engendra no centro da razão moderna, através da ruptura de entendimento e da sensibilidade, uma nova posição-de-sujeito, vez que extensifica a constituinte do sujeito como jurisdição do entendimento a qual antecede e pressupõe a subjetividade sobre as condições de possibilidade do conhecimento, além de intensificar as injunções do poder como funcionamento e visibilização dos processos de identificação e efetivação hierárquico-ontológico dos indivíduos.

<sup>24</sup> A construção analítica do sujeito é eclipsada através da regulação do sujeito de direito na lei positivada que atribuirá direitos e obrigações àqueles conjuntos de comportamentos que se pretendem regular. Este positivismo pode ser resumido na célebre frase de Hans Kelsen: “A teoria tradicional identifica o conceito de sujeito jurídico com o de pessoa. Eis sua definição: pessoa é o homem enquanto sujeito de direito e deveres” (KELSEN, 2006, p. 191). O Direito, nesse ponto, encontra-se cada vez mais posicionado na órbita do sujeito, como uma dimensão do (e com) o sujeito, ou seja, uma faculdade, um poder vinculado ao sujeito, de modo que a racionalização do Direito por intermédio da “razão humana” constitui a base jus-filosófica da Teoria do Sujeito de Direito Moderna. Esta operação vincula desde o embrião do direito subjetivo, nas passagens pré-modernas (conforme nos mostra os escritos de Guilherme de Ockham, por exemplo), percorrendo até o século XV e XVI, no Renascimento e suas raízes modernas da subjetividade, chegando a Descartes e o racionalismo, o jus-racionalismo moderno de Hugo Grócio, os contratualistas franco-ingleses do século, entre os séculos XVI e XVIII, e, por fim, em sua consolidação teórica no sujeito transcendental de Immanuel Kant e da introjeção desse conceito na prática jurídica via os juristas pandectistas do século XIX, na Alemanha. Trata-se, em síntese, da autonomia da vontade, do voluntarismo introduzido na agência do conceito de sujeito.

um com a liberdade de todos segundo uma lei universal” (KANT, 2012, p. 43). Esta passagem das máximas subjetivas para uma eticidade de um princípio universal de direito, estrutura a racionalidade do ser como pressuposto limite a “determinar as condições formais dentro das quais a ação há de desenvolver-se em respeito à possibilidade de manutenção da própria condição de sujeito livre por todos os seres racionais” (KASHIURA JUNIOR, 2012, p. 28). Em suma, o sujeito de direito aparece na modernidade enraizado no pensamento kantiano “vinculado à tomada de posse do mundo exterior. É o sujeito que integra os objetos exteriores ao juridicamente meu por meio da ocupação e que, nesse sentido, identifica-se, na sua matriz mesma, como um proprietário” (KASHIURA JUNIOR, 2012, p. 40). Nesse sentido, a noção de sujeito de direito é criação da modernidade que “advém somente ao produzir-se metaforicamente como ato. Este ato é uma construção fictícia do direito. Como ficção, ocupa o lugar de primeira e fundamental exigência para toda ciência moderna construir o próprio objeto” (LOPEZ, 1987, p. 110).

Dentro destas premissas, constata-se que a propriedade do “sujeito de direito” advém de um mecanismo de compreensão eminentemente estável, essencialista, binário e metafisicamente centrado<sup>25</sup>. Trata-se, aqui, do conceito de Identidade<sup>26</sup>. A questão que emerge da “identidade integral, originária e unificada” (HALL, 2000, p. 103) resume-se em “onde e em relação a qual conjunto de problemas emerge a irreduzibilidade do conceito de identidade (HALL, 2000, p. 104). De fato, é preciso pensar a relação entre os sujeitos e seus discursos por meio da identidade, principalmente mediada pela identificação no campo semântico, vez que sua construção permite reconhecer as origens comuns, ou as características compartilhadas, bem como, as condições de existência dos recursos materiais, e as construções em processos dos recursos simbólicos que sustentam a identificação condicional e contingente da repetição e da diferença (HALL, p. 105). Desse modo, o vocábulo “identidade” significa, segundo o teórico cultural Stuart Hall:

---

<sup>25</sup> Não há dinâmica entre a essência do movimento processual e transformacional do indivíduo, entre interior e exterior. A constituição dos corpos singulares decorrer, nesse sentido, do sistema normativo das identificações, a saber, a ideia representacional de construção epistemológica do sujeito.

<sup>26</sup> Conforme já demonstrado em momento anterior, parte-se da ideia de identidade como “uma espécie de ossificação das virtualidades da diferença, ou seja, uma perda de plasticidade(...) O conceito de identidade intervém aqui para pensar em certa força reificadora que congela o turbilhão (des)construtivo que remodela permanentemente o espaço político. A identidade é um fechamento estrutural que paralisa esse movimento, estabelecendo polaridades estilizadas e seus próprios jogos dialéticos, ou simplesmente uma perda de plasticidade” (PINTO NETO, 2017, p. 5).

o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 112).

Não se trata, portanto, de uma construção metafisicamente centrada, mas, ao contrário, de uma organização e composição técnica do sujeito que acontece dentro do discurso, conjuntamente,

por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construída (...). A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como 135 fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” (HALL, 2000, p. 110).

A “falta” como necessidade da identidade trata-se do produto por meio do qual a análise foucaultiana da produção dos substratos do sujeito moderno – a individuação, identificação e subjetivação – encontra vestígios e rastros de um poder despotencializado. A produção, portanto, advém das forças do Lado de Fora.<sup>27</sup> De tal modo que devemos seguir o alerta de Foucault:

---

<sup>27</sup> Utiliza-se, aqui, principalmente, a obra de Gilles Deleuze sobre Michel Foucault (2013). Em uma das passagens mais emblemáticas desse texto, Deleuze anuncia: “eis o que nos dizem as forças do lado de fora: não é nunca o composto, histórico e estratificado, arqueológico, que se transforma, mas são as forças componentes, quando entram em relação com outras forças, saídas do lado de fora (estratégias). O devir, a mudança, a mutação, concernem às forças componentes e não às formas compostas. Por que essa ideia, tão simples na aparência, é tão difícil de compreender, a ponto da “morte do homem” haver suscitado tantos contrasensos? Ora se objetou que não se tratava do homem existente, mas apenas de um conceito de homem. Ora se acreditou que, para Foucault, como para Nietzsche, era o homem existente que se ultrapassava – em direção a um super-homem, quero crer. Nos dois casos, é uma incompreensão a respeito de Foucault, assim como a respeito de Nietzsche (sem falar ainda na questão da má-vontade e da estupidez que às vezes inspira os comentários sobre Foucault, como também no caso de Nietzsche). Na verdade, a questão não é a do composto humano, conceptual ou existente, perceptível ou enunciável. A questão é a das forças componentes do homem: com quais outras forças se combinam e qual é o composto que delas advém? (...) Para que o homem apareça como composto específico, é preciso que suas forças componentes entrem em relação com novas forças que se esquivem à da representação e, inclusive, a destituam. Essas novas forças são as da vida, do trabalho e da linguagem, visto que a vida descobre uma “organização”, o trabalho uma “produção”, a linguagem uma “filiação” que os situa fora da representação. Essas forças obscuras da finitude não são a princípio humanas, mas entram em relação com as do homem para reduzi-las à sua própria finitude e comunicar-lhes uma história, que ele, posteriormente, faz sua. Então, nessa nova formação histórica (do século XIX), é justamente o homem que é composto pelo conjunto das forças componentes “sorteadas”. Mas, se imaginarmos uma terceira extração, ou lance, as forças do homem entrarão em relação com outras forças ainda, de maneira a compor uma outra coisa ainda, que não será mais Deus, nem o homem: dir-se-ia que a morte do homem

Em vez de perguntar-se como o soberano aparece do alto, procura saber como se constituíram pouco a pouco, progressivamente, realmente, materialmente, os súditos, o súdito, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. (FOUCAULT, 2016, p. 25)

Podemos, então, convencionar que o conceito de identidade é operacionalizado a partir de um regime de funcionamento das relações que articulam a composição técnica do sujeito, atualizadas como operadores de abertura da identidade, com limite da diferença dos termos, da multiplicidade virtual nos corpos e nos signos.<sup>28</sup> Nesse sentido, conforme mostraremos ao longo da monografia, a produção da identidade parte das operações informativas (o ponto ortogonal dos conceitos de Informação e Amplificação de Gilbert Simondon) e se desenvolve como imagem e transmissão de palavras de ordem organizadas e combinadas (a informação segundo Gilbert Simondon). Deste fechamento, as transformações dos campos de forças são ossificadas, e encontram-se, então, em posição de diferença e de serem passíveis de complemento no campo jurídico, por meio do principado do direito subjetivo e do reconhecimento à existência em posição de diferença.<sup>29</sup>

---

se concatena com a de Deus, para formar novos compostos. Em suma, a relação das forças componentes com o lado de fora não deixa de provocar variações na forma composta, sob outras relações, ao sabor das novas composições. O homem é uma figura de areia entre uma maré vazante e outra montante – isso deve ser entendido literalmente: ele é uma composição que só aparece entre duas outras, a de um passado clássico que a ignorava, a de um futuro que não a conhecerá mais. Não cabe mais alegria, nem choro. Não se diz, correntemente, que as forças do homem já entraram em relação com outras forças, as da informação, que compõem com elas uma coisa diferente do homem, sistemas indivisíveis “homem-máquina”, com as máquinas de terceira geração? Uma união com o silício, mais do que com o carbono? (DELEUZE, 2013, pp. 94-96).

<sup>28</sup> Esta diferença nos modos de composição da matéria e dos modos de composição dos signos engendram diferentes práticas e diferentes teorias, seja por potências positivas e de afirmação, seja por potências negativas e de destruição, das relações que compõem um sujeito. Aqui, encontra-se evidenciado a problematização mediada por Viveiros de Castro a partir dos povos ameríndios, pois “não se trata de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação desde sempre existente sob o modo virtual), transformar a própria identidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, pp. 206).

<sup>29</sup> Essa é a ideia central da monografia: um estudo sobre o regime de funcionamento da identidade em consonância com a “filosofia da imanência”, aqui representada pelos filósofos Michel Foucault, Gilbert Simondon e, paralelamente, por Gilles Deleuze. A importância desse estudo para a Teoria do Sujeito, transforma a recepção do Direito na vinculação do conceito de sujeito em consistência com outras formas de vida diferentes, ou seja, a outros modos de organização da composição técnica do sujeito. E mais: cabe aos operadores do Direito, e, principalmente, aos estudiosos da Teoria do Sujeito engendram condições que tencionam as relações de força, de modo que outras possibilidades de organização e estruturação do sujeito, e consequentemente da identidade, possam ser articuladas sobre a racionalização do Direito. Nesse sentido, é através da falta, ou do encontro com o Outro que reassume-se a posição da diferença no campo interseccional, e disciplinar, da Filosofia com o Direito. Assim, à luz do devir como condição de direito da identidade, e sobre o ferramental analítico de Michel Foucault, problematizaremos o regime de funcionamento das relações que articulam as identidades, a partir do ponto ortogonal dos conceitos de Informação e Amplificação de Gilbert Simondon, ao passo que, um potencializa o outro, evidenciando o

Entretanto, em primeiro lugar, como condição de possibilidade da análise proposta, precisaremos suspender o conceito de sujeito a fim de estudarmos a produção do processo epistemológico, de modo que nos distanciaremos da ideia representacional – e homeostática – do sujeito. Com efeito, esse distanciamento nos permitirá produzir uma nova articulação metafísica do sujeito moderno, pensada a partir dos filósofos e antropólogos que estudam as linhas e os movimentos dessas identidades modernas.

### 3 INTERLÚDIO: SUJEITO EM SUSPENSO

Inicialmente, um aviso: é a partir das intersecções emergenciais das constituições do sujeito moderno, em conformidade com os instantes de problematização dessas composições, que as identidades são compreendidas no campo jurídico. Certamente, esses encontros são traçados e problematizados pela crítica da subjetividade moderna, sobretudo, com as três grandes linhas do pensamento filosófico do século XX. Trata-se das filosofias que compõem a constituição do conceito de sujeito e de identidade, subsumidas, aqui, aos filósofos Michel Foucault e Gilbert Simondon e, em certa medida a Gilles Deleuze, sobretudo em relação às ruínas deixadas pela incidência do campo transcendental do filósofo Immanuel Kant. De fato, as linhas de pensamento dos filósofos pós-estruturalistas são compostas, em função da descoberta e do desenvolvimento de um "campo transcendental", conduzida por Immanuel Kant. O pensamento do filósofo de Königsberg parte do princípio de que as perguntas sobre a realidade em si mesma estão compreendidas em primeiro plano no sujeito cognoscente. Não são os objetos conhecidos que entram no campo de indagação do fazer científico, mas, ao contrário, o sujeito em sua forma de conhecê-las. O plano do empírico, nesse sentido, ao suportar as relações e as funções do sujeito com o objeto, é constituído a partir do e como resultado do sujeito cognoscente. Em suma: há um campo primordial que condiciona as possibilidades do nosso acesso ao plano do empírico.<sup>30</sup>

---

quê cresce no meio: o movimento de produção, constituição, composição e formação tanto do sujeito quanto da identidade.

<sup>30</sup> Convém destacar que a constituição de um campo transcendental outorga condições que não se confundem com a dimensão do empírico, mas compõem o elemento de possibilidade do acesso do sujeito a essa dimensão. A consequência dessa constituição transcendental impossibilita o conhecimento sobre as condições de possibilidade do conhecimento por uma organização categorial da dimensão transcendental que, sobretudo, restringe o acesso a coisa-em-si. Segundo Immanuel Kant, as duas formas categoriais de separação da coisa-em-si, ora inacessível, e da coisa-para-nós, agora em percepção ao redor do objeto mediadas pelas categorias transcendentais, seriam o espaço e o tempo. Ou seja, o caráter inteligível das

Esta organização da composição das forças estabilizará as condições de possibilidade da constituição do sujeito em três estágios: de início, pela neutralização da experiência, em que há proteção negativa das condições de possibilidade do conhecimento<sup>31</sup>; a seguir, pela imobilização das relações de poder que formam o discurso moderno sobre o sujeito<sup>32</sup>; e, por fim, pelo processo de desocupação dos seres da posição-sujeito em virtude do uso de um mecanismo de sujeição.<sup>33</sup> Nesse diapasão, as injunções do poder entram em funcionamento e possibilitam e incentivam a produção de impotência nos processos de identificação e de efetivação hierárquico-ontológico dos indivíduos. Trata-se de uma perspectiva da "noção do conhecimento como representação de objetos" (VALENTIM, 2012, p. 137).

Posteriormente, a epistemologia histórica francesa do século XX<sup>34</sup> introduzirá o elemento do poder na constituição do fazer epistemológico, ao complexificar a separação da dialética transcendental em pensamento metafísico especulativo e pensamento fundado na lógica transcendental<sup>35</sup>. Esta nova organização da composição

coisas torna-se o modo de constituição dos objetos científicos. Esta ruptura do entendimento e da sensibilidade engendra, no centro da razão moderna, uma nova composição técnica do sujeito, uma vez que extensifica a constituinte do sujeito como jurisdição do entendimento, a qual antecede e pressupõe a subjetividade em esquecimento das condições de possibilidade do conhecimento. Falar em processos de subjetivação, nesse contexto, é constituir o sujeito à medida dos saberes constituídos e dos poderes dominantes, conforme os escritos do filósofo Michel Foucault. Nesse sentido, institui-se a história colonial moderna da posição-sujeito: a centralidade do homem nos agenciamentos segundo as intensificações da racionalidade autossuficiente como núcleo do sujeito, e da extensificação da correlação recíproca do pensamento e do ser. Trata-se de utilizarmos a metafísica ontológica e o seu desejo de presença das posições do sujeito e do objeto para compreender os modos de identificação modernos.

<sup>31</sup> Aqui encontram-se os estudos das três críticas da razão moderna de Kant.

<sup>32</sup> Aqui encontram-se os estudos sobre a produção das subjetividades de Michel Foucault, conforme visto no tópico 2 (dois), desta monografia.

<sup>33</sup> Aqui encontram-se os estudos sobre a relação dos saberes dominantes e dos poderes constituídos de Michel Foucault, bem como as linhas crítico-políticas do filósofo Gilles Deleuze, entre outros autores. Além disso, esta nova organização revitaliza o reconhecimento de uma identidade em construção de uma subjetividade metafisicamente centrada, que, à luz da "igualdade racional" como fundamento da universalidade dos sujeitos, e sob o prisma de uma dialética entre forma e matéria, possibilitar-se-á como chave de entendimento do dispositivo de compreensão identitário, onde apenas unidades, ou finitudes do indivíduo são correspondidas.

<sup>34</sup> Sob a tutela de autores como, por exemplo, Gaston Bachelard, Gregory Bateson, Georges Canguilhem, Gilbert Simondon, Louis Althusser, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, e contemporaneamente, Bruno Latour, Catherine Malabou e a filósofa belga Isabelle Stengers.

<sup>35</sup> Versando no interstício de uma análise da linguagem como mecanismo de estabelecimento da semântica formal da epistemologia e de uma suspensão do mundo objetivo como instrumento de acesso a uma zona de percepção primordial, essa linha de pensamento francesa concebe um novo diálogo com o fazer científico: as fronteiras entre a epistemologia e a ontologia ganham novos contornos, em recusa ao horizonte cartesiano, e com afinidade às articulações imagéticas dos conceitos filosóficos. Trata-se, aqui, de um dinamismo entre os polos dialéticos do processo racional e do movimento das transformações que se convergem em caminhos anversos: a forma e a matéria do fazer científico abrem espaço para as relações e funções dos objetos técnicos. Em outras palavras: a constituição de um interstício como condição de possibilidade se confunde com a dimensão do empírico compondo o elemento de

técnica, intermediadas pelo elemento do poder, implicaria na constituinte do sujeito com a dimensão da experiência, a qual engendra as condições do fazer epistemológico.<sup>36</sup> Se antes havia estabilização das condições de possibilidade da constituição do sujeito, agora, ao contrário, os três estágios dessa nova organização da composição técnica do sujeito encontram-se imunizados pela criação de uma perda de um objeto externalizado: as condições de possibilidade da constituição do sujeito. Neste modelo, as injunções do poder são desfuncionalizadas e possibilitam a visibilidade do objeto técnico através de uma impotência de sufocamento dos processos de identificação e de efetivação hierárquico-ontológico dos indivíduos. Contudo, há nesse contexto uma dinâmica da composição do espaço-sujeito em estado de informação do reconhecimento identitário, ao partir-se de uma subjetividade imanentemente relacional: as distâncias atuam como potencial de diferencialidade em formação da finitude do indivíduo, que, por sua vez, sustentam em si, o entendimento das próprias categorias de compreensão identitária.<sup>37</sup> De modo que o processo de construção do sujeito está conectado a elementos técnicos de informação do exterior com o seu próprio corpo, na medida que passam por transmissões do seu campo original de atuação para artefatos exteriores. Com isso, a indeterminabilidade das funções pré-estabelecidas de um corpo singular coordena a

---

possibilidade do acesso do sujeito a essa dimensão. A consequência dessa nova constituição transcendental visibiliza o conhecimento sobre as condições de possibilidade do conhecimento sobre uma nova organização categorial da dimensão transcendental que estabelece o acesso dos objetos técnicos por um processo de ontogênese da diferença dos corpos singulares. Esta angulação diferente do processo de constituição dos corpos singulares desde a dimensão transcendental encontra-se consubstanciada, a partir de Kant, no ponto ortogonal dos conceitos de Informação e Amplificação de Gilbert Simondon.

<sup>36</sup> Institui-se, nesse ponto, a história comunitária moderna da posição-sujeito: a excentralidade do homem nos agenciamentos segundo as extensificações da racionalidade suficiente como superfície do sujeito, e da intensificação da relação recíproca do pensamento e do ser. Trata-se, aqui da onto-epistemologia e seu desejo de proximidade das posições do objeto e do sujeito.

<sup>37</sup> Ou seja, segundo escólio de Maria João Centeno, importante comentadora dos trabalhos de Bateson, temos que “todo o sistema apresenta dois modos fundamentais de existência e de funcionamento: a conservação ou tendência homeostática e a mudança ou capacidade de transformação. O primeiro modo assenta sobre ciclos de retroação negativos e caracteriza-se pela estabilidade, ao corrigir os efeitos dos factores internos ou externos que poderiam modificar o equilíbrio do sistema. O segundo modo assenta sobre ciclos positivos (*positive feedback*) e caracteriza-se pelo crescimento ou de declínio” (CENTENO, 2009, p.47). Assim, podemos convencionar que o desenvolvimento do complexo organizativo depende dos ciclos de retroação e do acumulo ou escoamento de informação, uma vez que essa é a proposta cibernética: “um sistema é qualquer unidade que inclui uma estrutura de retroação (*feedback*) e, portanto, capaz de processar informação” (BATESON, 1991, p. 331, tradução nossa). Conclui-se, portanto, que “as próprias pessoas são sistemas autoreguladores ciberneticamente organizados” (CENTENO, 2009, p. 51), na medida em que, segundo Gregory Bateson, sob a ótica da cibernética “a matéria prima é o aspecto proposicional ou informacional dos acontecimentos e objetos do mundo natural” (BATESON, 1972, p. 407, tradução nossa). Este primado do conceito de informação consubstancia, portanto, os sistemas vivos sob a égide dos mecanismos circulares e autoreguladores, pois, por meio da retroação (*feedback*), a sua plasticidade encontra-se posicionada e sustentada por uma atualização do ser em relação ao contexto ambiente.

unidade dialética (forma e matéria) ao lado da diferença potencial da estabilidade das existências, que, com efeito, desassocia as identificações dos processos de reconhecimento. Nessa esteira, encontramos os ensinamentos sobre a metaestabilidade dos corpos singulares de Gilbert Simondon, bem como a crítica desta metaestabilidade realizada pela arqueologia de Michel Foucault e a topologia foucaultiana de Gilles Deleuze.<sup>3839</sup>

É diante dessas premissas que o filósofo Gilles Deleuze denomina esse movimento de “Conversão Empirista”<sup>40</sup>, uma vez que o personagem conceitual e o plano de imanência entram em pressuposição recíproca.<sup>41</sup> Este modo de existência, bem

<sup>38</sup> Podemos resumir o encontro desses filósofos nos seguintes termos: o empirismo transcendental kantiano e as exterioridades constitutivas das práticas epistemológicas se convergem e se contrapõem na disjunção constitutiva dos corpos singulares, em razão de uma dobra do existente sobre o exterior, assim como na redobra da exterioridade sobre as existências. Ou seja, de modo conjuntivo, esta movimentação das práticas epistemológicas trata-se de posições-lugares, relacionadas e funcionalizadas a fenômenos concretos em regime de ininterrupta funcionalidade com o poder logicizado. Assim, é por meio de uma gênese transcendental da diferença, através das constituições dos corpos singulares, que organizam-se múltiplas modalidades de organizações dos sujeitos e das identidades. De fato, não há, nesse ponto, uma distinção de proximidade entre sujeito e a exterioridade, mas, ao contrário, uma contínua variação de um campo de possibilidades ao mesmo tempo dentro e fora do indivíduo<sup>38</sup>. É nesse sentido que Michel Foucault estuda os modos de constituição das existências, conforme estudamos anteriormente. E mais: é por meio das análises das máquinas de poder dominantes e dos sistemas de saberes instituídos, de forma não totalizante, que as intensificações das impotências e as extensificações dos discursos, não completam apenas os indivíduos, mas, também, em sentido contrário, deslocando-os do centro das formações históricas.

<sup>39</sup> A título de exemplificação, destaca-se o estudo foucaultiano sobre a decisão moderna de separação da razão e da loucura, onde esta ameaça por dentro do cogito dos saberes instituídos os determinados mecanismos de exterioridade conjuntiva. No mesmo modo que a razão recaptura a loucura recalçando-a em instrumentos de interioridade disjuntiva. De fato, segundo os ensinamentos de Foucault, não há totalidade no fechamento do cogito. O discurso do louco é colocado, então, dentro da discursividade da razão moderna ao mesmo tempo que se torna a parte excluída do discurso. Não há totalidade unificadora do movimento dialético, mas apenas deslizamentos das organizações de constituição técnica sobre as condições de possibilidade. Ou, ao contrário: há o desaparecimento do significado transcendental e o nascimento da errância dos corpos singulares em um novo plano, em consequência dos regimes das relações entre as multiplicidades semióticas e os regimes das multiplicidades (singularidades) constituintes dos corpos em estado afetivo.

<sup>40</sup> “Mas, sobre o novo plano, poderia acontecer que o problema dissesse respeito, agora, à existência daquele que crê no mundo, não propriamente na existência do mundo, mas em suas possibilidades em movimentos e em intensidades, para fazer nascer ainda novos modos de existência, mais próximos dos animais e dos rochedos. Pode ocorrer que acreditar neste mundo, nesta vida, se tenha tornado nossa tarefa mais difícil, ou a tarefa de um modo de existência por descobrir, hoje, sobre o nosso plano de imanência. É a conversão empirista, [73] perdemos o mundo, pior que uma noiva, um filho ou um deus...). Sim, o problema mudou.” (DELEUZE; GUATARRI, 2010, p. 91).

<sup>41</sup> Desse modo, a figura conceitual d’O Anti-Narciso, concebida por Viveiros de Castro, no livro *Metafísicas Canibais*, resume a produção da condição humana dos povos ameríndios, pois, o sujeito é organizado e composto a todo momento de relações predicativas. Ou seja, conforme diz Viveiros de Castro: “O protótipo da relação predicativa entre sujeito e objeto é a predação e a incorporação: entre afins, entre homens e mulheres, entre vivos e mortos, entre humanos e animais, entre humanos e espíritos, e, naturalmente, entre inimigos. A cópula predicativa de toda proposição sintética, neste universo que se enuncia segundo uma lógica das qualidades sensíveis, é efetivamente uma cópula carnal ou carnívora. Sujeito e objeto se interconstituem pela predação incorporante, cuja reciprocidade característica, sublinha-

como outros com estas características, descreverão a história da multiplicidade moderna em sua posição-sujeito: a multiplicidade do homem nos agenciamentos segundo as transformações da racionalidade autossuficiente como exterioridade do sujeito e das multiplicações das relações recíprocas.<sup>4243</sup>

Destaca-se, nesse ponto, a contraposição das produções dos modelos epistemológicos ocidentais modernos (modelo kantiano) a dos povos ameríndios (em específico, o modelo xamânico). Viveiros de Castro as contrapõem nos seguintes termos:

O xamanismo é um modo de agir que implica um modo de conhecer, ou antes, um certo ideal de conhecimento. Tal ideal é, sob vários aspectos, o oposto polar da epistemologia objetivista favorecida pela modernidade ocidental. Nesta última, a categoria do objeto fornece o telos: conhecer é objetivar; é poder distinguir no objeto o que lhe é intrínseco do que pertence ao sujeito cognoscente, e que, como tal, foi indevida e/ou inevitavelmente projetado no objeto. Conhecer, assim, é dessubjetivar, explicitar a parte do sujeito presente no objeto, de modo a reduzi-la a um mínimo ideal. Os sujeitos, tanto quanto os objetos, são vistos como resultantes de processos de objetivação: o sujeito se constitui ou reconhece a si mesmo nos objetos que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver ‘de fora’, como um ‘isso’. Nosso jogo epistemológico se chama objetivação; o que não foi

---

se, atesta a inexistência de posições absolutas (do sujeito como substância, do predicado como acidente)” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.165). Do mesmo modo que, em outras palavras, visto pela perspectiva da identidade: “às proposições analíticas de identidade próprias do mundo substantivista do parentesco (concebido, nas sociologias amazônicas, na forma da comunidade de substância, e como convertendo continuamente relações em termos), contrapõe-se e sobrepõe-se o mundo sintético da predação, onde é justamente a heterogeneidade de substância que instaura o jogo dinâmico da relação. A diferença (a “hostilidade”), longe de ser um nada, é aquilo cujo limite inferior define a “relação familiar”. É ela o termo não-marcado, regente da estrutura global. É a predação que é generalizada, não o parentesco; ela é a Relação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.165).

<sup>42</sup> Trata-se da geo-epistemologia e seu desejo de interesse das posições do objeto e do sujeito, formando um meio de imanência, conforme estudado por Gilles Deleuze. Sobre o encontro da ontologia e da epistemologia em Gilles Deleuze, destacamos a sua obra a quatro mãos, junto de Felix Guatarri, *Mil Platôs*, a segunda parte de *Capitalismo e Esquizofrenia*, a qual o aspecto atômico-monadológico aparece não apenas como acentrado ou multiplicidades, mas, para além desses deslocamentos, por meio de uma transição entre regimes de coisas diferentes. O que está em jogo é o modo de acontecimento e da capacidade dos corpos extraírem de outros corpos e outras capacidades determinadas práticas e funções, de tal forma que o código semiótico e material dessas organizações se entrelaçam seja pela expansão das capacidades de agir de certos componentes em outros contextos em que habitualmente se encontra territorializada, seja, também, pelas condições das práticas sem se determinar em última instância, em que a contrapelo se desterritorializa. Assim, a relação onto-epistemológica é, segundo Deleuze, rizomática, pois o ponto de desterritorialização não é previamente definido, além de sê-lo assignificante, de modo que o desligamento de uma multiplicidade pode acontecer em qualquer ponto da relação.

<sup>43</sup> Reforçamos essa ideia da ocupação através da adição ortogonal de objetos exteriorizados, sendo estes regidos pelas condições de possibilidade constitutiva do sujeito e da identidade, uma vez que, à luz dos exemplos antropológicos utilizados, estas ocupações transversais colocam em questão nossas dualidades conceituais. Elas podem ser simultaneamente estratégias de fuga e experimentos de um campo de possibilidade outro do realizado. Por isso estão ao mesmo tempo dentro e fora da razão moderna, abrindo desde dentro os significados de um sujeito ou de uma identidade, na medida em que as injunções do “não-poder” (a vida) são funcionalizadas e multiplicadas através de uma potência de encantamento dos processos de identificação e de efetivação nas hierarquias-ontológicas dos indivíduos.

objetivado permanece irreal e abstrato. A forma do Outro é a coisa. O xamanismo ameríndio parece guiado pelo ideal inverso. Conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido — daquilo, ou antes, daquele; pois o conhecimento xamânico visa um ‘algo’ que é um ‘alguém’, um outro sujeito ou agente. A forma do Outro é a pessoa (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 50).

Convém destacar que, desde a figura do xamã, a comunicação entre os existentes ocorre em um confronto de perspectivas onde a posição-sujeito é constantemente modificada por operações materiais e expressionais, na medida em que o xamanismo ameríndio

é organizado em torno da ideia de metamorfose corporal antes que da ideia de posseção espiritual. A posseção é um modelo poderoso de mudança ontológica em nossa tradição. Guarda-se a mesma forma corporal, mas algo mudou essencialmente, porque surgiu um outro espírito dentro desse corpo, uma divindade, o demônio, o diabo. Alguma subjetividade poderosa pode capturar nossa aparência corporal e se servir dela como seu instrumento. Somos marionetes dessa outra subjetividade que nos capturou. O xamanismo ameríndio é, ao contrário, maciçamente organizado em torno da noção da transformação somática. Isso quer dizer “vestir” o hábito da onça e poder comportar-se como uma onça – por exemplo, caminhar sem fazer barulho, subir nas árvores, comer carne humana. A possibilidade de trocar de corpo específico está sempre presente no mundo ameríndio. É sempre um perigo. Para nossa tradição culta (isso também vai mudando), ao contrário, é impossível. As espécies são ontologicamente, isto é, genotipicamente seladas. Mudar de “cabeça”, de mentalidade, é o centro em torno do qual se organizam nossas relações – a mudança de opinião. É evidente que a pedagogia ocidental mostra um forte investimento no corpo, mas seu objetivo é sempre “eivar” (em todos os sentidos do termo) o espírito. O corpo é um instrumento para chegar ao espírito. É algo que se submete, que se treina para que o espírito possa desabrochar (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, pp. 100-101)

Nesse mesmo sentido, outro exemplo de construção do sujeito a partir do campo transcendental foi realizado pelo antropólogo Gregory Bateson, que, em seus estudos sobre a teleologia dos Alcoólicos Anônimos problematiza a coincidência da diferenciação da experiência, enquanto não pressuposição em um objeto e menos ainda um sujeito. Dotados de linhas e movimentos assubjetivos, as experiências dos Alcoólicos Anônimos apresentam-se como correntes de “consciência pré-reflexiva impessoal, duração qualitativa da consciência sem eu” (DELEUZE, 2015, p. 178), na mesma medida em que são atravessados por um regime de funcionamento de pura potência, no qual o campo transcendental trata de preencher os espaços com os elementos que se encontram interligados um sobre o outro, tanto que a perda da indeterminação empírica do “Self”

ocorre estritamente no mesmo momento que coloca-se no mesmo plano o campo transcendental e as condições de possibilidade do conhecimento do sujeito.<sup>44</sup><sup>45</sup>

Estas premissas consubstanciam o indivíduo alcoolista (aquele que participa do grupo dos Alcoólicos Anônimos), na medida em que são construídos sobre uma lógica diferencial, mediada por um regime de funcionamento cibernético onde a epistemologia e a ontologia coincidem no mesmo processo.<sup>46</sup> Um ponto ortogonal que opõe-se à dimensão fixa do sujeito e do objeto, da forma e substância, do corpo e mente etc. ao afirmar uma experiência que “envolve um novo entendimento da mente, do eu, da relação humana, do poder” (BATESON, 1972, p. 209, tradução nossa). Em outras palavras, os problemas ontológicos e epistemológicos estão conjugados na organização da experiência do indivíduo, senão em função de uma autovalidação adaptativa das crenças e da natureza estrutural da realidade, que, com efeito, constituirá o indivíduo

---

<sup>44</sup> Este é o alargamento do campo transcendental kantiano feito por Gilles Deleuze em seu conceito de Empirismo Transcendental. Em síntese didática, Deleuze resume nos seguintes termos: “O que é um campo transcendental? Ele se distingue da experiência, enquanto não remete a um objeto nem pertence a um sujeito (representação empírica). No mais, ele se apresenta como pura corrente de consciência assubjetiva, consciência pré-reflexiva impessoal, duração qualitativa da consciência sem eu. Pode parecer curioso que o transcendental se defina por tais dados imediatos: falar-se-á de empirismo transcendental em oposição a tudo aquilo que faz o mundo do sujeito e do objeto. Há qualquer coisa de selvagem e de potente num tal empirismo transcendental. Não é certamente o elemento da sensação (empirismo simples), pois a sensação não é mais que um corte na corrente de consciência absoluta. É sobretudo, por mais próximas que sejam duas sensações, a passagem de uma a outra como devir, como aumento ou diminuição de potência (quantidade virtual). Por conseguinte, deve-se definir o campo transcendental pela pura consciência imediata sem objeto nem eu, enquanto movimento que não começa nem termina?” (DELEUZE, 2015, p. 178).

<sup>45</sup> A título de exemplificação, reforçamos a relação do campo transcendental na constituição do sujeito, pois, segundo Deleuze, “o indefinido como tal não assinala uma indeterminação empírica, mas uma determinação da imanência ou uma determinabilidade transcendental. O artigo indefinido não é a indeterminação da pessoa sem ser a determinação do singular. O Um não é o transcendente que pode conter até mesmo a imanência, mas o imanente contido num campo transcendental. Um é sempre o índice de uma multiplicidade: um acontecimento, uma singularidade, uma vida... Pode-se sempre invocar um transcendente que caia fora do plano da imanência, ou mesmo que se lhe atribua, resta que toda transcendência se constitui unicamente na corrente de consciência imanente própria a esse plano. A transcendência é sempre um produto da imanência. Uma vida contém apenas virtuais. Ela é feita de virtualidades, acontecimentos, singularidades. O que se chama virtual não é alguma coisa a que falte realidade, mas que se empenha num processo de atualização seguindo o plano que lhe dá sua realidade própria” (DELEUZE, 2015, pp. 180-181).

<sup>46</sup> Relacionada a dinâmica da vida e aplicável tanto aos organismos biológicos quanto às configurações sociais, a teoria Cibernética é a “ciência da regulação e da comunicação no animal e na máquina” (WIENER, 1948), a qual, por sua perspectiva, trata o “Self” como “apenas uma pequena parte de um sistema muito mais amplo de tentativas e erros que realizam o pensamento, a ação e a decisão. Esse sistema inclui todos os condutos informacionais que sejam relevantes para uma dada decisão num dado momento. O self é uma falsa reificação de uma parte inadequadamente delimitada deste campo mais amplo de processos interconectados. A cibernética também reconhece que duas ou mais pessoas – qualquer grupo de pessoas – podem, juntas, formar tal sistema de pensamento e ação (BATESON, 1972, pp. 331-332).

como “um corpo de pressuposições ou premissas habituais implícitas na relação entre homem e ambiente” (BATESON, 1972, p. 314, tradução nossa).

É importante destacarmos que, segundo Bateson, as implicações das teorias dos sistemas e da teoria Cibernética nos estudos dos Alcoólicos Anônimos transforma as premissas epistemológicas do indivíduo alcoolista e da própria organização dos A.A. por meio de uma específica transformação de “correspondência entre a sobriedade e a intoxicação, de modo que a última possa ser vista como uma correção subjetiva da primeira” (BATESON, 1972, p. 311, tradução nossa), uma vez que não há uma mudança dos problemas anteriores da vida “sóbria” do alcoolista, por um autocontrole de si em relação ao álcool, por meio da anestesia dos sentidos, mas, para além, um reconhecimento da própria impotência em relação ao álcool que, desde já, tornar-se-á o primeiro passo para uma aceitação de que a mudança é necessária. Ou seja, não se trata de ficar na linha da sobriedade para ser dono de si próprio, e, assim, obter controle da própria vontade no comando da embriaguez, mas, inversamente, colocar em primeiro lugar a sustentação do indivíduo na linha diferencial da intoxicação, que permanecerá, de agora em diante, necessariamente, sobre operações em constante mudança.

Além disso, essas operações atuam por tentativas e erros, por meio de diferenças presentes em todos os elementos que se amplificam pela transmissão informativa, uma vez o momento em “que é transmitido em torno do circuito é a transformação das diferenças (...) uma diferença que faz a diferença é uma ideia ou unidade de informação” (BATESON, 1972, pp. 317-318, tradução nossa).<sup>47</sup> Não se trata, portanto, de uma epistemologia estabilizada no elemento transcendente, um “Eu” ou um Corpo,

---

<sup>47</sup> Um exemplo utilizado por Bateson narra o corte de uma árvore por um homem. Cada ato do encontro do sistema total do corpo do homem, e sua ferramenta, no corpo da árvore é predeterminado pelo ato anterior. A filosofia moderna trata esse encontro como um “Eu corto a árvore”, em que pese um agente “Eu” performaria e delimitaria a ação sobre um objeto “árvore”. Ou seja, o circuito homem-árvore é dado por partes fixas: o homem e a árvore. A contrário senso, a epistemologia batesoniana parte de uma “Cibernética do “Self” em que a “diferença que produz a diferença” é a ideia que amplifica o encontro das informações, de modo que, no exemplo supracitado, o sistema total tratar-se-ia da diferença das partes que se relacionam com as diferenças das outras partes como princípio unificador, no qual o que se amplifica na transmissão informativa é “a diferença ou uma transformação de uma diferença” (BATESON, 1972, p. 318, tradução nossa). A unidade unificadora processa informações a partir da diferença das partes e do próprio todo, o que deslegitima tal “sistema” sobre uma entidade predeterminada (um Eu), mas, ao contrário, sobre as relações imanentes das transformações diferenciais dos elementos do “sistema total”.

mas uma horizontalidade das premissas diferenciais da própria dicotomia sujeito/objeto, no campo transcendental da operação: uma engenharia conceitual de estrutura polarizadora dos alcoolistas que, por coincidência, é dada pela relação das diferenças intrínsecas na relação corpo/mente, e também pelas diferenças localizadas do lado de fora do corpo, pois o problema dualístico do “corpo-mente” está conjugado: “em termos que forcem o argumento em direção a um paradoxo: se a mente é suposta como imanente ao corpo, então ela deve ser transcendente. Se transcendente, ela deve ser imanente, e assim por diante” (BATESON, 1972, p. 320, tradução nossa).

Desse modo, as estruturas da “polarização” dos alcoolistas determina as premissas epistemológicas do indivíduo na medida em que os princípios abstratos que governam a percepção do agente, não se trata de um instrumento descritivo e constituído pelo contexto na produção e composição das formas (estruturação contextual sob o prisma de um passado), mas, para além disso, trata-se de um instrumento organizativo e constituído a partir do contexto, com a finalidade de compor as estruturas formais (estruturação contextual sob o prisma de um “futuro nostálgico”, um novo que já nasce velho, por uma reafirmação do todo estruturado), ou, como bem problematizou Bateson, à luz dos princípios do “orgulho” dos alcoolistas, colocar-se-ia o objeto da relação fora do “Eu”. Aqui, ocorreria a incidência do “orgulho” dos alcoolistas na relação de composição, pois haveria uma consubstanciação do “Eu” alcoolista, a partir de um princípio, a saber:

o princípio pode ser da seguinte forma: “eu consigo fazer algo onde o sucesso é improvável e o fracasso, desastroso”. Claramente, esse princípio nunca servirá para manter a sobriedade. Assim que o sucesso começa a parecer provável, o alcoólatra deve desafiar o risco de uma dose. O elemento de “azar” ou “probabilidade” de fracasso coloca o desafio além dos limites do self. “Se o fracasso ocorre, ele não é meu”. O “orgulho” do alcoólatra estreita progressivamente o conceito de self, colocando o que acontece fora do seu escopo (BATESON, 1972, p. 322, tradução nossa).

Este princípio trata-se em síntese da presunção de um “outro” real ou fictício que se determina no próprio indivíduo alcoolista. De tal modo que, complementarmente, uma premissa simétrica engendra o status epistemológico do indivíduo. Esse status atualiza-se na medida em que compreende dois comportamentos mutuamente dissonantes por uma diferença proporcionada em valores diferenciais de estimulação de um lado maior que o outro lado. E, por sua vez, as premissas simétricas atualizam-se na proporção em que compreende dois comportamentos mutuamente equidistantes por uma diferença proporcionada igualmente de estimulação de um igual ao outro. Ou seja,

segundo Bateson, as relações de duas tendências (A e B) encontram suas premissas relacionadas complementar e simetricamente com as mudanças do campo diferencial. A essa operação Bateson chama de “Schismogenesis”.<sup>48</sup>

Dito de outra forma: o “orgulho” alcoolista é contextualmente estruturado a um só tempo na forma simétrica e complementar. Simétrica em suas premissas continuamente opostas. Complementar em seu status de organização da experiência, da relação do alcoolista com seus “outros” reais e ficcionais. Há, portanto, um novo conflito simétrico que, de modo espiral, consubstancia o status epistemológico das próprias premissas complementares e simétricas. Essa operação ocorreria a partir de uma zona primordial, pré-linguística, em que “a computação que acontece ali é codificada num processo primário” (BATESON, 1972, p. 327, tradução nossa), e que, ao indivíduo caberia tão somente a redução da proposição diferencial negativa por uma constante retroação positiva (*positive feedback*), aumentando a diferença do campo de incidência. De tal forma que, nos membros dos Alcoólicos Anônimos tratar-se-á de uma linha de fuga que coloca em suspensão o limiar comportamental, e amplia (ou, nos termos de Gilbert Simondon: amplifica) o próprio limiar de possibilidade da permanência na mudança. Um modelo organizativo anti-moderno (anti-piramidal, contrário do sujeito-estado moderno), ou como diz Bateson:

um modelo no qual, em certas circunstâncias, o desconforto do organismo ative uma retroalimentação positiva sobreposta para aumentar o comportamento que precede o desconforto. Essa retroalimentação positiva confirmará que era realmente aquele comportamento particular que trazia o desconforto, e pode elevar o desconforto para um nível em que a mudança se torne possível (BATESON, 1972, p. 327-328, tradução nossa).

Nesse sentido, a epistemologia dos alcoolistas transforma-se no momento em que o indivíduo ingere a bebida alcoólica, demonstrando, também, que a “passagem da sobriedade para a intoxicação é também uma passagem do desafio simétrico para a complementaridade (...) confundidos pelas distorções da memória e pela complexa

---

<sup>48</sup> Um padrão diferencial que decorre das “retroalimentações positivas que não encontram controle ou correção dentro do sistema, e podem – como colocado – ocorrer em sistemas tanto complementares quanto simétricos” (BATESON, 1972, p. 324, tradução nossa). Aqui, as posições complementares e simétricas são logicamente opostas entre si, mas, para Bateson, é também possível a passagem de um sistema simétrico para um estado complementar, em que o campo diferencial dos dois sistemas organizam-se sobre perspectivas de outros comportamentos.

toxicidade do álcool” (BATESON, 1972, p. 329, tradução nossa). Informações distorcidas que se recolhe do (e com o) momento de mudança, comumente relacionado à um momento: o “fundo do poço”. Do interior para o exterior, não há limiares epistemológicos fixos, mas, ao contrário, limiares modulares que implodem a “epistemologia do ‘autocontrole’” (BATESON, 1972, p. 330, tradução nossa), além de que levam o indivíduo a dar-se conta da amplitude do sistema, e, assim, em sentido pendular, impulsiona-o novamente para o consumo da bebida alcóolica e do retorno ao estado de embriaguez.

O que Bateson problematiza é tão somente uma relação do conjunto como um todo, no qual o princípio unificador (chamado pelo autor de “*governor*”) é a um só tempo determinado pelas partes do todo e pelo próprio comportamento do todo. Nesse sentido, a estabilidade do sistema depende tanto da relação operativa do todo com as partes quanto do todo com a margem operativa de acumulação, ou de excedente, das “transformações da diferença em torno do circuito” (BATESON, 1972, p. 316, tradução nossa). Em outras palavras:

é, essencialmente, um órgão sensorial ou transdutor que recebe uma transformação da diferença entre a velocidade real de funcionamento do motor e alguma velocidade ideal ou preferida. Esse órgão sensorial transforma essas diferenças em diferenças em alguma informação incidente, por exemplo, para frear ou abastecer a fonte” (BATESON, 1972, p. 316, tradução nossa).

O princípio unificador, portanto, não controla os campos de incidência da informação, pois “ele é controlado pela informação do sistema e deve adaptar suas próprias ações às suas características temporais e aos efeitos de sua própria ação anterior” (BATESON, 1972, p. 316, tradução nossa). É necessário, portanto, uma nova estrutura conceitual que compreenda o “estatuto epistemológico das premissas complementares e simétricas” de um sujeito em diferença: uma conjugação complexa e fundamental de sistemas informativos, e de seus regimes de funcionamento engendrados pelas múltiplas organizações da experiência.<sup>49</sup> Esta nova estrutura conceitual fundamenta-se em um poder que se manifesta na relação de cada indivíduo bem como na estrutura ambiente relacional, visto que “a relação de cada indivíduo com o “Poder” é melhor definida pelos termos “fazer parte de” (BATESON, 1972, p. 333,

---

<sup>49</sup> Parafrazeando Eduardo Viveiros de Castro em seu livro *Metafísicas Canibais: um sujeito porvir da epistemologia*, mas a partir de múltiplas ontologias.

tradução nossa). Trata-se, portanto, de criar um espaço a um só tempo de aplicação ético e filosófico moderno<sup>50</sup> e de teorização do sujeito e da identidade em exílio.<sup>51</sup>

Conclui-se, portanto, que os caminhos que percorremos na tentativa de compreender as diferenças constitutivas de certos modos de existência, não alcançam os próprios fundamentos da organização de composição técnica, motivo pelo qual problematizaremos as identidades em sua “diferencialidade pura”, a partir da dimensão transcendental, mas com o requisito de admissibilidade – ou como condição de possibilidade – da suspensão do conceito metafisicamente centrado de sujeito, nesse plano de entendimento. Esta é a tarefa porvir: procurar caminhos alternativos ao materialismo moderno, em que outros modos de existência (e de vivência) possam organizar as relações entre estrutura e forma a partir dos problemas dos homens com o mundo. Precisamos, portanto, encontrar o ponto ortogonal que nos permita sedimentar os exemplos dos Alcoólicos Anônimos e dos Ameríndios, mediados pelas antropologias de Gregory Bateson e Eduardo Viveiros de Castro. Desse modo, o objetivo principal a seguir será encontrarmos (e utilizarmos), rigorosamente, a constituição dos corpos singulares a partir dos conceitos de Informação e de Amplificação de Gilbert Simondon, como forma de aprofundamento no estudo sobre o regime de funcionamento das relações que articulam o conceito de identidade, e que amplificam, com efeito, o direito às existências dessas posições em diferença. Fi-lo, pois, a seguir.

---

<sup>50</sup> Bateson afirma: “O problema ético e filosófico diz respeito apenas aos níveis mais amplos do universo, ou mais profundos da psicologia. Se acreditamos profunda e inconscientemente que nossas relações com o sistema mais amplo que nos envolve – o “Poder maior que nós mesmos” – seja simétrico e emulativo, então estamos equivocados” (BATESON, 1972, p. 336, tradução nossa). O que o autor propõe, então, é a preferência da complementaridade em face da simetria das premissas epistemológicas, vez que a teleologia dos Alcoólicos Anônimos é uma possível “derivação correta da epistemologia da cibernética e da teoria de sistemas” (BATESON, 1972, p. 337, tradução nossa).

<sup>51</sup> Aqui, destaca-se a noção de “anonimato”, como “símbolo de autosacrifício” (BATESON, 1972, p. 334, tradução nossa) do indivíduo. Dessa premissa Bateson acrescenta que “o anonimato é também uma afirmação profunda da relação sistêmica entre parte e todo” (BATESON, 1972, p. 334, tradução nossa). Ou seja, uma “tautologia de autoafirmação” (BATESON, 1972, p. 334, tradução nossa) em que um duplo vínculo (*double bind*) – da parte e do todo – implode “as premissas epistemológicas pessoais num nível profundo, então, inversamente, para que estas feridas se curem e uma nova epistemologia se desenvolva alguma mudança de duplo vínculo faz-se necessária” (BATESON, 1972, p. 335, tradução nossa).

#### 4 A COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO SUJEITO A PARTIR DE GILBERT SIMONDON

O que se pretendeu com a incursão nos modos de produção dos estratos do sujeito moderno, sob a perspectiva de Michel Foucault, foi sedimentar o aporte conceitual segundo o qual poder-se-ia suspender o conceito de sujeito, com a finalidade de, só então, estudarmos a composição do sujeito sob a égide dos “filósofos da suspeita”, a saber, dos filósofos pós-estruturalistas.

Entretanto, a terra arrasada que foi a teoria francesa desde a década de 60 até a década de 90, em matéria de teoria do sujeito, encontra suas raízes sobre uma epistemologia em ruínas de uma sociedade imobilizada e reconstituída, constantemente, nas sombras de um modernismo moribundo. De todo modo, é nesse contexto que insurge um “novo materialismo”, concentrado nos ensinamentos do filósofo Gilbert Simondon. Trata-se, em síntese, ao menos no campo da Filosofia, de colocarmos em discussão a teoria da “concretização” dos objetos técnicos, como condição de possibilidade e como modo de constituição e construção dos objetos técnicos a partir das partes abstratas do indivíduo, na medida em que as partes, ou as ideias das partes, se complementariam de modo inventivo, e começariam a ganhar eficácia, a se concretizar.<sup>52</sup>

Em síntese, a Ontologia Relacional de Gilbert Simondon possui duas grandes teorias: a teoria dos processos de individuação à luz das noções de forma e informação e a teoria dos modos de existência dos objetos técnicos sob o prisma da interação do interior e do exterior de um objeto técnico. Estes postulados são encontrados, principalmente, em duas grandes obras: “A individuação à luz das noções de forma e de informação” e “Do modo de existência dos objetos técnicos”, além de outras passagens da vasta obra de Gilbert Simondon, a qual, referenciaremos, por causa de sua especificidade, ao texto da conferência ministrada em 1962 no Colóquio de *Royaumont* sobre o conceito de informação na ciência contemporânea.<sup>53</sup> Entretanto, os nossos

---

<sup>52</sup> Esta teoria sobre a concretização dos objetos técnicos a partir de partes abstratas que ganham eficácia na medida em que suas partes se fundem de modo inventivo com substrato tanto para o pensamento quanto para as práticas subjetivas, é fundamental para entendermos o “tecnomaterialismo” de Gilbert Simondon.

<sup>53</sup> Utilizaremos nesta monografia, as edições publicadas em Buenos Aires, Argentina: “*La individuación a la luz de las nociones de forma y de información*”, e “*El modo de existencia de los objetos técnicos*”, bem como a edição francesa da obra *L'individuation psychique et collective*, e a tradução do artigo “A

esforços bibliográficos versarão sobre o conceito de Informação, tanto no interior dessas obras como em perspectivas ortogonais, e, sobretudo, como norte interpretativo, dos elementos paralelos, tais como o processo ontogênico da individuação, ou seja, da construção e modulação dos objetos técnicos, bem como da metaestabilidade, da transdução e da amplificação dos objetos técnicos.<sup>54</sup> Assim, em um sistema filosófico como o de Gilbert Simondon, convém introduzirmos as linhas gerais de seu pensamento como forma de auto-referenciação rígida da complexidade e da importância deste filósofo.

De sua parte, Gilbert Simondon (1924-1989), filósofo francês, autor de inúmeras pesquisas relacionadas aos conceitos de técnica, individuação, informação, etc. que versam em múltiplas áreas do conhecimento, como, por exemplo, a filosofia, biologia, física, entre outras, evidenciando o realismo das relações, conectado a um processo de individuação, em que a dimensão analítica e epistemológica se conecta a um terceiro termo apoiado em um método divergente. Ou seja, nas linhas do autor:

O método consiste em não tentar compor a essência de uma realidade por meio de uma relação conceitual entre dois termos extremos, mas sim considerar toda verdadeira relação como possuindo estatuto de ser. A relação é uma modalidade do ser; ela é simultânea aos termos cuja existência ela garante. Uma relação deve ser apreendida como relação no ser, relação do ser, maneira de ser e não como simples relação entre dois termos que poderiam ser adequadamente conhecidos através de conceitos, porque teriam uma existência efetivamente distinta (SIMONDON, 2009, p. 37, tradução nossa).

Trata-se, nesse sentido da dimensão da anterioridade das relações como um elemento preponderante nas teorias do filósofo, pois, além de constituir o indivíduo com os olhos para a produção dos substratos do sujeito, conjugam as elementares desses processos, a saber, os campos materiais e de expressão, sobre os ombros de uma teoria

---

Gênese do indivíduo”, publicada nos Cadernos de Subjetividade, da UFSCar. Por motivos de não haver tradução para o português das principais obras, tomamos a liberdade de traduzir alguns excertos. “*L’amplification dans les processus d’information, In: Communication et information: cours et conférence. Chatou: Les Éditions de la Transparence*”. Texto traduzido pelo Laboratório de Sociologia e dos Processos de Associação (LaSPA), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: <https://sociologiassociativa.wordpress.com/projetos/simondon/a-amplificacao-nos-processos-de-informacao/>. Este texto será objeto de exposição e problematização no tópico 4.3.

<sup>54</sup> Importante conceito para esta monografia, a noção de Transdução trata de “uma operação física, biológica, mental, social, pela qual uma atividade se propaga pouco a pouco no interior de um campo, fundando essa propagação numa estruturação do campo operada passo a passo: cada região de estrutura constituída serve de princípio de constituição à região seguinte, de modo que uma modificação se estende progressivamente e simultaneamente a esta operação estruturante” (SIMONDON, 2009, p. 38, tradução nossa).

da comunicação, em especial dos postulados da informação. A partir dessas premissas, vejamos, a seguir, alguns apontamentos iniciais que corroboram para sua utilização no campo jurídico da teoria do sujeito.

Em primeiro lugar, a tese da “individuação à luz das noções de forma e informação” analisa teoricamente o processo dos regimes de funcionamento biológico, físico e psicossocial da dimensão ontogênica (da gênese ontológica). Por uma questão de introdução ao indivíduo, busca-se um princípio de individuação que dê conta da realidade do próprio indivíduo, seja através de um monismo moderno autocentrado e substancialista, com viés kantiano, seja pela bipolaridade hilemórfica, com substratos binominais fixos, a forma e o conteúdo, supõem-se, então, na filosofia ocidental moderna a existência um campo de incidência anterior à própria individuação, qual seja capaz de coordenar as condições de existência. Ou, nas palavras de Simondon:

A busca do princípio de individuação se realiza ou antes ou depois da individuação, em função de o modelo da individuação ser físico (para o atomismo substancialista) ou tecnológico e vital (para o esquema hilemórfico). Mas existe, nos dois casos, uma zona obscura que encobre a operação de individuação. Esta operação é considerada como coisa a explicar e não como aquilo no qual a explicação deve ser encontrada: donde a noção de princípio de individuação. E a operação é considerada como coisa a explicar pois o pensamento é estendido em direção ao ser completamente individuado do qual é preciso dar conta, passando pela etapa da individuação para chegar ao indivíduo após esta operação. Há, portanto, a suposição da existência de uma sucessão temporal: no início existe o princípio de individuação; em seguida este princípio opera numa operação de individuação; por fim, o indivíduo constituído aparece. Se, ao contrário, supõe-se que a individuação não produz somente o indivíduo, não se buscaria passar apressadamente pela etapa da individuação para chegar a essa realidade última que é o indivíduo: tentaria-se apreender a ontogênese em todo o desenrolar de sua realidade, e conhecer o indivíduo através da individuação em vez da individuação a partir do indivíduo (SIMONDON 2009, pp. 25-26, tradução nossa).

Nesse sentido, à luz do escólio de Vincent Bontems, conhecido comentador das obras de Gilbert Simondon, podemos problematizar a teoria dos processos de individuação à luz das noções de forma e informação, em relação a tese homônima de Simondon, a partir da justaposição de três momentos constitutivos do sujeito humano.<sup>55</sup> Vejamos:

---

<sup>55</sup> Tese apresentada como requisito para se tornar Doutor em Filosofia, na Universidade de Paris, no ano de 1958, a saber, “A individuação à luz das noções de forma e informação”, onde uma teoria dos sujeitos, e de seus predicados, é feita a partir das condições da gênese dos indivíduos que se constituem sob um campo transcendental fundamentado na justaposição de três fases: a fase pré-individual, a fase individual e a fase transindividual.

A primeira parte da tese explica a individuação física, cuja ilustração mais simples é um processo de cristalização: em uma solução amorfa, mas supersaturada (água-mãe), a introdução de um germe cristalino (catalisador) provoca a formação de uma estrutura que propaga a operação. A transdução é esse processo de “informação” – no sentido de “tomada de forma” – que relaciona ordens de grandeza até então incomensuráveis – aqui neste exemplo, a energia potencial da solução e as estruturas das moléculas – a uma ordem de grandeza mediana, a do cristal, por meio de um processo que se propaga de um lugar a outro. A segunda parte estende a análise ao ser vivo na medida em que a individuação biológica não intervém após a individuação física, mas durante, como uma suspensão de sua conclusão. O ser vivo é, de fato, o que retarda a dissipação completa de seus potenciais, permanecendo metaestável pelo maior tempo possível graças às trocas energéticas com seu meio. Da evolução, emerge um progresso “neotênico”: os seres vivos mais evoluídos são os que ficam mais tempo no estado incoativo, em que eles assimilam informação para modificar as relações internas que eles mesmos são em função das relações que eles têm com o meio. Esse progresso chega, por fim, aos seres vivos menos condicionados instintivamente e dotados de um psiquismo, quer dizer, sujeitos marcados por uma defasagem entre o corpo e o espírito – o que os torna capazes de ser e de se considerar como elementos ajustáveis às situações problemáticas que enfrentam. Essa capacidade de reflexão e de invenção do ser vivo só é realizada plenamente com os animais psicossociais, que adquirem uma personalidade em função das relações que eles estabelecem com os outros membros do grupo. Essa transindividualidade não se reduz, entre os humanos, à eclosão das relações intersubjetivas, pois a transindividualidade, considerada como cultura, precede ao indivíduo e constitui uma condição de sua gênese como sujeito. De tal modo que o sujeito humano é constituído por três fases: a fase pré-individual – a saber, seu vínculo (emocional) com sua natureza viva –, a fase individual – sua unidade psicossomática – e a fase transindividual, com a qual seus pensamentos e ações se integram ao âmago da cultura. (BONTEMS, 2017, p. 34) (grifos nossos).

Assim, sobre essas premissas, em subtópico específico, problematizaremos os três momentos da individuação à luz das noções de forma e informação, com ênfase na substituição da forma pela informação, como condição de possibilidade de uma reforma dos conceitos filosóficos modernos, de sujeito e de identidade, tanto na Filosofia quanto no Direito. Estes são os usos e os efeitos utilizados desde a tese maior de Gilbert Simondon, a individuação à luz das noções de forma e informação, para a nossa monografia.

Em segundo lugar, a tese “Do modo de existência dos objetos técnicos” teoriza analiticamente a concretização dos processos do indivíduo sobre o ponto central da constituição dos objetos técnicos. Por uma intenção de desencadeamento da consciência dos objetos técnicos, Simondon busca incorporar a realidade técnica na realidade humana, bem como trata dos seres técnicos pensados e praticados por um atitude filosófica de reencontro do homem e da máquina. Os objetos técnicos ensinam, portanto, a existência de um campo de incidência mediador entre natureza e o homem, de modo que, nesse campo indeterminado, a própria individuação seja capaz de

coordenar as condições de existência tanto do homem quanto da máquina por meio de um funcionamento de consciência inventivo, aberto ao múltiplo meio de significações, expressões, justificações e formalizações comunicativas que definem o objeto técnico pelo processo de concretização em si mesmo. Ou seja, trata-se de:

uma verdadeira tomada de consciência das realidades técnicas apreendidas em sua significação corresponde a uma pluralidade aberta de técnicas. Por outro lado, não poderia ser de outra forma, pois um conjunto técnico mesmo pouco estendido compreende máquinas cujos princípios de funcionamento dependem de áreas científicas muito diferentes. A especialização denominada técnica geralmente corresponde a preocupações exteriores aos objetos técnicos propriamente ditos (relações com o público, forma particular de comércio) e não a uma espécie de esquemas de funcionamento incluídos nos objetos técnicos; é a especialização segundo direções exteriores às técnicas que cria a estreiteza de visão censurada nos técnicos pelo homem culto que pretende se distinguir deles: trata-se de uma estreiteza de intenções, de fins, muito mais do que de uma estreiteza de informação ou de intuição das técnicas. São muito raras atualmente as máquinas que não são em alguma medida mecânicas, térmicas e elétricas ao mesmo tempo. (...) Para operar essa tomada de consciência podemos tentar definir o objeto técnico em si mesmo, por meio do processo de concretização e de sobredeterminação funcional que lhe dá sua consistência ao termo de uma evolução, provando que não poderia ser considerado um puro utensílio. As modalidades dessa gênese permitem apreender os três níveis do objeto técnico e de sua coordenação temporal não dialética: o elemento, o indivíduo, o conjunto (SIMONDON, 2008, pp. 35-37, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, Vincent Bontems resume a linha de pensamento de Simondon, a partir da tese dos modos de existência dos objetos técnicos, em um belo parágrafo didático, demonstrando como a problematização do modo de existência dos objetos técnicos ocorre sobre a justaposição de três momentos constitutivos do próprio objeto técnico.<sup>56</sup> Vejamos:

A primeira parte do texto – “Gênese e evolução dos objetos técnicos” – expõe o método da mecanologia “genética”, inspirado pelos trabalhos de André Leroi-Gourhan (1911-1986) (Leroi-Gourhan 1945). Cada linhagem técnica começa pela invenção de uma estrutura que realiza uma operação em relação com um “meio associado”. Ela é definida pelo funcionamento do objeto e não por sua função: chamamos de “motores” todos os dispositivos que produzem movimento, embora os motores a vapor, elétrico e movidos a mola não funcionem da mesma maneira; eles não pertencem à mesma linhagem e o motor movido a mola está bem mais próximo de uma besta. Essas linhagens evoluem. O objeto de partida é “abstrato” no sentido de que cada elemento intervém independentemente dos outros. Depois, uma série de melhorias e adaptações aperfeiçoam uma peça ou corrigem uma incompatibilidade. Quando esses progressos menores otimizam os elementos,

---

<sup>56</sup> Tese apresentada como requisito para se tornar Doutor em Filosofia, na Universidade de Paris, no ano de 1958, a saber, “Do modo de existência dos objetos técnicos”, onde uma teoria dos sujeitos, e de seus predicados, é feita a partir das singularidades pré-individuais que se constituem sob um campo transcendental fundamentado na justaposição de três modalidades da gênese ôntica dos seres existentes.

diz-se que o objeto ficou “saturado”: não é mais possível aumentar suas performances em um determinado sentido sem piorá-las em outro. Para progredir, é necessária uma reconfiguração global. A distribuição espacial dos elementos e a repartição das funções entre eles são modificadas para que a organização se torne mais sinérgica e o objeto mais autocorrelato, quer dizer, mais “concreto”. A concretização se desdobra em diferentes níveis de individualidade, definidos pela relação destes com o meio associado: os elementos se integram indiferentemente a objetos diferentes; o meio associado dos indivíduos condiciona seu funcionamento; os conjuntos são dispositivos nos quais o encadeamento das operações supõe uma relativa compartimentalização. Essa classificação é trans-histórica: os sítios neolíticos são conjuntos, assim como o são uma forja, uma fábrica ou um laboratório. (...) A segunda parte – “O homem e o objeto técnico” – analisa as relações com o objeto técnico, sublinhando a oposição entre um estatuto de minoridade, quando o objeto é considerado de modo utilitário, e um estatuto de maioria, quando o homem compreende o funcionamento do objeto. Denegrido pela cultura, o objeto técnico é reabilitado por ocasião de movimentos enciclopédicos recorrentes. O enciclopedismo dos anos 1950 corresponde à cibernética de Norbert Wiener (1894-1964), que se concentra nas retroações (“feedbacks”) da informação para regular o sistema formado pelos homens e pelas máquinas. Contudo, a servidão das máquinas a fins utilitários constitui um obstáculo a essa emancipação dos homens pela técnica. A terceira parte – “Essência da tecnicidade” – encara a técnica como modo de ser-no-mundo, como uma das fases da cultura. Simondon formula a hipótese de uma fase mágica, inicial, de apreensão do mundo que tem o caráter de uma retícula marcada por pontos-chave. Essa fase se desfaz para produzir de modo simétrico e complementar a fase técnica, que extrai figuras isoladas, operatórias e transferíveis, e a fase religiosa, que conserva o sentido da totalidade e desprende fundamentos, libertando-os das singularidades nas quais a magia os aprisionava. Essas duas fases divergentes encontram um ponto de equilíbrio com o pensamento estético, que visa restaurar o sentimento da unidade perdida do mundo mágico. A técnica aspira, então, a entender seus fracassos e corrigi-los encontrando seus próprios fundamentos, isto é, fazendo ciência, enquanto a religião busca a operacionalidade através dos ritos e das normas. Por fim, a unidade global das defasagens, cuja coerência não está de maneira alguma assegurada, fica a cargo da filosofia, que deve exprimir o sentido da participação de cada fase na cultura (BONTEMS, 2017, p.35-37) (grifos nossos).

Assim, a correlação dos três momentos de constituição do objeto técnico, além de utilizar os processos de informação em virtude da constituição dos corpos singulares, engendra, em complemento, conjugado ao entendimento, uma reconceitualização filosófica e jurídica de noções modernas do indivíduo e do sujeito, bem como preenche o conceito de máquina como elemento de um conjunto técnico que aumenta, ou diminui, a quantidade das elementares dos processos de informação. Estes são os usos e os efeitos utilizados desde a tese menor de Gilbert Simondon, do modo de existência dos objetos técnicos, para a nossa monografia.

E por fim, problematizaremos a reformulação e reorganização das relações entre os processos de informação e da individuação dos modos de existência dos objetos

técnicos a partir da influência da noção de amplificação.<sup>57</sup> Trata-se, aqui, de problematizarmos a construção dos processos de composição técnica da experiência, relacionados aos conceitos de sujeito e identidade, que, com efeito, de utilizam-se do conceito de Informação de Gilbert Simondon, na medida em que recairá sobre a constituição dos corpos singulares. Pode-se resumir a atuação do conceito de Informação nas seguintes palavras:

Ser ou não ser informação não depende somente de características internas de uma estrutura; a informação não é uma coisa, mas a operação de uma coisa ingressando num sistema e nele produzindo uma transformação. A informação não pode ser definida fora desse ato de incidência transformadora e da operação de recepção. (SIMONDON, 1962, introdução).

Nesse sentido, é necessário destacarmos que a noção de Informação alcança o princípio de análise teórica das grandes linhas de pensamento de Gilbert Simondon, bem como transpassa o tema desta monografia.<sup>58</sup> Estes são os usos e os efeitos utilizados desde a conferência de Gilbert Simondon, a amplificação nos processos de informação. É nesse contexto que precisamos adentrar os mecanismos teóricos de Gilbert Simondon, pois as suas linhas de pensamento possuem efeitos importantes na teoria do sujeito moderno, conforme enumerada pelo filósofo Gilles Deleuze.<sup>59</sup> Esta exposição e problematização dos principais pontos simondianos revela um novo caminho, no qual atravessaremos as duas principais teses de Simondon, de modo

---

<sup>57</sup> Em suma: o modo da operação de informação que coloca em funcionamento a metaestabilidade do receptor, e “se os três modos possíveis de amplificação são característicos de três tipos de relações em relação dialética, podemos perguntar, de início, se a relação dialética não é sempre o progresso, em três etapas, de um processo de amplificação inicialmente transdutivo, depois modulador, e enfim organizador, essa sucessão se devendo à modificação do domínio que realiza o exercício de um tipo determinado de amplificação” (SIMONDON, 1962, conclusão). Podemos resumir, em linhas gerais, os três modos de amplificação nos seguintes termos: a amplificação transdutiva é o modelo de operação positiva, desértica, sem bordas, autopositionada e não auto-limitada por processos associativos, orientada para o futuro; a amplificação modulativa é o modelo de operação negativa, localizada e “á poste fixe”, com bordas, atualizadas a partir de sua energia potencial, auto-limitada à transformação decrescente do possível, orientada para a “reciclagem da estrutura antiga”, ou seja, para o passado; a amplificação organizativa é o modelo de operação conservativa, é a borda estável que compacta a um só tempo o passado e uma certa duração do futuro, em atos de invenção organizativos, orientada sobre o presente.

<sup>58</sup> A dessubjetivação do conceito de identidade a partir da problematização da organização da composição técnica do sujeito moderno sob o prisma da filosofia da imanência.

<sup>59</sup> Nesse sentido, Deleuze comentando o livro “O indivíduo e sua gênese físico-biológica” de Gilbert Simondon resume, em nota de rodapé, a importância do enfrentamento do passado e do futuro, no interior e no seu exterior, em razão de apresentação da “primeira teoria racionalizada das singularidades impensoais e pré-individuais. Ele se propõe explicitamente, a partir destas singularidades, a fazer a gênese tanto do indivíduo vivo como do sujeito cognoscente. Assim, trata-se de uma nova concepção do transcendental. E as cinco características pelas quais tentamos definir o campo transcendental: energia potencial do campo, ressonância interna das séries, superfície topológica das membranas, organização de sentido, estatuto do problemático, são todos analisados por Simondon” (DELEUZE, 2009, p. 107).

sintético, com ênfase nos processos de informação, e, após, problematizaremos o conceito de Informação e Amplificação a partir de um dos textos mais emblemáticos do autor, em matéria de constituição dos substratos que compreendem o sujeito.

#### 4.1 AS NOÇÕES DE FORMA E INFORMAÇÃO

De início, em vista do objeto de estudo dessa monografia, antes de adentrarmos o primeiro ponto de perspectiva do conceito de Informação, dentro dos mecanismos teóricos do filósofo Gilbert Simondon, se faz necessário uma exemplificação da constituição da experiência e da existência dos processos de individuação. Destaca-se, a título introdutório, que problematizaremos as noções de “forma” e “informação” na constituição dos indivíduos, em função de suas relações com os conceitos de sujeito e de identidade, na medida em que os processos de informação – como terceiro elemento – incidem-se sobre os campos da experiência dos próprios indivíduos, nos postulados dos processos de individuação.

Nesse sentido, é fato notório a tese de que a filosofia ocidental moderna privilegia a concepção substancialista do ser como indivíduo, deixando em segundo plano as relações hilemórficas entre forma e matéria. Trata-se, em síntese, de esconder a existência de que “um princípio de individuação anterior à própria individuação, suscetível de explica-la, de produzi-la, de conduzi-la” (SIMONDON, 2009, p. 23, tradução nossa), ou seja, privilegia-se o indivíduo constituído como ponto inicial da reconstituição das condições de possibilidade de sua existência. Entretanto, Simondon procura um princípio de individuação que não esteja fundamentado em um “privilégio ontológico ao indivíduo constituído” (SIMONDON, 2009, p. 24), mas, ao contrário, que se fundamente a partir

de uma gênese às avessas, de uma ontologia invertida: para dar conta da gênese do indivíduo com suas características definitivas, é preciso supor a existência de um termo primeiro, o princípio, que traz em si aquilo que explicará que o indivíduo seja indivíduo e dará conta da sua hecceidade (SIMONDON, 2009, p. 24, tradução nossa).

Com efeito, o primeiro termo da ontogênese “já é um indivíduo, ou algo no mínimo individualizável e que pode ser fonte de hecceidade, (...) a matéria pode receber uma forma, e nessa relação matéria-forma jaz a ontogênese” (SIMONDON, 2009, p. 24, tradução nossa). Ou, em outras palavras: “tudo aquilo que pode ser suporte de relação já é do mesmo modo de ser que o indivíduo” (SIMONDON, 2009, p. 24, tradução nossa).

De fato, segundo Simondon diz a procura primária da ontogênese possibilita o trabalho com os três elementos de funcionamento da ontogênese do indivíduo, uma vez que a própria operação – como terceiro elemento – é colocada na questão e não na explicação da individuação. É dizer: apreende-se o indivíduo “em dois sentidos: pois ele não é o todo o ser e porque ele resulta de um estado do ser no qual ele não existia nem como indivíduo e nem como princípio de individuação” (SIMONDON, 2009, p. 26, tradução nossa). E mais: apreende-se, doravante, a individuação

como resolução parcial e relativa que se manifesta em um sistema comportando potenciais e contendo uma certa incompatibilidade em relação a si mesmo, incompatibilidade feita tanto de forças de tensão quanto da impossibilidade de uma interação entre termos extremos das dimensões (SIMONDON, 2009, p. 26, tradução nossa).

Nesse sentido, é a partir do estudo das condições da gênese dos indivíduos como sujeitos humanos, e a partir das três fases da constituição desses sujeitos – a fase física, biológica e psicossocial – que um indivíduo intersecciona informações do meio em que os modifica, os regula e os adapta às finalidades das informações da próprio indivíduo (SIMONDON, 2009). Trata-se, portanto, de uma relação indivíduo-meio intermediada por uma informação que designa “o caráter de devir do ser, pois o ser devém enquanto ele é, como ser” (SIMONDON, 2009, p. 26, tradução nossa). Por isso, a partir da tese maior de Gilbert Simondon, “a individuação à luz das noções de forma e informação”, apreende-se as três fases de constituição de um sujeito humano, de tal forma que a tutela das noções de forma e informação introduzem no campo do humano o princípio de individuação, e, no entanto, coordenam-se nas condições de existência constitutiva da gênese ôntica, por incidência de uma meta-estabilidade oriunda da intervenção da energia potencial de um sistema. Desse modo, Simondon aduz que a

noção de energia potencial de um sistema, a noção de ordem, e aquela de aumento da entropia [a noção de informação de um sistema; a partir dessas noções e mais particularmente da noção de informação física e a tecnologia pura moderna comunicam (noção de informação recebida como negentropia), assim como a noção de energia potencial, que ganha um sentido mais preciso quando se incorpora a ela a noção de negentropia]” (SIMONDON, 2009, p. 28, tradução nossa).

Essa noção metaestável do ser apresenta-se na primeira fase das condições da gênese do indivíduo, a saber, a fase pré-individual. Trata-se de uma realidade “primitivamente em si mesma, como a solução supersaturada e mais inteiramente ainda no regime pré-individual (...) capaz de se manifestar como onda ou partícula, matéria ou

energia” (SIMONDON, 2009, p. 29, tradução nossa), de tal modo que “toda operação, e toda relação no interior de uma operação, é uma individuação que desdobra, defasa o ser pré-individual, ao mesmo tempo em que correlaciona valores extremos, ordens de grandeza anteriormente sem mediação” (SIMONDON, 2009, p. 30, tradução nossa). Ou seja, trata-se de uma individuação física, na qual não há um encontro da forma e da matéria preexistente no ato de constituição dos indivíduos, mas, inversamente, “uma resolução surgindo no interior de um sistema metaestável rico em potenciais: forma, matéria e energia preexistem no sistema” (SIMONDON, 2009, p. 30, tradução nossa). Em síntese, como Simondon diz: “o verdadeiro princípio de individuação é a mediação” (SIMONDON, 2009, p. 30, tradução nossa). Assim, em complemento, cabe destacar que, a fase pré-individual estende-se a operação transdutiva dos processos de informação, conforme veremos em subtópico específico (4.3.1).

Por sua vez, a segunda fase das condições da gênese do indivíduo – a fase individual – cuida-se de uma realidade unitária em que a mesma noção metaestável define a individuação e a identificação, não de modo instantâneo, “deixando atrás de si uma dualidade do meio e do indivíduo, o meio sendo privado do indivíduo que ele não é e o indivíduo não possuindo mais a dimensão do meio” (SIMONDON, 2009, p. 30, tradução nossa), mas, inversamente, “acompanhada de uma individuação perpetuada, que é a própria vida, segundo o modo fundamental do devir: o ser vivo conserva em si uma atividade de individuação permanente” (SIMONDON, 2009, p. 30, tradução nossa). Ou seja, trata-se de uma individuação biológica, na qual não se restringe a uma única característica do ser vivo, uma vez que confundem-se “o ser vivo com um autômato que matéria um certo número de equilíbrios ou que buscaria compatibilidades entre diversas exigências, segundo uma forma de equilíbrio complexo composto de equilíbrios mais simples” (SIMONDON, 2009, pp. 30-31, tradução nossa). Em síntese, como Simondon diz, “o ser vivo é também o ser que resulta de uma individuação inicial e que amplifica esta individuação, coisa que o objeto técnico não faz e que o mecanismo cibernético gostaria de assimilar funcionalmente” (SIMONDON, 2009, p. 31, tradução nossa). Assim, em complemento, cabe destacar que a fase individual estende-se à operação moduladora dos processos de informação, conforme veremos em tópico específico (4.3.2).

E por fim, a terceira fase das condições da gênese do indivíduo, a saber, a fase transindividual, problematiza as condições de possibilidade da identidade dos seres existentes, bem como dos processos de subjetivação, que se sustentam por meio da troca

constante das informações, na medida em que a noção metaestável organiza as informações e modifica as relações internas, não de modo associativo na “relação interior e exterior ao indivíduo como participação” (SIMONDON, 2009, p. 31, tradução nossa), mas, para além, sob a égide de um psiquismo e coletivo: o primeiro em relação da “perseguição da individuação vital em um ser que, para resolver sua própria problemática, é obrigado a intervir ele mesmo como elemento do problema, por sua ação, como sujeito” (SIMONDON, 2009, p. 30, tradução nossa); o segundo, em função do ser psíquico não resolver, em si mesmo, as questões da própria problemática, pois a quantidade factual de sua pré-individualidade, a um só tempo a individuação “como ser psíquico que ultrapassa os limites do ser vivo individuado e o incorpora em um sistema do mundo e do sujeito, permite a participação sob forma de condição de individuação do coletivo” (SIMONDON, 2009, p. 33, tradução nossa). Ou seja, trata-se de uma transindividuação na qual “a individuação sob forma do coletivo faz do indivíduo um indivíduo de grupo, associado ao grupo pela realidade pré-individual que ele traz em si e que, reunida à dos outros indivíduos, se individua em unidade coletiva” (SIMONDON, 2009, p. 33, tradução nossa). Em síntese, como Simondon diz, há reciprocidade entre as individuações psíquicas e coletivas, uma vez que “elas permitem a definição de uma categoria do transindividual que tende a dar conta da unidade sistemática da individuação interior (psíquica e da individuação exterior (coletiva)” (SIMONDON, 2009, p. 33, tradução nossa). Assim, em complemento, cabe destacar que a fase transindividual estende-se a operação organizadora dos processos de informação, conforme veremos em tópico específico (4.3.3).

Nesse sentido, conclui-se que, segundo as três fases das condições da gênese do indivíduo de Gilbert Simondon, trata-se de um pensamento sobre a técnica a partir das formações dos processos de individuação uma materialização do espaço formativo e informativo a um só tempo físico e biológico: este, pois, os indivíduos possuiriam variações como caracterização em seres vivos, onde “a vida não é uma substância distinta da matéria; supõe processos de integração e diferenciação que não podem de maneira nenhuma estar dado por outra coisa que não seja uma estrutura física” (SIMONDON, 2009, pp. 236-237, tradução nossa); aquele, em virtude dos indivíduos permanecerem como caracterizações em seres físicos, em que pese este ser “o estado de morte; (...) um estado degradado a partir do qual nenhuma transformação é possível sem intervenção de uma energia exterior ao sistema degradado” (SIMONDON, 1989, p. 49). Conclui-se, portanto, que segundo o pensamento de Gilbert Simondon, há definições

fixas do indivíduo no campo físico, enquanto que há atividade permanente do indivíduo no campo biológico.

Por esses motivos, a relação entre o sujeito e objeto é uma relação de transformação da forma em informação.<sup>60</sup> Reforçamos essa afirmação encontrada difusamente na obra de Simondon, especialmente na tese “A individuação à luz das noções de forma e informação”, exemplificando-a sobre os pressupostos epistemológicos do pensamento ameríndio, uma vez que estes fundamentam-se por uma “noção de individuação como diferenciação não-taxonômica – um processo de “atualização do virtual” diverso de uma realização do possível por limitação, e refratário às categorias tipológicas da semelhança, da oposição, da analogia e da identidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 116). Em outras palavras, trata-se de um

regime de multiplicidade qualitativa próprio do mito: a questão de saber se o jaguar mítico, por exemplo, é um bloco de afetos humanos em forma de jaguar ou um bloco de afetos felinos em forma de humano é indecidível, pois a “metamorfose” mítica é um acontecimento, uma mudança não-espacial: uma superposição intensiva de estados heterogêneos, antes que uma transposição extensiva de estados homogêneos (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 56).

Note-se que a correlação da passagem simondiana de um sistema de formas a um sistema de forças (informações), é também operacionalizada no pensamento ameríndio, pois, a explicação de um sistema sobre o outro possui um duplo sentido: o fluxo mítico e o processo de constituição do indivíduo, como exemplo das “dimensões humana e felina dos jaguares (e dos humanos) funcionarão alternadamente como fundo e forma potenciais uma para a outra” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 57), na mesma proporção que se bifurcam em jardins invisíveis, pois, tão somente “a partir de então, na invisibilidade (as almas humanas e os espíritos animais) e na opacidade (o corpo humano e as “roupas” somáticas animais) que marcam a constituição de todos os seres mundanos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 57).

---

<sup>60</sup> Esta é a teoria da individuação à luz das noções de forma e informação, pois, “segundo essa teoria haveria um nível determinado de organização em cada sistema, e podendo ser encontrado os mesmo níveis em um ser físico e um ser vivo. Por essa razão, supõe-se que quando seres como um animal que é composto por várias categorias sobrepostas em sequência em um sistema de integração, não mantém relação a uma única organização que seria causa, origem ou uma equivalência externa: estando limitado ao nível de organização que pertence a cada sistema, pode-se pensar que um ser parece possuir um alto nível de organização, é na verdade, porque incorpora elementos de informação e integração, sendo que sua tarefa integradora é bastante limitada” (SIMONDON, 2009, p. 233, tradução nossa). Trata-se, portanto, de uma diferenciação dos seres físicos e dos seres biológicos (vivos) a partir de um princípio de individuação horizontal, sendo que a diferenciação de ambos se dá pela distinção da organização e composição de cada ser existente.

O que se pretende com operação de constituição “mítica” do sujeito ameríndio é associa-lo ao pensamento de uma forma manifesta na medida em que “cada espécie é um mero envelope (uma “roupa”) a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos comutadores perspectivos transespecíficos, como os xamãs” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 57). Trata-se, pois, de modos de operações epistemológicos em que a prática da teoria é reforçada nos usos e nos efeitos dentro do aporte conceitual desses sujeitos, e dessas identidades. É importante destacarmos que o xamanismo ameríndio fundamenta-se em duas grandes linhas operativas, a qual, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro conceituou de Perspectivismo e Multinaturalismo.<sup>61</sup>

Assim, podemos concluir que, tanto para Gilbert Simondon quanto para o pensamento ameríndio, o processo de constituição do sujeito e do objeto não deveria ser centralizado no sujeito metafisicamente substancialista, descolado de suas relações com a natureza e com a própria existência psicossomática, ou seja, um processo de constituição do sujeito e do objeto longe de suas práticas intermediadas por um campo de conhecimento informativo: dotado de invenção, comunicação e transmissão nos processos de informação nos processos de individuação. Não obstante, à luz do objeto central de nosso estudo, as linhas e os movimentos de interseção endógenas e exógenas dos processos de informação serão aprofundadas no subtópico a seguir, com a finalidade de problematizarmos a composição técnica como fundamento constitutivo do sujeito moderno, informando-se, com efeito, sobre um processo de individuação que se

---

<sup>61</sup> Em síntese, podemos delimitar o Perspectivismo ameríndio sobre uma premissa: a humanidade é a dimensão comum a todos os seres existentes, de modo que todos se veem como humanos, o que muda são os mundos que eles veem. Ou nas palavras de Viveiros de Castro: “Esse fato de que a condição de pessoa (cuja forma aperceptiva universal é a anatomia e a etologia humanas) possa ser tanto “estendida” a outras espécies como “recusada” a outros coletivos de nossa espécie sugere, de saída, que o conceito de pessoa – centro de intencionalidade constituído por uma diferença de potencial interna – é anterior e superior logicamente ao conceito de humano. A humanidade é a posição do congênera, o modo reflexivo do coletivo, e como tal é derivada em relação às posições primárias de predador ou presa, que envolvem necessariamente outros coletivos, outras multiplicidades pessoais em situação de alteridade perspectiva – o humano é o nome de uma relação e não de uma substância” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 47). E por sua vez, podemos delimitar o Multinaturalismo ameríndio sobre a premissa de que a referência ao mito, nas cosmologias ameríndias, como primeira e última função do múltiplo, em vista do ponto de vista ser uma posição pronominal que enxerga tudo de modo equânime, sendo que a mudança incide sobre aquilo que se enxerga. Ou nas palavras de Viveiros de Castro, invertendo o multiculturalismo da filosofia ocidental: “os ameríndios propõem o oposto: de um lado, uma unidade representativa puramente pronominal – é humano quem ocupa vicariamente a posição de sujeito cosmológico; todo existente pode ser pensado como pensante (“isto existe, logo isto pensa”), isto é, como “ativado” ou “agenciado” por um ponto de vista -; do outro lado, uma radical diversidade real e objetiva. O perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 65).

liberta da forma unívoca como forma última do sujeito, e, conseqüentemente, de sua identidade autocentrada. Vejamos, então, a seguir.

#### 4.2 OS PROCESSOS DE INFORMAÇÃO: O INTERIOR E O EXTERIOR

Inicialmente, em vista do objeto de estudo dessa monografia, antes de adentrarmos o segundo ponto de perspectiva do conceito de Informação, dentro dos mecanismos teóricos do filósofo Gilbert Simondon, se faz necessário uma exemplificação da constituição da existência e da experiência dos objetos técnicos. Destaca-se, a título introdutório, que problematizaremos as noções de “interior” e “exterior” na constituição do objeto técnico, bem como suas relações com os conceitos de sujeito e de identidade, na medida em que os processos de informação – como terceiro elemento – incidem-se sobre os campos da experiência dos próprios indivíduos, nos postulados dos processos de concretização do indivíduo.

Nesse sentido, é lugar comum a tese de que a filosofia ocidental moderna privilegia a concepção e conhecimento da natureza, bem como da essência do homem, em detrimento das diretrizes da “máquina”. Trata-se, em síntese da “maior causa de alienação no mundo contemporâneo” (SIMONDON, 2008, p. 31, tradução nossa), pois, o desconhecimento dos pressupostos epistemológicos da “máquina” não se trata de “uma alienação causada pela máquina, e sim pelo não-conhecimento de sua natureza e de sua essência, por sua ausência do mundo das significações, e por sua omissão na tabela de valores e conceitos que formam parte da cultura” (SIMONDON, 2008, pp. 31-32, tradução nossa).

Desse modo, segundo Gilbert Simondon, do ponto de vista dos objetos técnicos há um desequilíbrio provocado por essa alienação em vista de uma falsa simetria das duas esferas, na medida em que “a máquina convertida pela imaginação nesse duplo do homem que é o robô, desprovido de interioridade, representa de modo evidente e inevitável um ser puramente mítico e imaginável” (SIMONDON, 2008, p. 32, tradução nossa). Aqui, a representação mítica do robô compreende o automatismo de forma romântica, pois “para transformar uma máquina em automática, é preciso sacrificar muitas possibilidades de funcionamento e muitos usos possíveis” (SIMONDON, 2008, p. 33, tradução nossa). O que Simondon pretende com esse exemplo de automação das máquinas é problematização de um terceiro elemento das relações que constituem um corpo singular, seja pessoal, impessoal ou a própria máquina. Ou seja, um pressuposto

de que o funcionamento de uma máquina preserve uma certa margem de indeterminação. É esta margem que permite que a máquina seja sensível a uma informação exterior. Por meio dessa sensibilidade das máquinas à informação se pode consumir um conjunto técnico, e não por um aumento do automatismo. Uma máquina puramente automática, completamente fechada sobre ela mesma em um funcionamento predeterminado, somente poderia oferecer resultados sumários. A máquina que está dotada de uma alta tecnicidade é uma máquina aberta, e o conjunto de máquinas abertas supõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivente de máquinas, umas em relação com as outras (SIMONDON, 2008, p. 33, tradução nossa).

Nesse sentido, é a partir do estudo da margem de indeterminação e a partir dos três níveis dos objetos técnicos, a saber, o elemento, o indivíduo e o conjunto, que uma máquina intersecciona informações do homem que a modifica, regula e adapta à finalidade das informações da própria máquina. Trata-se, portanto, de uma relação homem-máquina intermediada por uma informação “que expressa a existência correlativa dos homens e das máquinas deve levar consigo os esquemas de funcionamento das máquinas e os valores que elas implicam” (SIMONDON, 2008, p. 36, tradução nossa). Por isso, à luz da tese menor de Gilbert Simondon, do modo de existência dos objetos técnicos, apreende-se os três níveis de constituição de um objeto técnico, de tal forma que a tutela das noções de interior e exterior introduzem no campo do humano a realidade técnica dos objetos técnicos<sup>62</sup>, e, no entanto, coordena-se nas condições de existência constitutiva dos objetos técnicos, na medida em que a incidência mediadora dos existentes é aberta à comunicações e invenções do processo de concretização ontogênico do indivíduo e do sujeito cognoscente (SIMONDON, 2008).

Ainda segundo nos diz Simondon, a abertura das técnicas do indivíduo ao meio em que ocupa um espaço problematização a um só tempo do “objeto técnico em si mesmo, por meio do processo de concretização e sobredeterminação funcional, que dá consistência ao fim de um evolução, provando que não poderia ser considerado um puro utensílio” (SIMONDON, 2008, p. 37, tradução nossa), e da “possibilidade de uma introdução do ser técnico na cultura” (SIMONDON, 2008, p.38, tradução nossa). Em síntese, trata-se de um processo de “integração” que

---

<sup>62</sup> Esta é a intenção de Simondon ao estudar os modos de existência dos objetos técnicos, pois, “a cultura se constituiu em sistema de defesa contra as técnicas; ora, essa defesa se apresenta como uma defesa do homem, supondo que os objetos técnicos não contém realidade humana” (SIMONDON, 2008, p. 31, tradução nossa).

não se pôde operar de maneira definitiva nem no nível dos indivíduos, se poderá operar, com mais chances de estabilidade, no nível dos conjuntos; a realidade técnica, convertida em regulador, poderá integrar-se a cultura reguladora por essência. Essa integração só poderia ser produzida por agregação do tempo em que a tecnicidade residia nos elementos, por fratura e revolução do tempo em que a tecnicidade residia nos novos indivíduos técnicos. Hoje, a tecnicidade tende a residir nos conjuntos; podendo então converter-se em um fundamento da cultura, na qual terá um poder de unidade e estabilidade, tornando-se adequado à realidade que o expressa e o regula (SIMONDON, 2008, p. 38, tradução nossa).

Conclui-se, portanto, que Gilbert Simondon teoriza a ontogênese dos objetos técnicos sobre as modalidades da gênese dos indivíduos que “permitem apreender os três níveis dos objetos técnicos e de sua coordenação temporal não-dialética: o elemento, o indivíduo, o conjunto” (SIMONDON, 2008, p. 37, tradução nossa). Trata-se, aqui, dos três níveis dos objetos técnicos, os quais já explicamos alhures.<sup>63</sup>

Nesse sentido, conclui-se que os três níveis dos objetos técnicos incidem no pensamento sobre a técnica a partir das informações dos modos de existência dos objetos técnicos apresentando, assim, uma materialização do espaço “interior” e “exterior” a um só tempo biotecnológico e metafísico.<sup>64</sup> A metafísica em um duplo sentido: de um lado, os indivíduos possuiriam variações como caracterizações em seres vivos, onde “forma e matéria, se ainda existem, estariam no mesmo nível, ao formar parte do mesmo sistema; há continuidade entre o técnico e o natural” (SIMONDON, 2008, p. 260, tradução nossa); e de outro lado, na mesma medida em que, sobre a produção do objeto técnico, “o saber pré-técnico também é pré-lógico, no sentido de que constitui um casal de termos sem descobrir a interioridade da relação (como esquema hilemórfico)” (SIMONDON, 2008, p. 260, tradução nossa). A biotecnologia, por sua vez, igualmente em duplo sentido: primeiro, em virtude dos indivíduos permanecerem como caracterizações em seres biológicos, em que pese o saber técnico “partir do que se passa no interior do molde para encontrar desde o centro as diferentes elaborações que poderiam prepara-lo” (SIMONDON, 2008, p. 259, tradução nossa); e, segundo, na mesma medida em que, sobre “o funcionamento do objeto técnico forma

---

<sup>63</sup> Vincent Bontems, importante comentador de Simondon, faz uma introdução didática dos modos de existência dos objetos técnicos a partir da justaposição dos três momentos constitutivos do objeto técnico, o qual, por motivos de reafirmação de uma temática que não nos cabe aqui, pois tão somente tratam da dimensão pública (social) das relações de forças dos outros três elementos da tese maior de Simondon, conforme explicamos anteriormente nesta monografia. Assim, direcionamos o leitor para a releitura no início do tópico 4, páginas 48 e 49 desta monografia.

<sup>64</sup> Simondon faz uma crítica à metafísica substancialista moderna na medida em que sob o prisma dos objetos técnicos engendram-se novas categorias para o pensamento, em função de novas organizações da experiência, a partir dos pressupostos biotécnicos.

parte da mesma ordem de realidade, do mesmo sistema de causas e efeitos que a operação técnica” (SIMONDON, 2008, p. 259, tradução nossa).

Dito de outra forma: a biotecnologia evidencia que não ocorre heterogeneidade entre as condições da operação técnica e o funcionamento da própria operação, uma vez que “esta operação prolonga o funcionamento técnico como o funcionamento antecipa essa operação: o funcionamento é operação e a operação de funcionamento” (SIMONDON, 2008, p. 260, tradução nossa). Esta dupla condição torna-se o suporte sobre a qual a crítica da metafísica substancialista de Simondon recairá na busca de uma interioridade das relações de um indivíduo, ao passo que devemos falar, agora, “apenas de um funcionamento que é um conjunto ordenado de operações” (SIMONDON, 2008, p. 260, tradução nossa). Conclui-se, portanto, que segundo o pensamento de Gilbert Simondon, há definições fixas do indivíduo no campo biotecnológico, enquanto que há permanência na mudança pelo indivíduo no campo metafísico.

Por esses motivos, a relação entre o sujeito e objeto é uma relação de transformação mútua do interior com o exterior<sup>65</sup>. Reforçamos essa afirmação encontrada difusamente na obra de Simondon, especialmente na tese “Do modo de existência dos objetos técnicos”, exemplificando-a sobre os pressupostos epistemológicos do pensamento ameríndio, uma vez que o perspectivismo ameríndio “emerge de uma comparação implícita entre os modos pelos quais diferentes modos corporais (as “espécies”) experimentam “naturalmente” o mundo como multiplicidade afectual” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 87). Ou seja, a implicação de um sobre o outro significa um ato de tradução<sup>66</sup>, na medida em que, se trata de “uma imagem de um movimento de equivocidade controlada – “controlada” no sentido em que se pode dizer que andar é um cair continuamente para a frente de um modo controlado” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 87). Ou, ainda:

---

<sup>65</sup> Esta é a teoria do modo de existência dos objetos técnicos, pois, “a própria individualidade estaria então reduzida a uma organização que a estreitasse, dando um sentido muito importante ao termo natureza uma vez que o indivíduo não é produto de suas ações, no qual cada indivíduo seria um devedor da natureza que a organização parece possuir em si. É possível supor, desta forma, que a importância da relação externa com o meio é igual a importância interna da organização contida em um indivíduo” (SIMONDON, 2009, p. 233, tradução nossa). Trata-se, portanto, de uma diferenciação dos objetos técnicos a partir de uma horizontalidade, sendo que a diferenciação de ambos se dá pela distinção da organização e composição de cada ser existente.

<sup>66</sup> Segundo Viveiros de Castro, a tradução consiste no ato de “fazer com que os conceitos alheios deformem e subvertam o dispositivo conceitual do tradutor, para que a intenção do dispositivo original possa ali se exprimir, e assim transformar a língua de destino” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 87).

o perspectivismo indígena é uma doutrina do equívoco, isto é, da alteridade referencial entre conceitos homônimos; o equívoco aparece ali como o modo por excelência de comunicação entre diferentes posições perspectivas, e portanto como condição de possibilidade e limite da empresa antropológica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 87).

De fato, continua Viveiros de Castro, nesse contexto “traduzir é instalar-se no espaço equívoco e habitá-lo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 90), uma vez que “o equívoco não é o que impede a relação mas aquilo que a funda e a propõe: uma diferença de perspectiva” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 92), e, sobretudo, “não é um erro, um logro ou uma falsidade, mas o fundamento mesmo da relação que o implica, e que é sempre uma relação com a exterioridade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 92). Ou seja, há aqui uma afirmação clara: a tradução é um equívoco na mesma medida que traduzir “é comunicar-se pela diferença, em vez de silenciar o Outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última – uma semelhança essencial – entre o que ele e nós “estávamos dizendo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 91).

Assim, podemos concluir que, tanto para Gilbert Simondon quanto para o pensamento ameríndio, o processo de constituição do sujeito e do objeto não deveria centralizar o sujeito dentro dos sistemas técnicos, descolado de suas relações com a natureza e com a própria existência técnica, ou seja, um processo de constituição do sujeito e do objeto longe de suas práticas mediadas por um campo de conhecimento tecnológico: dotado de invenção, comunicação e transmissão nos processos de informação dos modos de existência. Não obstante, por ser objeto central desse estudo, as linhas de comunicação e invenção serão aprofundadas no subtópico a seguir, com a finalidade de problematizarmos a composição técnica como fundamento constitutivo do sujeito moderno, informando-se, com efeito, sobre um modo de existência que se liberta do homem como forma última do sujeito, e, conseqüentemente, de sua identidade autocentrada. Vejamos, então, a seguir.

#### 4.3 A AMPLIFICAÇÃO NOS PROCESSOS DE INFORMAÇÃO

Problematizaremos, por fim, a reformulação e reorganização das relações entre os processos de individuação e os modos de existência dos objetos técnicos, analisados nos subtópicos anteriores, a partir do conceito de Informação sob a tutela da

amplificação dos processos de informação.<sup>67</sup> De fato, Gilbert Simondon detalha, nesse contexto, a natureza do conceito de informação, bem como sua função e relação com a metaestabilidade de um receptor – um objeto técnico dotado de organização complexa –, na medida em que essa metaestabilidade é condição *sine qua non* de eficácia da informação incidente entre os objetos técnicos.

Se partirmos do pressuposto que o “*ser ou não ser informação* não depende somente de características internas de uma estrutura” (SIMONDON, 1962, introdução), isto é, que “a informação não é uma coisa, mas a operação de uma coisa ingressando num sistema e nele produzindo uma transformação” (SIMONDON, 1962, introdução), poder-se-ia problematizarmos a informação dentro de um “ato de incidência transformadora e da operação de recepção” (SIMONDON, 1962, introdução). Ou seja, do ponto de vista da operação, não é o emissor nem o receptor sozinhos que fazem da estrutura uma informação, mas, ao contrário, é por meio do desempenho da eficácia, entre os usos e efeitos de um e outro, alterando-se “*em seu devir* pela realidade *incidente*” (SIMONDON, 1962, introdução), que, então ocorrerá na “modificação da realidade local pela realidade incidente que é a função da informação” (SIMONDON, 1962, introdução). Desse modo, Simondon diz que esta condição de funcionamento não se trata de um sistema, pois

de um lado ele possui um nível de organização elevado, com isolamentos internos e uma distribuição não-aleatória de seus elementos, permitindo-o reter uma energia potencial capaz de operar transformações futuras; e se, de outro lado, a mudança de estado possível pelo jogo da energia potencial não depende de fatores internos, locais (SIMONDON, 1962, introdução).

Por isso, um receptor é um quase-sistema, ou ainda, “uma tal mudança de estrutura não implica em troca reversível de energia entre os dois sistemas, mesmo fracamente acoplados: a incidência de informação não é um acoplamento” (SIMONDON, 1962, introdução). Assim, há dois movimentos convergentes e contrapostos no receptor da informação: “uma zona mista de interação entre as estruturas ou energias locais e os aportes de energia incidente” (SIMONDON, 1962,

---

<sup>67</sup> Trata-se de utilizarmos como arsenal teórico o resumo publicado nos Anais da conferência ministrada por Gilbert Simondon, em 1962, no *Colloque de Royamount, Le Concept d'information dans la Science contemporaine*, sob o título de “*L'amplification dans les processus d'information*”. Para socializar o conhecimento de Gilbert Simondon, esse texto foi traduzido pelo Laboratório de Sociologia e dos Processos de Associação (LaSPA), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e encontra-se disponível em: <https://sociologiasociativa.wordpress.com/projetos/simondon/a-amplificacao-nos-processos-de-informacao/>.

introdução), que, ao se relacionarem com os “estados metaestáveis”, conferem eficácia para a informação incidente. Ou, de forma mais específica:

é a metaestabilidade do estado do receptor que mantém a distinção funcional entre entrada e saída; antes de serem organologicamente distintas, entrada e saída são os termos extremos de uma transformação não-reversível, a entrada sendo a operação de informação por incidência em uma realidade em estado metaestável, e a saída sendo o efeito produzido no final da transformação da energia potencial desse estado metaestável, desencadeada pela incidência de informação (SIMONDON, 1962, introdução).

Trata-se, aqui, da função e relação da metaestabilidade em três modos de operação da informação, uma vez que “a *irreversibilidade* da relação entre a realidade incidente e a realidade local repousa sobre a metaestabilidade inicial do estado do receptor antes da recepção da informação” (SIMONDON, 1962, introdução).

No entanto, antes de problematizarmos as três relações da informação, é importante reforçarmos a noção vista no início da monografia, de que a dupla articulação da individuação e da identificação compreende o regime de funcionamento da identidade na medida em que se contrapõem, em sentido meta-relacional, e se convergem, em função de um mecanismo de identidade. Desse modo, essas operações organizam a experiência em complemento às transformações estruturais que ocorrem tanto na individuação quanto na identificação, produzindo e constituindo, com efeito, o indivíduo e sua identidade.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> A constituição afetiva da nossa percepção demanda uma epistemologia que organize o quadro conceitual, bem como, em seu efeito, incida na composição da cosmologia – visão de mundo, ou conceito de mundo –, reiterando a construção de artefatos conceituais que dão conta dos movimentos intitulados de “sujeito” e de “identidade”, entre outras abstrações maquínicas conceituais. Destaca-se, aqui, as distinções dos apontamento e das referências da Filosofia Ocidental Moderna e das construções mobilizadas pelos filósofos estudados nesta monografia, pois tratam-se de construções e de modos como se experimentam (e se pensam) as diferenças conceituais, e, sobretudo, como são organizadas e compostas de diferentes perspectivas. Se na filosofia ocidental moderna, o sujeito kantiano compõe o centro político e comunitário dos conceitos, onde o campo transcendental é regido pelo espaço-tempo como forma da vida humana, por sua vez, nos demais, conforme problematizam os filósofos Michel Foucault e Gilbert Simondon e os antropólogos Gregory Bateson e Eduardo Viveiros de Castro. De fato, em relação aos indivíduos – o seu terceiro termo –, trata-se de um microcosmo de relações entre os objetos técnicos que possuem um contraste móvel que está sempre mudando, se encontrando do Lado de Fora, ou, ainda, como aduz Bateson, por uma diferença que produz diferenças, não sendo senão consubstanciados pela operação da Informação. Em outras palavras, como bem apontou Gregory Bateson, a Informação é a “diferença que faz a diferença”, ou ainda “A unidade da informação é a diferença” (BATESON, 1972, p. 489, tradução nossa), sendo, pois, uma proporção entre dois pontos e não uma quantidade de energia/força (BATESON, 1972, p.489, tradução nossa). E mais: se olharmos as relações que compõem as relações, sobre a óptica das posições políticas diferentes, ou das inserções em diferentes circuitos de afetos, podemos compreender como as múltiplas realidades são materialmente constituídas, e que, com efeito, as múltiplas vivências sob discursos ético-epistemológicos diferentes se estabelecem em pontos de referências e de sentidos diferentes. É nesse contexto que a construção de uma ética e de uma epistemologia ocorre: através de um espaço a um só tempo físico e metafísico, onde matéria e expressão

De toda sorte, à luz dos ensinamentos de Gilbert Simondon, problematizaremos essas teorias a partir do modo de operação da informação que coloca em funcionamento a metaestabilidade de um receptor que, por sua vez, resume-se em três tipos de relações que se relacionam dialeticamente entre si, transformando-se em seu domínio por processos de amplificação em transdução, modulação e organização. Ante o exposto, a seguir, entenderemos especificamente esses processos.

#### 4.3.1 Amplificação Transdutiva

Em primeiro lugar, a amplificação transdutiva trata-se do modo da operação de informação que coloca “em funcionamento a metaestabilidade do receptor” (SIMONDON, 1962, I). Aqui, há a introdução de um terceiro elemento na relação dialética produzida por uma incidência da informação em que a entrada da informação no sistema “dispara uma mudança de estado (aqui uma mudança de fase) e faz passar o receptor do estado metaestável ao estado estável” (SIMONDON, 1962, I), e, assim, indefinidamente constitui uma cadeia de cristalizações para as formas que se encontram em sua vizinhança. Ou seja, a transmissão da informação opera em dupla articulação:

a função entrada e a função saída se propagam, recrutando progressivamente toda a energia potencial [162] da solução primitiva, até a estabilidade final. É essa transferência gradual, alimentada energeticamente pela mudança de estado no próprio local onde se produz a transformação, que se pode nomear *transdução* (SIMONDON, 1962, I).

A esse respeito, Simondon faz um complemento: esse processo não se propaga mecânica ou eletromagneticamente, mas, ao contrário, de modo desencadeado do campo percorrido, não substitui a energia incidente da informação, pois, o processo de incidência da informação não muda o regime de equilíbrio da relação, mas tão somente estimula (este verbo é bastante usado pelo autor) na destruição local das formas, desencadeando uma “despolarização da zona imediatamente vizinha, e aquela por sua vez, tendo mudado de estado (pela passagem do metaestável ao estável), desencadeia a zona seguinte” (SIMONDON, 1962, I).

---

tornam-se o mesmo, e multiplicam os planos de incidência, construindo-se por processos de informação em funcionamento ético-discursivo diferente. Esta é a premissa tanto do sistema múltiplo ameríndio quanto do sistema ecológico do antropólogo Gregory Bateson, que, ao introduzirem teorias que mudam nossas ações e nossos pensamentos por meio de uma abordagem interdisciplinar, entre diversos campos do conhecimento, a medida em que a mudança da nossa consciência ocorre em nossos corpos sob formas sociais e individuais, que entram em relação com outros indivíduos.

Note-se que Simondon destaca o local de incidência como ponto de perspectiva do funcionamento e do sentido da propagação, na qual “os termos extremos da propagação transdutiva são, então, entrada e saída, sem comportar necessariamente um privilégio organológico” (SIMONDON, 1962, I). Com efeito, há um esvaziamento da definição e da constituição de um receptor. Disso decorre a propagação dos pontos incidentes da informação, pois há uma “amplificação da operação inicial de incidência despolarizante pela iteração indefinida ao longo de todo o receptor” (SIMONDON, 1962, I). Além disso, essa “propagação ganha um aspecto de transferência aditiva ou multiplicativa, segundo o modelo da linha, da superfície e do volume, a entrada sendo somente um ponto” (SIMONDON, 1962, I). Aqui, a passagem da metaestabilidade para a estabilidade opera por um regime de funcionamento que tende à permanência na mudança.<sup>69</sup> De tal forma que, nesse ponto, encontramos a crítica de Simondon à metafísica substancialista moderna, pois, ao contrário da centralização transcendente do indivíduo, a transdução é operacionalizada em função da “existência de relações que nascem quando o ser pré-individual se individualiza; ela exprime a individuação e permite pensa-la, logo, é uma noção simultaneamente metafísica e lógica; aplica-se a ontogênese e é a própria ontogênese” (SIMONDON, 2003, p.113). Segundo Simondon, essa estrutura fundamental da amplificação transdutiva é também aplicada aos processos psicossociais, na medida em que

os fenômenos psicossociais são psíquicos, por terem como entrada uma incidência de tipo psíquica, individual; mas eles são sociais, pois se propagam por amplificação transdutiva, o que os faz passar da dimensão individual de entrada à dimensão coletiva de saída (SIMONDON, 1962, I).

Se por um lado, esse duplo movimento produz no indivíduo uma “transformação silenciosa”<sup>70</sup> sem alterar seu estado de equilíbrio; por outro lado, sobre a incidência da informação conduz uma “mudança de equilíbrio em um certo número de indivíduos, que, pelo próprio resultado de sua mudança, desencadeia uma mudança em outros indivíduos potencializados de maneira análoga” (SIMONDON, 1962, I). Ou seja, em

---

<sup>69</sup> Os efeitos dos processos transdutivos permitem, assim, a mudança da ordem elementar individual para a do coletivo abstrato.

<sup>70</sup> Nos dizeres do filósofo François Jullien: “Porque, silenciosa até esse momento, a transformação se impõe então da maneira mais estridente e brutal, e seu efeito real nos salta aos olhos. Isso é o que se produziu secretamente em mim “eu” (até o ponto de que não haja “eu”) e, no entanto, escapou de minha consciência. Algo que expulsa repentinamente fora de nós – como elementos abstratos ou secundários – os famosos problemas de conhecimento nos que tanto se complicou a filosofia.” (JULLIEN, 2010, p.13, tradução nossa).

relação ao fenômeno psicossocial, Simondon está afirmando que “o ato de incidência constitui a entrada pelo próprio fato de que a amplificação transdutiva é efetivamente desencadeada, e não por um privilégio institucional” (SIMONDON, 1962, I). De fato, por se encontrarem intermediados entre a dimensão individual e social, e também por possuírem um processo de passagem momentânea, os fenômenos psicossociais propagam transdutivamente um domínio de caráter essencialmente composto:

um limiar de desencadeamento e de um caráter quântico de funcionamento, procedendo por tudo-ou-nada, e implicando, após cada mudança de estado, um período refratário (ou tempo de recuperação) durante o qual nenhuma incidência de informação é eficaz. (SIMONDON, 1962, I).

Nesse sentido, os fenômenos psicossociais existem, como intermediários que não modificam as condições de possibilidade, mas apenas ativam as “reservas energéticas já potencializadas imediatamente disponíveis” (SIMONDON, 1962, I), seja por operações associativas, seja por encadeamentos informativos.

Diante dessas premissas operativas, resta-nos perguntar: não seriam essas operações associativas e de encadeamento informativos uma operação de individuação dos corpos singulares? Não seria a individuação um dos processos de constituição do sujeito na qual o modelo ocidental moderno centralizaria o conceito de indivíduo e da condição humana? Não seriam os métodos dedutivos controlados pela operação transdutiva?

Entretanto, se tomarmos como exemplo a construção do sujeito no pensamento ameríndio, conforme estudado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, poderíamos associar o encadeamento psicossocial a uma articulação do conceito de sujeito em multiplicidade, uma vez que

uma multiplicidade é diferente de uma essência; as dimensões que a compõem não são propriedades constitutivas ou critérios de inclusão classificatória. Um dos componentes principais do conceito de multiplicidade é, ao contrário, uma noção de individuação como diferenciação não-taxonômica – um processo de “atualização do virtual” diverso de uma realização do possível por limitação, e refratário às categorias tipológicas da semelhança, da oposição, da analogia e da identidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 116).

Ou seja, trata-se de constituir o sujeito tendo como fundamento uma “antropologia indígena formulada em termos de fluxos orgânicos e de codificações materiais, de multiplicidades sensíveis e de devires-animais” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 41), no sentido de haver um compartilhamento de mundo entre os

seres existentes por uma concepção de mundo composta, “por uma multiplicidade de pontos de vista: todos os existentes são centros potenciais de intencionalidade, que apreendem com os demais existentes segundo suas próprias e respectivas características ou potências” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p.42). Desse modo, no pensamento ameríndio, o espaço-sujeito seria forma de um elemento universal enquanto o espaço-objeto seria forma de um elemento particular, visto que, a operação de constituição do sujeito e do objeto é um exemplo evidente do processo de individuação em modo transdutivo.

#### 4.3.2 Amplificação Moduladora

Em segundo lugar, a amplificação moduladora trata-se da operação de informação que atua controlando “a propagação transdutiva; isto é, dominando-a e alimentando-a localmente, para fazê-la produzir e trabalhar em condições regulares” (SIMONDON, 1962, II). Aqui, há um controle do “regime de mudança de estado de energia potencial” (SIMONDON, 1962, II), como base da “conservação de uma permanente metaestabilidade” (SIMONDON, 1962, II), na medida em que,

na modulação, o local de passagem do estado energético metaestável ao estável é fixo: uma fonte de energia potencial (*power supply*) está aguardando e pode agir por meio de um efector sobre uma carga; a energia não é mais contida em estado difuso na metaestabilidade do estado inicial do receptor, ela é contida por um dispositivo de alimentação que forma um quase-sistema com o efector agindo sobre a carga (SIMONDON, 1962, II)

Desse modo, a transmissão da informação opera constantemente sobre as articulações do modulador, no sentido da incidência da informação governar “instante por instante, o regime de transformação de energia potencial em trabalho” (SIMONDON, 1962, II). Ou seja, a transmissão da informação opera em razão do modulador, pois este

é um amplificador sem iteração ou processo de multiplicação, pois ele coloca em jogo uma relação entre *termos extremos* de uma série energética incidente e de uma série local, ao realizar, num espaço privilegiado, uma equivalência entre esses termos extremos (SIMONDON, 1962, II) (grifo nosso).

A esse respeito, o autor demonstra como o “espaço privilegiado” sofre variação a partir da “diferença de potencial” dos extremos, e, no entanto, age sozinho engendrando correntes de saturação em dois sentidos: do lado “extremo inicial da transferência”, ela engendra conjuntamente da estrutura de controle uma “entrada de

sinais de informação”; e, de outro lado, a própria estrutura engendra, também, um campo de incidência que com a proximidade da entrada, confere à própria “incidência uma função de alavanca”, em relação à entrada da informação. Trata-se, portanto, de uma organização complexa de estrutura composta pelos elementos informativos.<sup>71</sup> Nesse sentido, Simondon exemplifica teoricamente essa organização complexa a partir da relação de um ânodo (um eléctrodo positivo, onde se dirigem os elétrons e íons negativos) em relação a sua estrutura (ou grade). Este sistema estrutural complexo é exemplificado nas seguintes palavras:

Uma variação de tensão muito pequena da grade tem o mesmo efeito que uma variação muito mais considerável da tensão do ânodo, porque a tensão do ânodo faz parte do quase-sistema, enquanto a tensão da grade é aquilo que intervém no hiato desse quase-sistema, como incidência; o modulador é um dispositivo que permite a irreversibilidade, não graças à passagem da metaestabilidade à [167] estabilidade do receptor, mas porque uma diferenciação funcional e organológica permite ao termo extremo de uma série incidente equivaler, num pequeno espaço privilegiado, ao termo inicial de uma série local, eventualmente muito mais potente que a série incidente (SIMONDON, 1962, II).

Note-se que Simondon evidencia a equivalência obtida da criação dessas relações, na qual elas são regidas “no espaço privilegiado de interferência funcional” (SIMONDON, 1962, II). Com efeito, há o preenchimento do nível das transformações das energias do próprio espaço privilegiado em relação com a eficácia da incidência. Disso decorre que, os sinais de incidência no nível energético das transformações são modificadores do potencial da grade, ou seja, a energia “é a última etapa de uma série, talvez longa, de transformações e de transmissões, portando energia de outro lugar” (SIMONDON, 1962, II); e na incidência “antes de se esgotar, controla por seu último termo a série local nascente, que por sua vez poderá controlar, como portadora de informação, num outro nível de modulação amplificadora, uma nova série energética” (SIMONDON, 1962, II). Simondon nomeia essa nova estrutura de “estrutura de relé.”<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> Que torna-se uma “grade”, termo utilizado por Simondon nesta e em outras obras.

<sup>72</sup> Para explicar esse vocábulo, o autor utiliza uma imagem analógica. Vejamos: “por analogia com a relação de termos extremos finais e iniciais que existe entre o curso de um primeiro indivíduo, chegando esgotado no final da sua rota, e aquele do segundo que, tendo esperado, parte somente após a chegada do primeiro, com toda a reserva energética que lhe permitirá completar sua rota: a chegada do indivíduo incidente controla a partida do indivíduo seguinte, e poderia também controlar a partida de uma numerosa equipe. Pode-se dizer que o receptor é mais jovem em seu devir do que a informação incidente; a informação é o último termo de uma série; a modulação amplificadora em um relé é também uma troca entre ciclos de existência; a realidade incidente é mais velha do que a realidade local. Nesse sentido, pelo aporte de energia potencial, o relé realiza uma regeneração” (SIMONDON, 1962, II).

Nesse sentido, a amplificação moduladora trata-se de uma montagem “em que um sinal incidente de fraca energia controla uma energia local mais considerável” (SIMONDON, 1962, II), que pode ser aplicada nos conhecimentos dos processos biológicos e sociais.<sup>73</sup> Nesse ponto, Simondon afirma que o regime de funcionamento “nos quais um processo é estabilizado, apesar de variações aleatórias da carga, por uma informação exprimindo o nível do efeito sobre a carga, e controlando o regime do modulador em função desse nível” (SIMONDON, 1962, II), demonstram que os processos de homeostase orgânica ou social (“indivíduos vivos ou os corpos sociais”) são encontrados por meio dos “efeitos de estabilização na transformação [devenir]” (SIMONDON, 1962, II), e, ao mesmo passo que a auto-regulação advém desses efeitos de estabilização, pois elas não passam “de um caso particular do funcionamento da amplificação moduladora” (SIMONDON, 1962, II). Ou, em outras palavras, especificamente:

A auto-regulação só pode ocorrer se o retorno de informação da saída para a entrada é curto com relação à duração média de uma perturbação aleatória da carga que se deve corrigir; quanto maior for a defasagem entre a perturbação e o retorno da informação, mais será necessário reduzir o coeficiente de amplificação do modulador para evitar a entrada em um regime de instabilidade (SIMONDON, 1962, II).

Por esse motivo, a auto-regulação é a parte de um todo que reside no próprio processo de regulação, uma vez que no processo de forma “autônoma ou heterônoma, só se pode efetuar por uma redução do regime tronando a informação” (SIMONDON, 1962, II). E, no entanto, como reafirma Simondon, é tão somente nas montagens técnicas, nas trocas de forças (e de informações), que a redução do regime é realizada, com o movimento da “polarização do modulador que, na ausência de qualquer sinal, reduz seu regime a uma razão de seu pleno regime de saturação” (SIMONDON, 1962, II). É nesse sentido que a unidade funcional, comum a dimensão social e biológica de um existente repousa tanto sobre a homogeneidade das “normas de ação” quanto sobre a homogeneidade das “normas em escala.”<sup>74</sup> Assim, é por meio do regime médio desses

---

<sup>73</sup> Segundo Simondon, há nessas duas etapas controle “de uma certa espécie de energia por meio de uma outra, que age como portadora de informação” (SIMONDON, 1962, II), utilizando-se, para tanto, de um “termo extremo final da série de transformações incidentes para controlar, no seu nascimento, o termo extremo inicial de uma nova série local” (SIMONDON, 1962, II).

<sup>74</sup> Em relação as normas de ação, parafraseando Simondon, há um programa de ritualização das ações de um existente. E, por sua vez, em relação as normas de escala temos que, nas palavras de Simondon: “as normas são uma escala de valores constituindo a polarização prévia de cada membro do grupo e

processos que se problematiza a natureza funcional da própria polarização, que, com efeito, torna-se resultado “de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos passados, parcialmente arcaicos no momento em que o modulador opera” (SIMONDON, 1962, II). Desse modo, compreende-se o encontro da transdução e da modulação dos elementos processuais, na medida em que “a incidência de um elemento do passado (informação) na ação presente do quase-sistema necessita, para ser eficaz, de uma diminuição da utilização da energia e do nível de atividade total” (SIMONDON, 1962, II).

Diante dessas intermediações operativas, resta-nos perguntar: não seriam esses processos de abstração e de generalização que, com a finalidade de engendrar determinadas estruturas, a partir da recepção de novos conteúdos, colocariam em atividade a operação de identificação dos corpos singulares? Não seria a identificação um dos processos de constituição do sujeito no qual o modelo ocidental moderno centralizaria o conceito de subjetividade na realização, especificação e dominação da separação do sujeito e do objeto? Não seriam os métodos análogos, cooptados desde o paradigma da do ser, na Antiguidade Clássica, em função do controle da operação moduladora?

Entretanto, se colocarmos o exemplo do perspectivismo ameríndio, conforme estudado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, dentro dessas intermediações que se relacionam com os regimes ontológicos, poderíamos, então, generalizar os processos de abstração da identificação, na medida em que determinam-se sobre “a ideia de um mundo que compreende uma multiplicidade de posições subjetivas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 62). Ou seja, longe de um relativismo absoluto, ocorreria o exato oposto, pois “o Multinaturalismo Amazônico não afirma uma variedade de naturezas, mas a naturalidade da variação, a variação como natureza” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 69). De modo que “todos os seres veem (“representam”) o mundo da mesma maneira – o que muda é o mundo que eles veem” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 64). Aqui, trata-se de uma articulação do conceito de sujeito em multiplicidade que se constitua na perspectiva como fundamento de identificação, não como uma representação em si, mas a partir do ponto de vista do

---

tornando-o capaz de apreciar uma informação determinada, um esquema de conduta, como uma grandeza positiva ou negativa com relação a essa polarização inicial” (SIMONDON, 1962, II).

corpo do existente<sup>75</sup>. Assim, o espaço-sujeito seria a forma de um elemento universal multiplicado em espaços-objeto, na proporção da operação de constituição do sujeito e do objeto por meio dos processos de identificação, a partir do qual, em nosso entendimento, trata-se de um exemplo evidente do processo de identificação em amplificação moduladora.

#### 4.3.3 Amplificação Organizadora

Por fim, a amplificação organizadora trata-se da operação de informação que coloca em funcionamento o “regime comum de transdução e de modulação” (SIMONDON, 1962, III), de modo que a “série transdutiva de decisões é modulada por uma informação tomada sobre o conjunto do campo, que intervém, assim, como uma totalidade no percurso que o recobre e o transforma” (SIMONDON, 1962, III). Nesse ponto, Simondon exemplifica essa operação através de uma imagem analógica, a saber, a “maneira como é recebida e integrada a informação visual na percepção binocular” (SIMONDON, 1962, III). Aqui, o movimento óptico contrapõe e faz convergir duas imagens díspares sobre as retinas do espectador, na medida em que “essa disparidade é feita, por um lado, da dualidade de pontos de vista conduzindo a projeções retinianas não-sobreponíveis para um objeto único e, por outro lado, da diferença de recobrimento dos planos sucessivos” (SIMONDON, 1962, III). Ou seja, a princípio, não há correspondência, e muito menos sobreposição dos termos, mas, ao contrário, uma incompatibilidade dos planos imagéticos, uma vez que

são os próprios dados dessa incompatibilidade no nível retiniano que servem de motor organizador, de princípio de seriação, num sistema de compatibilidade de ordem mais elevada, onde todos os dados são remanejados e se reordenam segundo o relevo e a estruturação sucessiva dos planos” (SIMONDON, 1962, III).

Esta organização da experiência é tratada à luz dos pressupostos da Informação, de modo problemático e totalizante. Nesse ponto, Simondon afirma que a “informação não é uma estrutura dada, mas um desenquadramento de estruturas, entre estruturas vizinhas, uma quase-identidade que exclui, no entanto, a superposição e a identificação” (SIMONDON, 1962, III). Essa afirmação confirma a Informação como uma intervenção

---

<sup>75</sup> É na capacidade de ocupar um ponto de vista que os processos de identificação são constituídos, e a transformação perspectiva é acionada (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

de um problema; e, no entanto, é por meio da intensidade incidente nas estruturas que a “organização se torna possível por correlação de processos transdutivos e de processos moduladores” (SIMONDON, 1962, III). Portanto, trata-se de dois modos conjuntamente operados que produzem, de um lado, no processo transdutivo, “a homogeneidade final de todo o campo percorrido, e realiza a ontogênese de uma macroestrutura, a partir de uma microestrutura-germe de uma energia de estado macrofísico” (SIMONDON, 1962, III); e, por outro lado, inversamente complementar, no processo modulador as “estruturas macrofísicas carregadas por uma energia fraca governam o devir de uma população perpetuamente nova de elementos microfísicos determinados, muito próximos da origem de seu percurso livre” (SIMONDON, 1962, III). Portanto, é por meio da compatibilidade desses dois processos que as condições de possibilidade do modo organizativo são colocadas.

Não obstante, Simondon reforça a ideia de que “é na totalidade de seu encadeamento que uma ação possui sua significação, segundo uma forma de complexidade que implica memória e previsão” (SIMONDON, 1962, III). A esse respeito, o autor problematiza a existência de “condições comuns à consciência e à vida: o vivo está em relação com seu meio e, (...) da mesma forma, a consciência não é feita apenas de conteúdos que a reenviam a ela mesma” (SIMONDON, 1962, III). Note-se que esta correlação fundamental trata-se do campo de incidência da consciência e da vida sobre um espaço a um só tempo descoberto pela operação organizativa e ocultado pelos “elementos antigos de interioridade e de exterioridade” (SIMONDON, 1962, III), a saber, as operações transdutivas e moduladoras. Nesse sentido, a analogia funcional feita pela amplificação organizadora não se encontra em dimensões separadas, mas, concentricamente, relacionadas às duas operações expulsas pela operação central.<sup>76</sup> Por esse motivo, Simondon afirma que a amplificação organizadora incorpora,

ao mesmo tempo um processo transdutivo e um processo modulador, e os correlacionando funcionalmente, levaria também à consideração da resolução de problemas vitais e psíquicos (portanto, à evolução e à invenção) como supõe, a título de base, a possibilidade anterior de aspectos sociais e psicossociais (SIMONDON, 1962, III).

---

<sup>76</sup> Aqui, destacamos os pontos de convergência de Gilbert Simondon, com a “ecologia da mente” do antropólogo Gregory Bateson. Em ambas linhas de pensamentos, os problemas vitais seriam resolvidos por modalidades conscientes na medida em que a “consciência seria uma função vital” (SIMONDON, 1962, III), ou seja, “a frequência do uso de uma determinada ideia torna-se determinante da sua sobrevivência na ecologia das ideias que chamamos Mente” (BATESON, 1972, p. 509, tradução nossa).

Diante dessas sínteses operativas, resta-nos perguntar: não seriam esses processos de organização inventiva que ensejariam, com a finalidade de engendrar a composição das experiências biológicas, físicas e sociais, as tecnicidades dialéticas da experiência, ou seja, entre a relação psicossocial, a relação social pura e a relação da organização? E que colocariam em atividade a operação de subjetivação dos corpos singulares? Não seria a subjetivação um dos processos de constituição do sujeito na qual o modelo ocidental moderno centralizaria o modo de existência, e a forma como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto? Não seriam operados por meio de um mecanismo de compreensão que transforma a energia potencial por uma redução da experiência de si, em jogos dialéticos, dentre forma e conteúdo, em uma identidade fechada por um sujeito metafisicamente centrado?

Entretanto, se exemplificarmos essas questões à luz do pensamento ameríndio, mediado pelos estudos do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, dentro dessas sintetizações, poderíamos colocar a relação dos postulados epistemológicos nas seguintes palavras: em relação ao perspectivismo, o pensamento ameríndio “supõe uma epistemologia constante e ontologias variáveis: mesmas representações, mas outros objetos; sentido único, mas referências múltiplas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 68). Ou seja, as arquiteturas dos conceitos de sujeito e de identidade são organizadas e compostas por condições intensivas da própria “relação de afinidade virtual pura, ou meta-afinidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 205), que se estruturam, desse modo, por uma articulação de alteridade genérica como fundamento da subjetivação sobre o ponto de vista do corpo do existente. A partir do qual, o espaço-sujeito seria a operação informativa que constitui o sujeito e o objeto por meio de uma aliança com o Lado de Fora, ou seja,

uma aliança demoníaca com o exterior. Não um modo de produção (de filiação homogenética), mas um modo de predação (de cooptação heterogenética), um modo de “reprodução” por captura simbiótica e por “repredação” ontológica: a interiorização canibal – literal ou figurada – do outro é condição da exteriorização de todo Eu, um Eu que se vê, destarte, “autodeterminado” pelo inimigo, isto é, como inimigo. Este é o devir-outro intrínseco à cosmopraxis amazônica” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 206).

Assim, em nosso entendimento, torna-se evidente que os processos de informação aliados aos compostos da Informação ocorrem nos processos de

subjetivação dos povos ameríndios, sob a função de uma amplificação organizadora, conforme problematizada por Gilbert Simondon.<sup>77</sup>

A título de conclusão, a problematização dos três níveis de relações que se conjugam em relações dialéticas nos modelos amplificativos tornam-se processos com múltiplas camadas, de tal modo que as operações transdutivas e moduladoras preparam dialeticamente as operações organizadoras. Esta imagem cíclica da constituição dos corpos singulares, segundo os ensinamentos de Gilbert Simondon, determina para a Informação, e para as três operações informativas que atuam sobre ela, ao mesmo tempo um passado, o presente e outro futuro, que corrobore com a própria Informação em um meta-sistema complexo de menor ou maior intensidade, nos caminhos de uma comunicação e de uma invenção da constituição dos corpos singulares.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Reforçamos a sintonia desses conceitos, pois, para os povos ameríndios, a economia da alteridade é organizada e composta a partir da condição de possibilidade (uma potência a ser atualizada) de a posição-de-sujeito ser ocupada ao mesmo tempo por todos os seres existentes. Ou seja: “todo ser a que se atribui um ponto de vista será então sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição do sujeito. Enquanto em nossa cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussureana: o ponto de vista cria o objeto – o sujeito sendo a condição originária fixa de onde emana o ponto de vista –, o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito; será sujeito quem se encontrar ativado ou “agenciado” pelo ponto de vista. É por isso que termos como wari’ (Vilaça 1992), dene (McDonnell 1984) ou massa (Århem 1993) significam “gente”, mas podem ser ditos por – e portanto ditos de – classes muito diferentes de seres; ditos pelos humanos, designam os seres humanos, mas ditos pelos queixadas, guaribas ou castores, eles se autorreferem aos queixadas, guaribas ou castores. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.373). Assim, conclui-se que uma teoria do sujeito somente é possível se tomarmos como fundamento que “esses não humanos colocados em perspectiva de sujeito não se ‘dizem’ apenas gente; eles se veem morfológica e culturalmente como humanos, conforme explicam os xamãs e, mais geralmente, professam os leigos. (...) Deixamos claro: os animais e outros entes dotados de alma não são sujeitos porque são humanos (disfarçados), mas o contrário – eles são humanos porque são sujeitos (potenciais). Isto significa dizer que a Cultura é a natureza do Sujeito; ela é a forma pela qual todo agente experimenta sua própria natureza” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, pp. 373-374). Pois é tão somente por meio da diferença de cada agente que os afetos se constituem e “atravessam cada espécie de corpo, as afecções ou encontros de que ele é capaz (para evocarmos a distinção espinosista), suas potências e disposições” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 66), que preenche a “subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos (...) esse plano central que é o corpo como feixe de afetos e capacidades, e que é a origem das perspectivas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 66), de modo que, “o multinaturalismo amazônico não afirma uma variedade de naturezas, mas a naturalidade da variação, a variação como natureza” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 69). Conclui-se, diante desses pressupostos conceituais, que o pensamento ameríndio possibilita a mobilidade econômica da alteridade de forma a apagar as fronteiras, as bordas de um labirinto, da condição humana.

<sup>78</sup> Conclui-se, pois, que a relação dos processos de amplificação e de construção de processos de composição técnica da experiência engendram as condições de possibilidade de se teorizar a condição pós-humana, ou seja, uma subjetividade que emerge da união da humanidade com as forças da informação, na medida em que “as forças no homem entram em relação com forças de fora, as do silício, que se vingam do carbono, as do componentes genéticos, que se vingam do organismo, as dos agramaticais que se vingam do significante. Em todos esses aspectos, seria preciso estudar as operações de superdobra, da qual a “dupla hélice” é o exemplo mais conhecido. O que é o super-homem? É o composto formal das forças no homem com essas novas forças. É a forma que decorre de uma nova relação de forças. O homem tende a liberar dentro de si a vida, o trabalho e a linguagem. O super-homem é, segundo a fórmula de Rimbaud, o homem carregado dos próprios animais (um código que pode capturar fragmentos

Portanto, a investigação do menor elemento não-organizado (a Informação) recusa a dimensão tecnológica como extensão do corpo, mas, ao contrário, trata as próprias condições elementares do corpo como parte de um todo que encontra-se com as arrestas relacionadas com as linhas e os movimentos que circulam a analítica conceitual do sujeito e da identidade, de modo que outro quadro conceitual torna-se imperioso para que consigamos inserir nesses conceitos, primeiramente, uma informação dimensionada no coletivo, com a finalidade de produzir uma engenharia conceitual que dê conta da rede material e imaterial que conduz a produção, organização e composição técnica dos sujeitos – e paralelamente, da identidade. E, assim, engendrar condições de possibilidade que façam com que a circulação da multiplicidade dos eixos de transformações dos corpos singulares consubstancia-se sob a tutela do tecnomaterialismo simondiano, de uma infotecnologia dos corpos singulares, a partir de um Direito em posição de diferença.<sup>79</sup> Esta é a preocupação da presente monografia: repensarmos as categorias do sujeito e da identidade no campo do Direito. De tal forma que, em nosso entendimento, este exercício de possibilidade<sup>80</sup> encontrar-se-á problematizado na dessubjetivação do conceito de identidade a partir da organização da composição técnica do sujeito moderno sob o prisma da filosofia da imanência, sobretudo, no encontro das filosofias de Michel Foucault e Gilbert Simondon. Vejamos a seguir estas linhas conclusivas, imensas e imersas nas posturas filosóficas de Michel Foucault, Gilbert Simondon, Gregory Bateson e Eduardo Viveiros de Castro.

---

de outros códigos, como nos novos esquemas de evolução lateral ou retrógrada). É o homem carregado das próprias rochas, ou do inorgânico (lá onde reina o silício). É o homem carregado do ser da linguagem (dessa “região informe, muda, não significativa, onde a linguagem pode liberar-se”, até mesmo daquilo que ela tem a dizer). Como diria Foucault, o super-homem é muito menos que o desaparecimento dos homens existentes e muito mais que a mudança de um conceito: é o surgimento de uma nova forma, nem Deus, nem o homem, a qual, esperamos, não será pior que as duas precedentes” (DELEUZE, 2013 pp. 141-142).

<sup>79</sup> Trata-se de compreender a constituição política do próprio conceito, uma vez que é por meio da multiplicidade dinâmica imanente das construções de conceitos sobre o pensamento do “outro”, em estado de variação contínua, como um meta-sistema longe do equilíbrio, uma síntese disjuntiva dos heterogêneos, um modo de existência da diferença, segundo explica Gilles Deleuze ao problematizar o conceito de Devir, que devemos construir nossos pressupostos epistemológicos que colocam em movimento os conceitos de sujeito e de identidade.

<sup>80</sup> Um direito antropofágico, nas linhas de Oswald de Andrade. Em síntese, sobre as linhas do manifesto antropófago, Oswald resume esse direito nas seguintes palavras: “perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o” (ANDRADE, 1976, p. 3).

## 5 CONCLUSÃO: A DESSUBJETIVAÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE E O SILÊNCIO DAS TRANSFORMAÇÕES

Mas além disso é necessário que, não se immobilizando em nenhum ponto de vista particular, se possa evoluir de acordo com o curso das coisas; e é por isso que se diz, em seguida, que o sábio não tem “posição” formada. Estando o real em transformação contínua, sua conduta também está e, como ele, não se “estabelece”. Do mesmo modo que se preserva de projetar de antemão uma necessidade qualquer, ele toma o cuidado de não se apegar a posteriori a posição adotada – a não se fixar nela, a não se atolar nela.

François Jullien – Um sábio não tem ideia

O que se pretendeu com a problematização da composição técnica do sujeito sob o conceito de Informação e de Amplificação de Gilbert Simondon, a partir dos modos de produção dos estratos do sujeito moderno, sob a perspectiva de Michel Foucault, bem como da condição de possibilidade dessa problemática, a saber, a suspensão do conceito de sujeito, foi tão somente sedimentar o maquinário conceitual segundo o qual plantar-se-á arquitetura de um conceito de Identidade em diferença. Cuida-se, portanto, de colocarmos em discussão a teoria da “concretização” dos objetos técnicos, bem como dos processos de individuação, de Gilbert Simondon, no mesmo momento produtivo dos substratos do sujeito moderno, segundo explicitado por Michel Foucault. Nesse sentido, os exemplos apresentados nesta monografia ajudam a pensar o que pode ser um novo horizonte de transformações do conceito de sujeito e de identidade, outras formas de economia do indivíduo, ou ainda, outros modos de conhecimento que atuam com as forças componentes do indivíduo. Ou seja, o pensamento sobre o conceito de sujeito parte da perspectiva na qual os elementos de constituição estão em movimento de implicação no conceito de identidade, tanto nos movimentos que atuam nos enunciados quanto nos movimentos que atuam de forma silenciosa, continuando audíveis e inaudíveis no mesmo momento para conseguirem fazer funcionar o regime do sujeito e da identidade.

Disso decorre duas posições. De um lado, a produção de um corpo político na estrutura social é funcionalizada a partir do teatro de representações da razão, por um modelo piramidal - o sujeito-estado -, de modo que parte do momento de produção dos substratos do sujeito moderno revela uma abertura do conceito ontológico de sujeito e de identidade, que passa a despotencializar um horizonte de transformações, impondo uma estruturação da composição do sujeito sobre o pensamento dos objetos/sujeitos e das identidades. Aqui, a incompletude deve ser incorporada à composição técnica do

sujeito na medida em que posições políticas diferentes, inseridas em círculos de afetos diferentes, implicariam realidades materialmente idênticas, em único funcionamento ético-discursivo. Por outro lado, a produção de um corpo político na estrutura social funcionalizado a partir da fábrica dos movimentos de transformação do desejo, por um modelo em rede – um devir-sujeito –, de modo que parte do instante de produção dos substratos do sujeito moderno reflete uma abertura do conceito ontológico de sujeito e de identidade, que passa a potencializar horizontes de transformações visíveis e invisíveis, audíveis e inaudíveis, consubstanciando uma organização da composição técnica do sujeito sobre o pensamento dos objetos/sujeitos e das identidades silenciosas. Esta mudança na estrutura do conceito de identidade possui a permanente mudança do “silêncio” como imagem de articulação do sujeito em imanência.

Ademais, essa nova articulação reafirma um novo problema metafísico: a ruptura como orientação de fundo, sobre outra representação, a partir das condições materiais do indivíduo. É dizer: as articulações silenciosas operam em regime de funcionamento quase no limite do movimento, por processos contínuos e descontínuos, em maior parte das constantes transformações do indivíduo do que nas noções de estrutura e forma, como na filosofia moderna. De fato, como nos exemplos explicitados nesta monografia, há uma primazia das relações e das funções e das organizações das informações. Ou seja, deve-se inverter a compreensão da experiência de permanência: desde o lado de fora, o entendimento organiza a construção teleológica da realidade reconfigurando a relação da transformação como produção e condição de possibilidade da produção, além de individualizar as transformações em um acontecimento: o sujeito. E gradativamente, a forma da organização da experiência modifica o espaço político do “Eu”, e coloca o Outro como unidade primeira, e, assim, colapsa as categorias nos conceitos, por conta de um tornar-se outro com o outro, que se torna também um outro, mas um outro do outro. Se o sujeito é o limite de um movimento contínuo entre um dentro e um fora, a subjetividade emerge em partes por conta das relações materiais e de expressão de nosso corpo. Um corpo que organiza a dinâmica dentro das formas: relacionadas com as forças e as contingências internas e externas do tempo na construção dos sujeitos, as transformações são compostas pela mobilização dos conceitos que me interessam, sobre a prática da teoria, operacionalizada e realizada pelo indivíduo que esboça um mapeamento das intensidades intempestivas. Nesse momento, algo é introduzido na própria constituição da subjetividade moderna: um *ethos* geográfico-econômico, que, em determinados sistemas, por motivos alheios às cargas de

experiência, que vêm junto do modelo de funcionamento não dão conta da relação real da dinâmica entre os corpos e os signos. Assim, a relação entre imanência e transcendência encontra-se em jogo no desenvolvimento e complexificação dos corpos e dos signos, ora por cortes dentro e fora dos limites do indivíduo, ora pela variação dos limites realizados nas capacidades da realidade imanente do indivíduo.

Por isso é necessário implementar o elemento da organização da experiência na constituição do sujeito e de sua identidade, pois, é tão somente do ponto de vista epistemológico, que conseguimos entender a crise do conceito de sujeito moderno como decorrência um só tempo de uma filosofia mecanicista, da permanência na representação do humano, ou seja, do voluntarismo, assim como de um vitalismo filosófico, da exigência desse voluntarismo na agência do que virá a ser um sujeito. De fato, nesse ponto, a vida (ou aquilo que pode ser chamada de vida) recoloca essas duas operações materialistas em posições vicárias: tanto a mecanização da vida quanto a vitalização do homem-máquina encontram-se no mesmo ponto ortogonal. Esse novo materialismo começa em Gilbert Simondon, pois leva-se em conta os processos técnicos antes dos próprios indivíduos, e também por colocarem o elemento transcendental no interior das condições de possibilidade da experiência. Uma construção tecnomaterialista, sem estar refém da presença (metafísica da presença), produzida, organizada e construída por linhas e movimentos de uma linguagem legítima e inteligível nas próprias condições de aparição dos corpos, dentro dos diferentes modos em que se pensa a própria linguagem, uma vez que, nesse nível, as materialidades dos corpos são percebidas como efeitos contingentes das relações de poder, não sendo naturais, mas produtos de construções linguísticas.

Todo tecnomaterialismo é um encontro mediado por uma materialidade aberta e por uma lógica cibernética. A abertura da materialidade foi concebida pela engenharia conceitual de Gilbert Simondon, enquanto que a lógica cibernética foi problematizada, principalmente pelos teóricos da Teoria dos Sistemas. Se por um lado, Gilbert Simondon faz uma crítica ao materialismo clássico, na medida em que coloca em pressuposição a dimensão mecânica e vitalista no problema das estruturas e das funções do indivíduo. Ao explorar as interações entre as operações de produção da subjetividade, Simondon não segue a lógica moderna dos mecanismos, mas explora, lateralmente, as formas e funções, com o intuito de compreender as relações entre técnica e materialidade do indivíduo. Ou seja, Simondon procura uma prática estética (um trabalho proposital para se atingir uma forma, tal qual a estética da existência de

Michel Foucault), mas de modo diverso: sobre a égide de uma dialética desconhecida do mecanicismo e do vitalismo. Este ao traduzir a atitude permanente do vivente diante da própria vida, ou seja, um método de atividade técnica. Aquele ao traduzir uma exigência permanente da vida no vivente, ou seja, uma ação material que explica a mecânica sem o elemento do mecânico. Trata-se, portanto, de uma razão interna, qual seja, a permanência na mudança, na qual a falta de um compensa a do outro. O tecnomaterialismo de Simondon é um retorno ao mecanicismo das relações contra um vitalismo não muito mecanizado: um retorno longe de um futuro nostálgico, um acontecimento de transbordamento das fontes no contencioso ontológico, na medida em que busca-se acoplar os antes e os depois dos instrumentos criados pelo homem no próprio trabalho proposital para se atingir uma forma (aqui, ontologia e estética se encontram). Esta prática estética explora as linhas e movimentos laterais a compreensão das relações entre técnica e materialismo. De fato, compreende a matéria e a técnica na medida da tecnicidade da matéria e na materialidade da técnica, quais sejam a atividade do vivente. Nesse sentido, não se trata de um sujeito, mas uma atividade de economia individual por acumulação ou escassez da estrutura temporal do capital. Por outro lado, a lógica cibernética é a lógica da expropriação e redistribuição dos elementos do campo transcendental (espaço e tempo), particularizada em um sistema aberto de forças, que gradualmente é organizada e composta por estruturas capazes, ou não, de suportar as elementares dos processos informacionais, pois, espaço e tempo podem ser organizados pelos regimes de funcionamento da materialidade e pelos regimes de funcionamento de expressão. Desse modo, a expropriação e a redistribuição duplicam o padrão funcional de acúmulo ou de escassez da estrutura, para além de um significante universal, na medida em que modifica os fundamentos epistemológicos do conceito de sujeito. Aqui, trata-se de uma passagem da tecnologia instrumental de transcendência, ou de uma tecnocracia do sujeito humano ou da condição humana na posição-sujeito, para a compreensão da filosofia moderna do sujeito como um ato de “bricolagem”, no sentido Levi-straussiano do termo: um conceito de sujeito intuitivo e com vontade de ser relacionar com o mundo. Um pensamento que não exclua as novas possibilidades arquiteturais do conceito, menos ainda, em consequência, inflexibilizaria o sistema de controle da agência.

Nesse sentido, contingencialmente, uma epistemologia tecnomaterialista ultrapassa a dualidade cartesiana de mente/corpo, forma/substância, ser/ambiente etc. Uma nova epistemologia, um novo modelo de pensamento, de sentimento, de percepção

e de organização da experiência. Selecionar as diferenças e estabelecer relações, cooptadas dos conjuntos de informações. Foco nas relações. Como se formam as relações entre estrutura e forma a partir dos problemas dos homens com o mundo. Não ser compreendido como agente produtor no teatro das representações, mas como agência das linhas e movimentos mediados pelas relações do (e com) o mundo. Nesse sentido encontramos o pensamento ameríndio e a lógica alcoolista como exemplos claros de um outro regime de funcionamento da composição do sujeito, onde o conceito de sujeito é revertido, por dentro da própria identidade.

Se Bateson e Eduardo Viveiros de Castro procuram caminhos alternativos ao materialismo moderno, em que outros modos de existência e de vivência, são investigados por uma metafísica imanente ao real, por mais paradoxal que possa parecer, é porque é por meio da mediação dos dois regimes de funcionamento das identidades dos alcoólicos anônimos e dos ameríndios, que nós encontramos exemplos radicais e serenos das relações entre os múltiplos sistemas informativos que interferem na cognição das similaridades estéticas dos encontros. É tão somente no encontro com o Outro que o indivíduo vê a si próprio como uma parte do todo, seja pela entrada em um estado epistemológico de simetria complementar com o “Self”, como nos alcoolistas, seja no modo como a inconstância da alma dos ameríndios trata a imanência do outro na constituição predicativa do sujeito e da identidade, como nos povos Ameríndios. Em outras palavras: é no contato com o Outro que as relações de complementaridade são permitidas. Não havendo, portanto, um controle ilimitado do “sistema de controle” do indivíduo, mas, novamente, uma descoberta de ser parte de um sistema (“Self” + Outro), em que esse sistema é maior e mais complexo que si próprio. Assim, em nosso entendimento, a teleologia dos alcoolistas e dos Ameríndios pode ser problematizada a partir da epistemologia da cibernética e da teoria dos sistemas, pois, como foi demonstrado pelos antropólogos aqui estudados, nem sempre as relações entre indivíduos serão complementares, mas as relações dos indivíduos com os grandes sistemas sempre serão. Em razão disso, na filosofia moderna, o homem é excluído dos “sistemas maiores”, distanciando-se de seu contexto, bem como da invariabilidade determinada pelas somas das informações incidentes em um sistema. É a partir das constâncias das relações entre “sistemas maiores” e “sistemas menores” que se obtêm as diferenças dos sistemas e as diferenças das relações das operações desses sistemas. Ou seja, em linhas concisas, imensas e imersas nas antropologias relacionais de Gregory Bateson e de Eduardo Viveiros de Castro: é a diferença que produz a diferença no

sujeito; seja para os índios que rejeitam a identidade em forma de mármore, pois o fechamento estrutural da variação – em um modelo fechado, em uma subjetividade – é menos que o complexo amontoado de Outros que compreendem a economia da alteridade dos ameríndios; seja para os indivíduos alcoolistas que reorganizam o ecossistema da própria consciência em forma de relações existentes com o ambiente exterior, e desse modo, transforma-se em um modelo de consciência aberto às imagens, sons e emoções expressas e influenciadas profundamente nas ideias habituais da consciência da diferença, pois as interações no plano das relações entre o objeto da relação e a própria relação tendem a variar continuamente. Em suma, a inconstância dos sujeitos e de suas identidades dos alcoolistas e dos ameríndios tratam-se da organização da experiência por um princípio de permanência no (e com) o Outro, transformando a forma da organização da experiência, o espaço político do “Eu”, e colocando o Outro como unidade primeira, em vista de um tornar-se outro com o outro, que se torna também um outro, mas um outro do outro.

Desse modo, é preciso pensar outras geometrias para essa organização, que nos colocam em movimento junto a diferença do mundo, privilegiando o uso e o efeito contra a intenção autoral. Além disso, é preciso pensar o movimento de despersonalizar e deshumanizar o indivíduo, não a partir da valorização ficcional do sujeito, mas sobre o conceito de sujeito a partir da capacidade de gerar efeitos. Não se trata, portanto, de adicionar elementos tecnológicos em nosso corpo, mas, para além, e de modo global, reorganizar a saída do modelo hierarquizado (piramidal) do sujeito-estado, em um outro modelo de organização das relações de poder. Com efeito, esse distanciamento nos permitirá produzir uma nova articulação metafísica do sujeito moderno, pensada a partir dos filósofos e antropólogos que estudam as linhas e os movimentos dessas identidades em permanente mudança, a qual chamamos de Identidades Silenciosas.

Diante do exposto neste trabalho, podemos sintetizar o conceito de Identidade Silenciosa nos seguintes termos: a Identidade Silenciosa é um mecanismo de fechamento das virtualidades das diferenças, na medida em que ocorre uma permanência na mudança dos processos de constituição do sujeito, em virtude de um funcionamento em frequência inconstante, que coloca em movimento as linhas constitutivas do sujeito, por uma identidade plástica e silenciosa. Silenciosa, pois, inaudita: um complexo organizativo dependente dos ciclos de retroação (*feedback*), por acúmulo ou escoamento de Informação, em que o processamento das informações ocorre sobre um sistema autorregulador ciberneticamente organizado, que engendra nos

sistemas mecanismos circulares de retroação positiva (*positive feedback*), na medida em que sua plasticidade encontra-se posicionada e sustentada por uma atualização do ser em relação ao contexto ambiente.

A importância dessa nova engenharia conceitual para a Teoria do Sujeito, no interior do Direito, consiste em engendrar condições de factibilidade – sobre a razão instrumental de um objeto prático: um conceito - que tencionariam as relações de forças existentes nas relações sociais, de modo que outras possibilidades de organização e estruturação do sujeito, e conseqüentemente da identidade, possam ser articuladas sobre um Direito em posição de diferença. É importante reforçarmos esse ponto, pois essa foi a preocupação central da pesquisa: repensar a categoria do sujeito no Direito, bem como seu reflexo nas teorias da identidade. A função do Direito é, portanto, entrar em consonância com o movimento dos diferentes modos de existência e dessubjetivação do conceito de identidade, na medida em que devemos problematizar no Direito conceitos que deem conta das identidades em trânsito, em constante movimento, um lugar contingente, um espaço de abertura que possibilite pensar o diferente, posições instáveis. Exercício do poder se dá no espaço do Direito.

Assim, a título conclusivo, reforçamos: é por dentro da ontologia contemporânea que surge um novo materialismo, bem como um novo Direito, agora em posição de diferença. Esta é a finalidade ética do teórico do sujeito porvir: buscar condições de materialidade das autodeterminações ontológicas dos indivíduos marginalizados, na medida em que entidades complexas, com estruturas ontológicas dupla face (visível e invisível, audível e inaudível etc.) que possam se manifestar individualmente, garantindo-lhes direitos dentro da multiplicidade biossocial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: **Revista de Antropofagia**. Reedição da Revista Literária publicada em São Paulo – 1ª e 2ª edições – 1928-1929. São Paulo: CLY, 1976.

BARRETO, Marco Heleno. **Individuação**: entre o destino e a liberdade. 2009. Disponível em: <<http://www.institutocpfl.org.br/2009/02/26/individuoacao-entre-o-destino-e-a-liberdade-marco-helena-barreto/>>. Acesso em: 31 maio. 2018.

BATESON, Gregory. *Steps to na Ecology of Mind*. Chicago: *The University of Chicago Press*, 1972.

\_\_\_\_\_. *Una Unidad Sagrada: Pasos Ulteriores hacia una Ecología de la Mente*. In: *A Sacred Unity: Further Steps to na Ecology of Mind*. Barcelona: Editorial Gedisa, (1993), 1991.

BONTEMS, Vincent. **Por que Simondon? A trajetória e a obra de Gilbert Simondon**. (Why Simondon? The trajectory and work of Gilbert Simondon). Trad. Pedro Henrique Andrade. Revista Eco-Pós (Dossiê Simondon). v.20, n. 1, p. 30-46. 2017.

BORGES, Guilherme Roman. In: **Direito moderno e contemporâneo: perspectivas críticas** / Paulo Ricardo Opuszka, Silvana Maria Carbonera(organizadores); [autores Antonio Carlos Wolkmer...[et al.] – número: 340.11 - D598d. Pelotas, Rio Grande do Sul, Editora Delfos, 2008.

CANGUILHEM, Georges. **O conhecimento da vida**. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro, Revisão Técnica de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França; CORREIA, Adriano. 201-. **A constituição do sujeito em Michel Foucault: práticas de sujeição e práticas de subjetivação**. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-marcela-alves.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

CENTENO, Maria João. **O Conceito de comunicação na obra de Bateson: Interação e regulação**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lógica do Sentido**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009

\_\_\_\_\_. **Imanência: uma vida**. Revista Limiar, Guarulhos-SP, v.2, n. 4, 2º Semestre 2015, Dossiê Filosofia Francesa Contemporânea. Org. *Izilda Johanson, com colaboração de Sandro Fornazari, Rita Paiva e Alexandre Carrasco*. p. 178-181. 2º Semestre 2015. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf->

nr4/10\_Gilles-Deleuze\_Imanencia-uma-vida\_trad-Sandro-Fornazari\_Limiar\_vol-2\_nr-4\_2sem-2015.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018. 2º Semestre 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora34, 2010.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** 2ª ed. São Paulo: Educ-Puc, 2007.

FONSECA (a), Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho:** do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2001.

FONSECA (b), Angela Couto Machado. **CORPO, BIOPOLÍTICA E DIREITO:** Percursos filosóficos da ordenação e regulação biológica. 2014. 272f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

FOUCAULT, Michel. As Técnicas de Si. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento e Karla Neves a partir de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits.** Paris: Gallimard, v. IV, 1994. P. 783-813.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade.** Trad. Maria E. A. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. “Política e Ética: uma entrevista.” In: **Ética, Sexualidade e Política, por Michel Foucault,** 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012a.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** 13ª. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Subjectivité et Verité [Dits et Ecrits]** – Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982). Trad. Andréa Daher e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 109-110.

\_\_\_\_\_. (1982a) O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. (orgs). **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANÇA, Sonia Moreira; ZANETTI, Fernando. **A política empresarial:** a responsabilidade social como mecanismo de segurança. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói-RJ, v.23, n. 2, p. 317-336. Maio/Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n2/v23n2a07.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018. Maio/Ago. 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário de filosofia**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1934.

JULLIEN, François. **Las transformaciones silenciosas**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2010.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. In: **Kant I**. Tradução: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural. 1983. (Col. Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Metafísica dos Costumes**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto. **Sujeito de direito e capitalismo**. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito, Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito – Universidade de São Paulo. 2012.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

LOPEZ, Héctor P. El sujeto y la Verdad em la Teoria del Derecho. In: **Conjuntural**: Revista Psicanalítica, v.13, 107-133, ago. 1987.

LUDUEÑA ROMANDINI, Fabián. **A comunidade dos espectros**. I. Antropotecnia. Trad. de Alexandre Nodari e Leonardo D'Ávila de Oliveira. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalgrense. (Pág. 13-34) In: **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas**. ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.): Campinas, Editora RG, 2011.

PINTO NETO, Moysés. “Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?”. **Cadernos IHU ideias (IHU)**. ano 15, n.º 259, v. 15, 2017. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/259cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

RIBEIRO, Rodrigo Petrônio. **Uma antropologia para além do homem**: religião e hominização na obra esferas de Peter Sloterdijk. 2013. 216f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

SAFATLE, Vladimir. “Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política”. **Estud. av.** [online]. 2017, vol.31, n.91, pp.211-227. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n91/0103-4014-ea-31-91-0211.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desemprego e o fim do indivíduo. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2016.

SIMONDON, Gilbert. **A amplificação nos processos de informação**. Tradução de: *L'amplification dans les processus d'information*. In: *Communication et information: cours et conférences*. Chatou: Les Éditions de la Transparence, pp.157-76.[1962]. Tradutores: Pedro P. Ferreira; Evandro Smarieri. Disponível em: <<https://sociologiassociaativa.wordpress.com/projetos/simondon/a-amplificacao-nos-processos-de-informacao/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. A Gênese do indivíduo. In: PELBART, P.; COSTA, R. (Org.). *O reencantamento do concreto. Cadernos de subjetividade*. São Paulo: Hucitec. 2003.

\_\_\_\_\_. **El modo de existência de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

\_\_\_\_\_. **La individuación a la luz de las nociones de forma y de información**. Buenos Aires: Ediciones La Cebra y Editorial Cactus, 2009.

\_\_\_\_\_. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida. In: Araújo, H. R. (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 253-66.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

VALENTIM, Marco Antonio. **Subjetividade e conhecimento objetivo na Crítica da Razão Pura**. In: Estudos de Filosofia Moderna. Ethel Rocha e Lia Levy (Orgs.). Porto Alegre: Linus Editores, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

\_\_\_\_\_. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WIENER, Norbert. **Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine**. Cambridge, The MIT Press, 1948.